

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre as ideias e discussões acerca da fundação, manutenção e fechamento do jornal *Portugal Livre*, editado na cidade de São Paulo, Brasil, por portugueses exilados do Estado Novo nesse país, na viragem dos anos cinquenta para sessenta do século XX. A proposta é estudar não somente o jornal em si, mas também os debates que antecederam sua criação e permeavam assuntos de como a oposição deveria agir no exílio, os posicionamentos perante a questão colonial e os diferentes posicionamentos políticos envolvidos. Assim, o corte temporal é um pouco maior do que a vida do jornal em si, compreendendo o período entre os anos de 1958 e 1961.

A candidatura do general Humberto Delgado em 1958 é uma das balizas cronológicas para esta dissertação, haja vista que a concessão de asilo político por parte do governo brasileiro e sua consequente vinda para o Brasil causaram furor e ânimo à comunidade de portugueses exilados, e acabaram por criar uma onda de esperança e expectativa no grupo. Contudo, logo esse ânimo se dissiparia com as opiniões políticas e tomadas de decisões de Delgado sobre como deveria se reorganizar a oposição ao Estado Novo a partir do Brasil. O general trouxe consigo a sigla do Movimento Nacional Independente (MNI) e lançou uma diretiva que nomeava pessoas conforme sua vontade, fez ainda críticas diretas ao núcleo de oposicionistas situados em São Paulo, sobretudo organizados no jornal *Portugal Democrático*, afirmou também que esse era um núcleo de comunistas, o que contrariava a opção de ver Portugal livre de fato. Em meio a tal contexto, alguns exilados, descontentes com a linha editorial do *Portugal Democrático*, procuraram Delgado e fundaram o jornal *Portugal Livre*.

O *Portugal Livre* teve vida efêmera, foram apenas dezesseis edições, entre novembro de 1959 e março de 1961. Pode ser considerado pouco se comparado ao jornal *Portugal Democrático*, igualmente publicado no Brasil, com duração de dezessete anos e mais de duzentas edições; no entanto, isso não diminui sua importância para a História, principalmente porque ele foi fundado em meio às divergências políticas entre o grupo de portugueses exilados em território brasileiro. O jornal contou com a colaboração de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima¹ e o brasileiro Claudio Abramo, como diretor, mesmo cargo que exercia à frente do

¹ O número e nomes de portugueses colaboradores pode variar, o que veremos no decorrer da pesquisa. Outro ponto importante é a contribuição por parte dos intelectuais brasileiros no jornal.

jornal *O Estado de S. Paulo*². É certo que a duração do jornal não pode ser um parâmetro para medir seu impacto dentro do contexto da oposição no exílio, bem da verdade concluímos o oposto: o que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? É com esta pergunta chave que buscamos desenvolver o estudo.

Não é por coincidência que a vida do *Portugal Livre* situa-se em anos muito conturbados para o Estado Novo, cujo início se dá com a campanha eleitoral de 1958 e o candidato Humberto Delgado, o “general sem medo”, seguido de diversos outros eventos tais como a Revolta da Sé, em março de 1959, e a fuga do capitão Henrique Galvão, no mesmo ano. Em janeiro de 1960, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Francisco Miguel, Jaime Serra, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues evadiram da prisão depois de uma ação detalhadamente preparada e sincronizada. Iniciando o “ano maldito de Salazar”, tem-se o sequestro do paquete Santa Maria pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), em janeiro de 1961, seguido do início da guerra colonial em Angola, no mês seguinte. Já entre março e abril, desenrola-se a tentativa de restauração interna, conhecida como golpe Botelho Moniz, enquanto no fim do ano, em novembro, um avião da TAP, linha Casablanca-Lisboa, arremessou panfletos sobre a capital portuguesa. Em dezembro, ocorreu a revolta em Goa, a fuga de mais oito dirigentes e militantes comunistas da prisão de Caxias, e, finalmente, a revolta da Beja, na virada do último dia do ano de 1961. Veremos, no decorrer deste trabalho, que muitas dessas ações estiveram fortemente presentes na redação do jornal e na vida de seus participantes, em alguns casos, de forma direta.

Não há país e nem fronteiras para o grupo de exilados aqui estudado, isso em virtude dos contatos por eles estabelecidos com diversos outros oposicionistas, jornalistas e compatriotas espalhados pelo mundo, como na Venezuela, Espanha, Inglaterra, França, Angola, entre outros. Toda a ação, fundação e debates que envolveram o jornal *Portugal Livre* desenrolaram-se fora do território português, tendo o Brasil como sede. Não obstante, é necessário ressaltar o grande destino migratório que esta nação se tornou na segunda metade do século XX: somente “na década de 1951-1960 emigraram para o Brasil 235 635 dos 358

² Em 1957, uma leva de jornalistas portugueses, provenientes do *Diário Ilustrado*, veio para trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* a convite de Vítor Ramos e Manuel Ferreira Moura; Dentre eles, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e João Alves das Neves. Estavam descontentes com a linha imposta no editorial do *Diário Ilustrado* e suspeitavam de infiltração da PIDE. In: SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro: 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

705 portugueses que abandonaram o país no mesmo período, o que representa mais de 65% do total”³.

A redação do jornal situava-se na cidade de São Paulo, que a exemplo do Brasil, passava por um crescimento vertiginoso, solidificando-se como grande polo industrial após estabelecimento de indústria automobilística em sua região metropolitana. Nessa cidade, também se editavam alguns dos maiores jornais do país, como *O Estado de S. Paulo (OESP)* e *Folha da Manhã* (hoje *Folha de S. Paulo*). O próprio país passava por grandes transformações socioeconômicas marcadas pela chegada da televisão e pelo plano desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubistchek, intitulado “50 anos em cinco”, com investimentos em infra-estrutura, rodovias, hidroelétricas, aeroportos, além do fomento à indústria nacional e a construção da nova capital, Brasília, inaugurada no início de 1960. O país passava por uma mudança no modo de consumo, e, semelhantemente aos Estados Unidos da América (EUA), tal avanço era um contraponto em uma sociedade ainda marcadamente rural na qual se via a efervescência de movimentos de esquerdas, influenciados pela União Soviética e pela Guerra Fria.

A figura do exilado é ilustrada em diversos momentos e culturas na História, seja em civilizações Clássicas, mitologias cristã, mesopotâmica ou judaica, o que configura uma categoria própria da literatura. Já na área jurídica, a condição muda de terminologia, passando a ser considerado refugiado e migrante, cuja primeira referência ao direito de asilo é do segundo milênio a. C. Entretanto, é somente nos anos de 1920 que recebe contornos internacionais; focando, porém, grupos específicos, principalmente após 1951 e da Convenção de Genebra, com a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mas somente visando aos refugiados do leste europeu⁴.

De acordo com a “Convención sobre el estatuto de los refugiados”, refugiado é qualquer pessoa

que, como resultados ocorridos antes de 1º. de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, vinculação a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido aos referidos temores, não queira entregar-se à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e encontrando-se, em consequência de tais

³ ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António. *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora, 1970, p. 225. *Apud*: SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*. Publicações Alfa, S. A., Lisboa, 1990.

⁴ JACQUES, André. *Les déracinés. réfugiés et migrants dans le monde*. Paris: Éditions La Découverte, 1985. *Apud* ROLLENBERG, p. 37.

acontecimentos, fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou, devido aos referidos temores, não queira a ele regressar.⁵

A linguagem técnica e impessoal, que é inerente aos textos jurídicos, não consegue englobar as diferentes formas, ou, pode-se afirmar, categorias dos emigrados. Assim, excluem-se da Convenção os refugiados de guerra e por desastres naturais. Como uma convenção formal, que se pretende racional, pode utilizar de preceitos subjetivos como “temor”? E, ainda, como indaga Rollemberg, como não considerar refugiadas “as pessoas que se vêm obrigadas a deixar o país de origem como resultado de conflitos armados, nacionais ou internacionais”?⁶. São questões complexas que estão abertas para a discussão e ganham mais riqueza quando respeitam as características e peculiaridades de cada contexto.

A caracterização de Rollemberg revela-nos que

a emigração é um fenômeno social, não individual, e a partida deve ser entendida numa perspectiva ampla, não estando limitada à idéia de escolha individual, da possibilidade legal da volta, nem tampouco à presumida ausência de “imposições” e “brutalidades, mesmo se comparada à violência sofrida pelos exilados. Tais violências existem onde há pobreza, miséria e desemprego, fatores que motivam os processos migratórios. Seria melhor dizer que o migrante não opta pela partida, e sim é levado socialmente a escolher esta opção⁷.

Já a especificidade do exilado, por vezes classificado como refugiado, é a sua posição diante do regime político ou econômico vigente e, antes de tudo, um inquieto e inconformado com a situação imposta, e assim, comprometido com sua pátria e empenhado na luta de mudá-la⁸. Há, dessa forma, uma relação complexa entre o refugiado, sua terra natal e o novo local, que o transforma em uma personagem “sem fronteiras”. E ele, então, faz do seu novo lugar uma nova escola, onde multiplica suas possibilidades de estabelecer uma rede de contato totalmente nova da qual possuía em sua terra natal. Se anteriormente era vetada a participação na sociedade, agora ele ganha novo impulso e se adapta às situações adversas, tem, por vezes, mais ânimo e energia que podem gerar novos e criativos pontos de vista. Entendemos que o papel do exílio na História tem as funções de afastar, excluir e eliminar “grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam, para

⁵ Parágrafo 2, seção A do art. 1 da Convención sobre el estatuto de los refugiados, de 1951, em Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas de los Refugiados, 1979.

⁶ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio – Entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p. 38.

⁷ *Idem*, p. 43.

⁸ *Idem*, p. 45.

alterá-lo”⁹. E, no caso do contingente do *Portugal Livre* e na constante luta contra o Estado Novo, não foi diferente.

O debate sobre a viabilidade do estudo das ciências sociais por intermédio dos periódicos já foi superado. Contudo, trata-se de um tema que não era tão aberto assim, sobretudo no fim do século XIX e início do século XX, pois nesse contexto

os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que estas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem catar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, historicistas e subjetivas”¹⁰.

O aporte analítico e interdisciplinar permitiu à História uma abertura no seu campo de visão, e, por consequência um significativo aumento nas possibilidades de pesquisa. Fazendo uso de suportes analíticos advindos de outras áreas das Ciências Humanas, o historiador pôde quebrar alguns paradigmas, como o próprio jornal, como fonte histórica. Entretanto, é possível destacar três fatores que têm ligações diretas para o avanço nos estudos acerca dos periódicos: a virada linguística ou desafio semiótico, que gerou um grande debate sobre a análise de discurso; a narrativa histórica e, por último, o contributo da História Cultural, que ampliou o leque de documentos a serem usados pelo historiador, para além do texto escrito e da História imediata, até então tarefa exclusiva a jornalista e sociólogos¹¹.

Os documentos utilizados para a realização desta dissertação são variados: inicia-se com a coleção completa do *Portugal Livre*, além de outros periódicos como os *Avante!*, *Portugal Democrático*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário da Manhã*. As cartas também são utilizadas, entre a redação do jornal e assinantes ou ainda entre colegas de oposição. Entre as demais fontes primárias, têm-se os depoimentos de História oral já realizados por outros pesquisadores, fotografias e imagens e, por último, os livros de memórias, biografia e compêndio de documentos escritos por testemunhas oculares e participantes envolvidos diretamente com a oposição no exílio brasileiro.

A metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa é o cruzamento de análises quantitativas e qualitativas, baseadas em bibliografias pertinentes sobre cada tema. Inicialmente, foi elaborada a ficha hemerográfica sobre a coleção completa do *Portugal Livre*, fonte principal para esta pesquisa, para assim identificar as possíveis falhas de

⁹ *Ibidem*, p.25.

¹⁰ LUCA, Tania Regina de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bessanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.

¹¹ *Idem*, p. 115.

informação e onde pesquisar para completá-las¹². Como passo seguinte, elaborou-se um plano de pesquisa empírica esboçado em cinco etapas que foram realizadas obedecendo esta ordem: (1) Preparação das informações. (2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades. (3) Categorização ou classificação das unidades em categorias. (4) Descrição. (5) Interpretação¹³.

A etapa 1 coletou as fontes primárias em arquivos portugueses; contudo, procuraram-se documentos complementares ao objeto de estudo, dentre os quais cartas, imagens e demais jornais oposicionistas como *Portugal Democrático* e *Avante!*, este disponível na internet. Paralelamente, foram feitas leituras iniciais de obras de memórias e autobiografias escritas por testemunhas oculares e envolvidos diretamente com o contexto em questão, juntamente com a reunião de entrevistas realizadas por outros pesquisadores com outros envolvidos.

Durante as etapas 2 e 3, foi realizada uma primeira leitura dos artigos contidos no *Portugal Livre*, para então separá-los em três unidades principais: A – Artigos grandes; B – Notas pequenas e C – Anúncios. Em seguida, optou-se por enquadrar em nove categorias: 1- Oposição e Comunismo; 2 - Problemas em Portugal; 3 - Portugal e o mundo; 4 - Brasil e Portugal; 5 - África e Colonialismo; 6 - Poesia; 7 - Anistia e presos políticos; 8 - Tribuna de Leitores e 9 - Igreja. A opção por tais temas deu-se pela verificação e repetição dos assuntos mais abordados e serviu de orientação para um primeiro esboço dos caminhos a tomar e da preparação para uma análise quantitativa.

Com base na análise preliminar das categorias, buscou-se cruzá-las com outros dados fornecidos diretamente pela fonte principal, o que resultou na confecção de três tabelas, a saber: Temas por edição; Autores (incluindo anônimos) por edição e Autores por temas. Os referidos dados proveram informações úteis e imediatas para a elaboração da etapa seguinte, descrição, pois permitiram verificar quais os temas mais abordados e sua flutuação conforme os acontecimentos de cada mês ou qual o enfoque dado por cada autor, redator ou colaborador¹⁴.

Para além da objetividade dos números, foi realizada uma análise qualitativa de todas as fontes primárias coletadas. Como se trata de um volume razoavelmente grande de informações foi necessário criar alguns filtros por meio de perguntas que formavam uma hipótese a ser seguida. Essa hipótese deveria ter ligação direta com o tema-título inicialmente pensado para esta dissertação: *Portugal Livre: Um jornal entre a Oposição e as desavenças*

¹²Modelo proposto na obra de ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso – *La Prensa Vallisoletana durante El siglo XIX (1808-1894)*. 2 tomos, Valladolid, Serviço de Publicaciones de La Diputaciona Provincial, 1977.

¹³MORAES, Roque. “Análise de conteúdo” In: *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

¹⁴Baseados em BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

políticas no exílio brasileiro (1959-1963). Assim, a pergunta direta que deveria ser feita para cada artigo, de uma forma geral, seria “o que este texto pode revelar sobre as desavenças políticas entre os oposicionistas no exílio?”. Obviamente que, dentro de cada categoria, novas perguntas surgiam e tornavam-se indispensáveis para uma compreensão maior dos textos.

Após a realização da análise qualitativa, especialmente a análise do discurso¹⁵, os dados foram descritos dentro da quinta etapa anteriormente citada, organizados por intermédio de fichamentos e novamente separados em subcategorias preestabelecidas para facilitar a passagem à última etapa – a interpretação. Para a sexta parte, optou-se por perguntas pré-concebidas nas etapas anteriores, utilizando uma abordagem mediante indução e intuição com base não somente no que o texto *quer dizer*, e sim em discursos subentendidos, e mesmo por meio de lacunas completas. Por último, é importante ressaltar o leque de diferentes estruturas de textos e vozes presentes nas fontes: artigos, ensaios, matérias transcritas, outras traduzidas, publicação de cartas, notas pequenas que revelam detalhes da burocracia da redação, transcrição de discursos realizados em público ou radiofônicos e cartas abertas. Diferenças que foram levadas em conta para cada situação.

A metodologia aplicada à pesquisa histórica deve ser mutável quando os aportes, instrumentos e resultados assim necessitam que sejam. Com base nisso, optou-se pela mudança do título para o atual, *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)*; a razão da modificação será explicada ao longo do texto.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, o primeiro faz um vôo raso apresentando o Estado Novo e a ascensão de Salazar; ainda revisita o antigo, e sempre necessário, debate sobre a natureza ideológica do regime, notadamente para os envolvidos no jornal. Há elementos e instituições do regime que influenciaram diretamente na escolha desses indivíduos pela vida no exílio, como a censura, a PIDE, a relação entre clandestinidade e partidos políticos. Na última parte do primeiro capítulo, há uma introdução ao longo do estudo das oposições para com Salazar. Já avisaremos de antemão que tal leitura está destinada a todos os públicos: estudantes das Ciências Humanas, outras áreas ou apenas curiosos; portanto, a primeira parte tem o objetivo de cercar o tema para uma melhor compreensão da problemática proposta.

O segundo capítulo traz novamente a questão do exílio na História, mas agora com a relação entre Portugal e Brasil, identificando a primeira geração de exilados para este país, sobretudo em terras brasileiras. Há também o estudo de dois fatores que são fundamentais na

¹⁵ FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. (20ª. edição). São Paulo: Edições Loyola, 2010.

fundação do exílio e na nova reorganização da oposição: o jornal *Portugal Democrático* e a chegada polêmica de Humberto Delgado, juntamente com o Movimento Nacional Independente (MNI), que inicialmente fez do *Portugal Livre* o órgão oficial do movimento.

A fundação do jornal e as desavenças políticas que a antecederam são o tema central do terceiro capítulo, bem como a linha editorial e o posicionamento ideológico os quais o jornal propõe seguir. Para tal igualmente é fundamental identificar todos os envolvidos diretos com a redação e os colaboradores, que se mostraram peça fundamental, não somente na escrita de artigos e matérias para o jornal, como também nas tarefas burocráticas e necessárias para a manutenção da publicação.

O último capítulo busca as diferentes opiniões que existiam dentro da redação que corroboraram, juntamente com demais fatores, para o fechamento do jornal. Entre esses temas, destacam-se a divergência quanto à questão colonial, e, mais especificamente, as propostas neocolonialistas de alguns opositores, bem como os caminhos que as diferentes correntes e partidos políticos buscavam percorrer na oposição ao Estado Novo, que ganhou um enorme impulso com as ações do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) e o assalto ao navio Santa Maria. O capítulo traz ainda a colaboração de Henrique Galvão com suas “cartas abertas” e poesias até então inéditas.

CAPÍTULO I

1. O Estado Novo, a censura e a oposição

Portugal foi palco do mais longo regime autoritário da Europa ocidental no século XX, isso se tomarmos o período da Ditadura Militar, entre 1926 e 1928, a Ditadura Nacional, entre 1928 e 1933 e o Estado Novo, iniciado em 1933 e findado em abril de 1974.

Em 28 de maio de 1926, foi iniciado o golpe militar, liderado por Gomes da Costa e José Mendes Cabeçadas a partir de Braga, com término em Lisboa¹⁶. O golpe tinha a intenção de pôr fim à instabilidade econômica, e, principalmente política, que o republicanismo vinha demonstrando. Desde o início da 1ª. República, instaurada em 5 de outubro de 1910, houve instabilidade política e social marcada por uma série de acontecimentos: atentados bombistas, movimento anarco-sindical, especialmente na década de XX, após a Primeira Guerra, somam-se a sucessão de mais de vinte presidentes do conselho e uma série de assassinatos e tentativas de golpes de estado ocorridos naquele contexto.

António de Oliveira Salazar, então professor de economia de Coimbra, foi chamado para o Ministério das Finanças; porém, nele permaneceu por pouco tempo e acabou voltando dois anos mais tarde, com o convite do presidente Carmona, entretanto impôs uma série de exigências e condições ao reassumir o cargo. Em pouco tempo, Salazar trouxe equilíbrio às contas públicas e ganhou prestígio, e em 1932, já como presidente do conselho de ministros, publicou um projeto da nova constituição, aprovada no ano seguinte e que deu início ao Estado Novo, sendo substituído por Marcello Caetano em 1968, em virtude de problemas de saúde.

Ainda que lentamente e em diferentes momentos na sua ascensão à Presidência do Conselho, Oliveira Salazar criou uma série de medidas que visavam à centralização dos poderes. De modo muito sucinto, tais medidas iniciaram ainda no período da Ditadura Militar com a abolição dos partidos políticos e a criação do partido único, a União Nacional. Em janeiro de 1930, Salazar assumiu a pasta das colônias, entre outras medidas sancionou o Acto Colonial que visava, da parte interna, refrear as revoltas no ultramar português, e externa, conter a pressão internacional que vinha considerando ilegal o trabalho forçado. As “províncias ultramarinas” passariam a ser chamadas de “colônias”, com um aumento de sua subordinação a Lisboa, o Acto era extremamente nacionalista e não punha em questão a

¹⁶ Ver ROSAS, Fernando. *“A Crise do Liberalismo e as origens do “Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal.”* Penélope, nº 2, 97-114, 1989.

legitimidade da posse das colônias por parte de Portugal¹⁷.

Depois da constituição de 1933, houve uma remodelação completa no governo, com a nomeação e remanejamento de uma série de ministros, realizadas por Salazar. A constituição dava contornos claros ao Estado Novo e previa uma “república unitária e corporativa” de forma a definir a natureza orgânica do novo Portugal

Começava com uma definição do território e elevava-se depois do solo, através do indivíduo, com os seus direitos e responsabilidades, passando para a família, as corporações, o poder local e depois assuntos como a “Ordem Económica e Social”, a educação e cultura, assuntos religiosos, defesa e finanças. Só então se referia aos actores políticos a nível nacional e, mesmo aí, o Governo tinha de guardar a sua vez depois do Presidente da República, da Assembléia Nacional, e da Câmara Corporativa¹⁸.

Todas essas questões, na prática, instituíam uma “ditadura do Presidente do Conselho” e conduziria o governo para um Estado policial.

O processo de “corporativização” do Estado Novo aumentou quando foi sancionado o Estatuto do Trabalho Nacional, em setembro de 1933, inspirado na “Carta del Lavoro” do fascismo italiano. O estatuto abolia os sindicatos e criava grêmios que obrigavam industriais, comerciantes e agricultores a agruparem-se nessas novas formas de associação¹⁹. Em seguida, foi criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, órgão espalhado por todo o país e responsável por fiscalizar, legislar, controlar e mesmo dissolver os novos sindicatos. Já em 1935, criou-se a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), também inspirada no Dopolavoro italiano, que “tinha por objetivo aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”, com a organização de passeios, colônias de férias, torneios desportivos, cursos e palestras²⁰. Toda essa estrutura era supervisionada pelo governo por intermédio dos subsecretários das Corporações e, posteriormente, pelo Ministério das Corporações.

A constituição de 1933 manteve separados a Igreja e o Estado, mas privilegiando a igreja católica, pois seria uma instituição histórica da nação portuguesa. Mesmo apontando para contornos vagos nessa relação, a constituição garantia a “liberdade de ensino”,

¹⁷ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p.119.

¹⁸ *Idem*, p. 131.

¹⁹ *Idem*, p. 140.

²⁰ *Idem*, p. 142.

“inviolabilidade de crenças e práticas jurídicas”, além de reconhecer o culto público e a personalidade jurídica das associações religiosas²¹.

O regime era centrado no lema “Deus, Pátria e Família”, doutrina baseada na moral cristã e difundida por organizações juvenis, como a Mocidade Portuguesa, e paramilitares como a Legião Portuguesa, assim como na educação fortemente ideológica e nacionalista²². Ao contrário dos chefes europeus dos anos 1930, Salazar, sem títulos militares, era avesso a condecorações e homenagens. Diferentemente dos líderes fascistas da década de 1930, o líder português fez aparições públicas raras, com um comportamento discreto e reservado, não possuía uma oratória forte e fervorosa e apresentava-se em ternos civis²³. Mesmo assim, o regime era baseado no “culto ao chefe”, com uma figura forjada como salvador da pátria pelo Secretariado de Propaganda Nacional²⁴.

A censura era previamente aplicada a todos os meios de comunicação, enquanto a vigilância e a ordem deveriam ser mantidas pela polícia política, que, entre 1933 e 1944, era realizada pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e, posteriormente, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). As funções da PIDE eram diversas, mas parte da sua estrutura seria para coibir – e punir – eventuais opositores ao regime, que poderiam ser detidos nas prisões de Caxias ou Peniche, ou no campo de concentração do Tarrafal.

Este capítulo inicial tem como objetivo estruturar as diferentes instituições do Estado Novo com o tema de trabalho proposto, mais precisamente uma breve explanação acerca da oposição nas diferentes fases do regime, bem como das diferentes ações por parte do governo ditatório que influenciaram direta – ou indiretamente – o grupo pesquisado, tais como a censura e a perseguição da polícia política.

²¹ REZOLA, Maria Inácia. *A igreja católica portuguesa e a consolidação do salazarismo*. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250.

²² Sobre as organizações paramilitares com caráter fascista, ver: RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Estampa, 1996.

²³ LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Portugal: Editorial Inquérito, 1998. p.53.

²⁴ Sobre António Ferro, ver: LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. e ADINOLFI, Goffredo. “António Ferro e Salazar: entre o poder e revolução”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. RAMOS, Jorge. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949)*. Lisboa: Estampa, 1999. PAULO, Heloísa. “Vida e arte do povo português: Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo, In: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias (16), Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra: Faculdade de Coimbra, 1994. p. 105-134.

1.1 Salazar fascista? A natureza do regime segundo o *Portugal Livre*

Em artigos pontuais do *Portugal Livre*, é possível encontrar a classificação do Estado Novo como fascista, seja nos artigos calorosos de Henrique Galvão e Humberto Delgado, seja em manchetes, como “Sandro Polloni ataca o fascismo português”²⁵. De forma que não havia como dar continuidade à pesquisa sem antes revisitar o longo – e caloroso – debate sobre a natureza ideológica do Estado Novo, uma vez que os próprios agentes históricos em foco fazem menção direta a esse ponto. Assim, ressurgiu a pergunta: O Estado Novo de Oliveira Salazar foi ou não fascista? Esta dissertação não pretende responder a questão²⁶, mas sim compreender quais os elementos do regime permitiam a esse determinado grupo proclamar a ditadura de Salazar enquanto tal. Para isso, será feito um retorno sucinto e pontual às diferentes opiniões e autores que classificaram o regime como fascista. Ressalta-se novamente que não cabe aqui julgar a conceituação desse grupo e colocá-la em comparação com o debate, mas entendê-la em toda sua riqueza, dentro de seu contexto delimitado²⁷.

Inicialmente, é importante destacar que o conceito de fascismo vem sendo utilizado largamente em todos os meios, além do campo das ciências sociais, e, em muitas vezes, de forma errônea e equivocada. Lê-se a todo instante que determinado livro ou filme é fascista ou assiste-se a algum presidencialável usar o termo para desqualificar seu oponente. O conceito foi se (des)construindo de maneira que quase todas as formas de intolerância, violência e racismo são classificadas como fascismo. Ou seja, foi embutido de um maniqueísmo tal, que se tornou um adjetivo pejorativo, em muitas vezes é utilizado como se estivesse desprovido de qualquer significação histórica. Não se pretende aqui defender o fascismo, mas sim compreendê-lo como fenômeno histórico, a fim de ser entendido dentro de seu contexto.

Os estudos pioneiros sobre os regimes fascistas na Europa, ainda recentes à Segunda Guerra Mundial, ignoravam o caso de Portugal. Segundo Pinto, autores como o húngaro Mihály Vajda ou o francês Roger Bourdeon não chegavam nem a citar o Regime da Salazar

²⁵ “Sandro Polloni ataca o fascismo português”. *Portugal Livre* n.º 8, p. 2.

²⁶ António da Costa Pinto realiza uma instigante e profunda análise sobre a evolução do debate sobre aplicabilidade do conceito de fascismo no Estado Novo de Oliveira Salazar. Cf. PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*. Problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. E ainda a obra de Leonard Yves que aquece o debate à luz do funcionamento e estrutura do Estado Novo, bem como sua participação na Guerra Civil Espanhola e Segunda Grande Guerra. Cf. LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Editorial Inquérito. Portugal, 1998.

²⁷ Manuel Loff, em sua tese de doutoramento, apresenta um dos mais completos esquemas de evolução e diferença de opiniões quanto à caracterização da natureza ideológica do Salazarismo e do Franquismo. Nele, o autor explora as abordagens pioneiras, os estudos comparados e as correntes, como a tese totalitária e a tese do fascismo genérico. Cf. LOFF, Manuel. *As duas ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário Europeu: Firenze, 1994.

em suas obras e dedicavam pouco espaço ao franquismo espanhol²⁸. Essa primeira geração de autores a trazer o assunto à tona eram sociólogos e estudiosos da ciência política por meio de obras específicas sobre Alemanha e Itália, deixando pouco espaço para os países “periféricos”²⁹. Por consequência, as abordagens sobre Portugal ilustravam sempre as diferenças sobre os modelos considerados principais, como o alemão e italiano. “O salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária”³⁰.

Esses motes levantados por tais autores foram o eixo condutor de quase todo o debate que se estabelece nas décadas seguintes, até os dias de hoje. A longa duração do regime é um dos pontos fulcrais das análises, haja vista que António de Oliveira Salazar foi ministro das finanças em 1928 e, após uma “longa marcha”, torna-se presidente do conselho oficial em 1932 até 1968, quando, impossibilitado de governar por problemas causados por acidente vascular cerebral, passa o cargo para Marcello Caetano, que governa até a Revolução dos Cravos em 1974. Essa longevidade do Estado Novo o distingue de todas as outras quinze ditaduras européias surgidas no período entre guerras, tornando difícil sua caracterização ideológica³¹.

Como afirmado, o caráter longo do Estado Novo é um dos fatores que servem para apoio quando se trata de classificar a natureza ideológica do regime. Em linhas gerais, não está em questão se durante toda sua existência o regime foi, ou não, fascista. Os autores tendem a separar as análises por períodos: a primeira fase, que vai de 1926 a 1930, configura-se como Ditadura Militar; em seguida, há o Estado Novo, com uma troca de comando de Oliveira Salazar por Marcello Caetano em 1968, o qual se estende até 25 de abril de 1974. De acordo com Payne, há uma intensificação do fascismo somente após 1936, em virtude da conjuntura européia e dos países fascistas da época. Porém, o regime muda de caráter em 1942, retomando uma postura conservadora, sobretudo após o fim da guerra³².

De uma forma hegemônica, os estudos passaram a ter sua base de análise e comparação nos casos alemão e italiano, seja para buscar semelhanças, seja para acentuar diferenças, pois foi, segundo Loff,

²⁸ PINTO, A.C. *Op. Cit.* p. 19.

²⁹ Importante ressaltar que eram contemporâneos ao Estado Novo, pois tais estudos surgiram na década de 50 e 60 do século XX.

³⁰ Idem. p.19.

³¹ LÉONARD, Y. *Op. Cit.* p.13.

³² PAYNE, Stanley G. *Fascism in Western Europe. Apud.* PINTO, A. C. p. 19.

entre as duas guerras mundiais, todas as experiências (movimentos e regimes) autoritárias antirrevolucionárias – ou seja, que tomavam, antes de mais, como referência negativa iniciática a Revolução Soviética e a ameaça da sua exportação a outras realidades sociais e políticas – tiveram nos casos fascista italiano e nacionalsocialista alemão, nesses sim, a sua referência positiva, o que significa que eles simplesmente retiraram lições, reflexões e instâncias construtivas e adaptativas para seu próprio caso, sempre com algum grau de importação sempre com uma imprescindível retórica da *originalidade própria*, a reivindicação de um caráter *nacional* (em várias acepções do tempo) do modelo próprio³³.

Contudo, os autores dessa, que se poderia chamar de segunda geração de estudos sobre os fascismos, não necessariamente ignoravam o caso lusitano por completo. Havia uma tendência muito forte nos estudos comparados entre os regimes ditatoriais no período entre as duas guerras mundiais. Dessa forma, utilizavam as mesmas categorias de análise para o caso de Portugal e alguns países do Leste europeu, afirmando que essas ditaduras sofreram influência da Alemanha e Itália na sua formação e que possuem “traços” fascistas, mas não podem ser consideradas como tal, pois divergem em pontos fundamentais dos movimentos fascistas clássicos.

Utilizando um esquema de tipologia ideal, essas primeiras abordagens, que como afirmado não eram exclusivas sobre o estudo do regime de Salazar, eram ações da sociologia e ciência política. O método de comparação com fascismos clássicos fez aparecer entre os autores, vários fatores que acentuam a diferença entre Portugal e Itália. Segundo Rémond, o caso português ilustra bem tal disparidade, pois o fascismo, ainda conforme o autor, seria um movimento muito diferente das direitas clássicas. Portanto, o “Estado Novo do ditador português, pelo seu caráter estritamente clerical, pela sua política tipicamente reacionária, estava muito mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reacionários do século XIX do que da Itália mussoliana”³⁴.

Esse esquema de tipologia ideal também foi verificado por Mansur da Silva, em Griffin, pois este traça uma tipologia ideal para abordar as diferentes formas de autoritarismos europeus. O populismo ultranacionalista era traço fundamental na referida tipologia e, dessa maneira, a figura de Oliveira Salazar não se encaixa, pois ele era o inverso do populismo carismático, era um líder reservado que atuava nos bastidores. A ausência de um plano desenvolvimentista por parte do Estado Novo do mesmo modo foi utilizada para fazer essa classificação. O integralismo lusitano e o nacional-sindicalismo de Rolão Preto,

³³ LOFF, M. *Op. Cit.* p.36.

³⁴ RÉMOND, René. *Les Droites em France*. 4. ed. Paris, 1982. *Apud*: PINTO, António Costa.

como será visto a seguir, configuram-se como movimentos fascistas, mas que não tomaram o poder. Dessa forma, os únicos países onde o movimento fascista obteve êxito na tomada de poder foram a Itália e Alemanha³⁵.

A comparação com outras ditaduras européias também foi abordada por Stlaney G. Payne, ao afirmar que, assim como as ditaduras do Leste europeu, a de Portugal é “corporativa [...], institucionalizada [...] autoritária [...], sem nenhum componente partido/fascista” e que a confusão de denominação deve-se ao fato de que o fascismo italiano emergiu juntamente com uma série de ditaduras de direita que absorveram traços fascistas.³⁶ Manuel de Lucena chegou a sugerir que se tratava de um “fascismo sem movimento fascista” indicando que sua longevidade deve-se à forte institucionalização do regime.

O binômio autoritarismo/totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes perante o regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do “Estado Novo”, quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma “autoritário” dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos clara, não é significativa, pois elas derivam da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas “ausências”, como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu caráter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação de demarcar o regime de Salazar³⁷.

A relação fascismo/autoritarismo não procede para o autor Manuel Villaverde Cabral, pois o caso português apresenta uma grande variação quando se pensa no fascismo como movimento ou fascismo como regime. Assim sendo, se o enfoque for o estado e sua estrutura, e não os aspectos “coreográficos”, o regime português foi uma das variantes que mais se assemelha ao caso italiano³⁸. No entanto, as abordagens comparativas devem ser lidas com cautela, como bem observa Yves Léonard:

Uma análise comparada dos regimes fascistas e autoritários da época entre as duas guerras mundiais pode conduzir a impasses e evidências

³⁵ GRIFFIN, Roger. *The nature of Fascism*. Londres; Nova York: Routledge, 1994. *Apud.* SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42)

³⁶ PAYNE, Stanley g. Payne. *Fascism in Western Europe*. *Apud.* PINTO, A. C. *Op. Cit.* p. 42.

³⁷ PINTO, A. C. *Op. Cit.* p. 85.

³⁸ CABRAL, Manuel Villaverde. *O fascismo português numa perspectiva comparada*. In. AA. VV. *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, p. 19-30. *Apud.* PINTO. A. C.

enganadoras. Ao nível das aporias, surge a tentativa, louvável mas infrutífera, de definir com extrema precisão o fascismo como um ideal-tipo, invólucro vazio que se afastaria indefinidamente da realidade histórica; a verdade evidente consistiria em colocar a tônica apenas na singularidade única de um regime, cada regime sendo necessariamente único enquanto fenómeno histórico³⁹.

Já, entre os autores portugueses, foi Hermínio Martins quem inaugura as colaborações para entender a ideologia do salazarismo, ao trazer o conceito de *fascistização* nos anos 30, e *refascistização* a partir da Guerra Colonial⁴⁰.

Mansur da Silva enumera os elementos do Estado Novo que o fazem se assemelhar ao fascismo. Como exemplo, a eliminação de partidos políticos e dos sindicatos livres substituídos pelo partido único União Nacional e uma série de associações oficiais como grêmios para associações patronais, Casa do Povo para localidades rurais; criação de forças paramilitares como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa; repressão e censura pela polícia política, a PIDE, de forma a vigiar continuamente e punir os dissidentes e oposicionistas. Silva interpreta “o regime como autoritário-conservador em sua fundação e fascista em sua estrutura formal político-institucional em sua constituição”. Contudo, o Estado Novo não almejava as mudanças sociais, culturais e econômicas aspiradas pelo fascismo⁴¹.

Os caminhos e interpretações são díspares e ambíguos, como coloca Ernst Cole, em um estudo pioneiro comparativo dos regimes surgidos no entre-guerras:

Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerado um suficiente critério de fascismo [...] falta-lhes (aos regimes ditatoriais que surgiram entre as duas guerras) o apoio popular e o potencial partido único [...] originalmente, este também falta no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o Estado Novo é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não tem origem independente e nem vontade própria⁴².

Manuel Loff afirma que entende o autoritarismo

³⁹ LÉONARD, Y. *Op. Cit.* p. 139

⁴⁰ LOFF, M. *Op. Cit.* p.22.

⁴¹ SILVA, D. M. *Op. Cit.* p. 42.

⁴² NOLTE, Ernest. *Les Mouvements Fascistes, L'Europe de 1919 à 1945*. New York, 1964. Ernst Nolte. p.3-21. *Apud*. PINTO, A. C. *Op. Cit.* p.22.

como o modelo de organização sistêmica de um estado que pode estar impregnado de ideologia fascista, ou comunista, ou ultranacionalista (e também neste caso por sua vez o nacionalismo pode aparecer associados a outras ideologias), ou formalmente (mas não socialmente) democrática em Estados que, definindo-se constitucionalmente democráticos, passam por ciclos autoritários⁴³.

O mesmo autor conclui, dizendo: “o que não me parece é que *autoritarismo* e *totalitarismo* possam ser descritos como ideologias *per se*, que estructurem global, coerente e especificamente o complexo ideológico de um regime, por mais que contaminem, porque, isso sim, o fazem, a generalidade da sua prática”⁴⁴. Conforme Manuel Braga da Cruz, o regime de Salazar constitui uma ditadura de governo, e não de partido. O autor propõe uma tipologia das relações entre partido e estado e conclui que “se o fascismo foi autoritarismo, nem todos os autoritarismos foram fascistas”⁴⁵. Enquanto, segundo António Costa Pinto, “o caso português foi um típico exemplo de edificação de um regime autoritário num pequeno e periférico país europeu, sem intervenção determinante das (ou da) potências dominantes e com um caráter genuinamente nativo”⁴⁶. E acrescenta sobre as origens do regime: “É na ideologia da direita radical e do tradicionalismo anti-liberal, na importância do catolicismo anti-liberal como cimento cultural que se encontram as origens ideológicas e políticas do Regime de Salazar”⁴⁷.

É interessante notar que algumas classificações dadas por estudiosos coincidem com a auto-imagem que o regime fazia e propagava sobre si, tal como a originalidade ideológica do Regime, como visto em Costa Pinto.

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da austeridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém nos seus processos de renovação. A ditadura fascista rende para um cazarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos.⁴⁸

⁴³ LOFF, M. *Op. Cit.* p. 50

⁴⁴ *Idem.* p. 51.

⁴⁵ CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, 1988. *Apud.* PINTO, A. C. *Op. Cit.* p. 95.

⁴⁶ PINTO, A. C. *Op. Cit.* p. 102.

⁴⁷ *Idem.* p.122.

⁴⁸ FERRO, Antonio. *Salazar, Le Portugal ET son chef*. Paris, Grasset, 1934. p. 147-148. *Apud.* LÉONARD, Y. p.75.

Apesar de Salazar comparar-se, em parte com o Regime de Mussolini, ele pinta ainda mais as diferenças, pois quer mostrar que, assim como o bolchevismo e o fascismo são produtos da Rússia e da Itália, respectivamente, a ditadura portuguesa tem seus pormenores que só podem ser entendidos dentro da sua história e geografia⁴⁹. Entretanto, sabemos que essa auto-imagem não pode ser tomada ao pé da letra, pois provém de ações propagandistas do regime, e que fazem parte de sua ideologia e ações de legitimação.

Alguns desses estudos focavam em pontos específicos ou em determinadas instituições ligadas ao regime. Manuel Braga da Cruz faz um estudo sobre as relações mantidas entre o Estado Novo e o partido único, a União Nacional. Já Antônio Costa Pinto estuda os Camisas Azuis, de Rolão Preto⁵⁰. Segundo Pinto, Rolão Preto criou em 1923, juntamente com João de Castro, o Nacionalismo-Lusitano “o primeiro movimento português verdadeiramente fascista”, e, em 1923, fundou junto com os Camisas Azuis o Nacional-sindicalismo⁵¹.

A segunda metade dos anos 30 é tida como o maior período de fascização por parte do Estado Novo, de forma que ele teria absorvido elementos do fascismo, até mesmo dos Camisas Azuis. Em 1936, surgiram duas instituições de caráter coreográfico e fascista dentro do Estado Novo – a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. O primeiro era uma organização ideológica e paramilitar com intuito de educar os jovens segundo a moral cristã e cívica imposta pelo regime, atuando, principalmente, na educação infantil; a Legião Portuguesa, por seu turno, implicava aos jovens e adultos, inclusive o treinamento e manejo das armas.

No artigo “Hitler e Salazar”, o jornal faz uma comparação entre os dois chefes com trechos transcritos da entrevista de Felix Correa com Adolf Hitler e publicada nos dois países, sob o título “Quem vem lá?”. Quando o líder nazista alemão diz que “as boas relações em Portugal interessam-me profundamente, tanto mais que o atual regime português as inspira em princípios e objetivos que em muitos campos são orientados no mesmo sentido que o alemão”⁵². O mesmo teor comparativo aparece ao analisar as instituições paramilitares do Estado Novo, como o artigo “Saudações da M. P. Fascista”, em que o jornal critica a relação da citada instituição com a igreja e sobre sua função, que se “subordinou totalmente às tarefas de divulgação do mito salazarista e dos preceitos fascistas”, baseada no “Culto ao heroísmo

⁴⁹ LÉONARD, Y. *Op. Cit.* p. 75.

⁵⁰ *Idem.* p. 76.

⁵¹ PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologias, Elites e Movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945.* Editorial Estampa: Lisboa, 1994.

⁵² “Hitler e Salazar”. *Portugal Livre* n.º 2, dez. de 1959, p. 3.

guerreiro”, segundo o *Portugal Livre*, comum à juventude hitleriana. A matéria é ilustrada com a fotografia do ministro e do subsecretário da educação, em uma praça em Lisboa, rodeados por filiados da Mocidade Portuguesa, com as respectivas bandeiras hasteadas e fazendo a “saudação fascista”⁵³.

Após este breve e raso voo por sobre as classificações relacionadas ao Estado Novo de Oliveira Salazar, é possível retomar ao objetivo proposto e trazer à luz dos esclarecimentos a ideia de fascismo que os participantes do *Portugal Livre* tinham a respeito do regime. Compreendem-se aqui as opiniões expressas pelo grupo na forma de artigos e manchetes publicados no referido jornal, e não as experiências e opiniões pessoais, que podem dar-nos margem para um maior aprofundamento da questão, mas que, por delimitação de pesquisa, não cabem aqui nomear.

O contingente do jornal *Portugal Livre* era formado por exilados políticos, sendo o fio condutor comum (obviamente com suas variações nas trajetórias pessoais) nas experiências e relações com o Estado Novo. Muitos dos participantes do jornal foram perseguidos pela polícia política, a PIDE, ou ainda foram impedidos de exercer suas profissões em Portugal, fazendo com que viessem a se sentir “exilados no próprio país”. Ora, o ódio ininterrupto pela esquerda, sobretudo comunista, e a forte censura, foi uma das marcas do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão. Acredita-se/amos que pode ter havido uma releitura dos elementos do salazarismo, especialmente aqueles fortemente vivenciados por esse grupo, como a censura e a perseguição política, comparado aos elementos do fascismo italiano.

Lucena salienta que a imagem do regime pintada pelos oposicionistas

durante quase quatro décadas a aproximação do salazarismo ao fascismo teve curso fácil, demasiado fácil até tentando-se frequentemente identificar as práticas policiais, judiciais e censórias do Estado Novo com as do totalitarismo e descortinar em Salazar sinistras presenças com Hitler e Mussolini”. E considera que estas são “meras opiniões interesseiras, filhas da polêmica e não de um exame sereno e quanto possível objectivo dos termos em apreço”⁵⁴.

Não discordamos da possibilidade do termo ser utilizado com a função de chocar e chamar a atenção, especialmente se pensar que se trata de um jornal que tem este como seu fim último: levantar poeira e mostrar o “lado mau” do regime, mesmo que para isso, ou melhor, propositalmente para isso, seja necessário aliá-lo à imagem de dois dos regimes

⁵³ “Saudações da M. P. Fascista”. *Portugal Livre* n.º 3. jan. de 1960, p. 3.

⁵⁴ LUCENA, Manuel de. 2000. p. 284 e 310. *Apud*. LOFF, M. *Op. Cit.* p.42.

caídos há recentes cinco anos e amplamente condenado pela comunidade internacional. Apesar disso, há ainda um fator indispensável, e que Lucena parece se esquecer do tempo em que viveu tal oposição, pois nos referimos aqui aos contemporâneos do regime, e que, portanto, não teriam, e jamais seria possível ter uma visão geral e panorâmica da qual tem o pesquisador do século XXI. A isso se junta o fator que grande parte dos oposicionistas da viragem dos anos 50 para os 60, ou passou pela Mocidade Portuguesa, ou pela Legião Portuguesa na segunda metade da década de 1930, e portanto presenciou um dos períodos de maior fascização do regime.

Sobre tal relação, Léonard mostra que os oposicionistas

assimilavam de forma clara e directa o salazarismo ao fascismo, um fascismo que, entretanto, se tornou apenas um simples sinónimo de ditadura. Sinónimo redutor e enganador [...] que pode ser explicado pela análise, durante muito tempo superficial, proposta do salazarismo bem como por uma utilização política e prolífica da noção de fascismo. Anti-parlamentar, antidemocrático, antiliberal e anticomunista, nacionalista, corporativo e repressor, dotado de um partido único, o regime salazarista acaba por ser rápida e frequentemente qualificado como fascista⁵⁵.

Neste ponto é possível concordar com o autor, pois, como afirmado anteriormente, o grupo fez para si uma leitura que lhe parecia mais clara e certa sobre a realidade que eles viveram sobre o fascismo, o que pode ser visto ao percebermos com qual meio lutaram na oposição, no caso um jornal, que por si só já era uma afronta à censura e o meio pelo qual exerciam sua liberdade de expressão. Não por coincidência, mas a Revolução dos Cravos foi levada a cabo com o slogan “*Abaixo a ditadura! Abaixo o fascismo!*”, a mesma assimilação feita pela oposição que atuava na clandestinidade a partir do exílio.

A pesquisa na coleção completa do *Portugal Livre* permitiu identificar dois modos principais de classificação do regime de Oliveira Salazar como fascista. A primeira é a associação direta ao fascismo italiano e nazismo alemão, mediante citações, fotografias e “elementos fascistizantes semelhantes”, como a polícia política e instituições paramilitares, como nas matérias citadas. Em segundo, a utilização da palavra fascismo como sinónimo de “regime ou ditadura salazarista”, “fascismo português” ou “salazarismo” como figura de linguagem e artifício de retórica e argumentação. O jornal foi editado quinze anos após o término da II Guerra Mundial, o mundo havia condenado o holocausto judeu da Alemanha nazista; logo, a associação de Salazar a Hitler era também – e não somente – uma tentativa de

⁵⁵ LÉONARD, Y. *Op. Cit.* 187.

mostrar que o Salazarismo, nascido igualmente no período entre guerras, era passível de realizar ações condenáveis aos olhos de Portugal e do mundo.

Por fim, ressaltamos que, por mais matizada e discutida que esteja uma questão, nunca o é demais trazer à tona novamente. Principalmente, quando se trata de um conceito que ainda hoje ganha novos significados, quase sempre perversos. Quanto a minha opinião acerca do Estado Novo e sua classificação, não tenho ferramentas e aportes metodológicos para o fazer com profundidade de análise. Mas compartilho a ideia de Manuell Loff quando diz

que se especifiquem quais as fases/características *fascistas* ou *fascizadas*, quais as *autoritárias*, mas que não se utilize uma só dessas características para definir uniformemente dois regimes que atravessam a metade possivelmente mais contraditória do século passado, reduzindo a preconceito ideológico a utilização doutras⁵⁶.

E que, não esperem que agentes históricos possam ter a mesma clareza que temos nós, distantes e atentos pesquisadores, sobre o tema. Deve-se sim fazer a crítica, entender os porquês, e, principalmente, analisar as razões para tais denominações e classificações.

1.2 A censura e a Polícia Política

A única coisa perfeitamente organizada em Portugal é a PIDE. Tão organizada e tão forte [...] que nem o próprio Salazar tem força contra ela!⁵⁷

A frase de Santana Mota, na primeira edição do *Portugal Livre*, é extremamente emblemática, pois nos traz uma ponta do quão forte essa instituição se apresentava. Não cabe avaliar veracidade da informação, e sim com a importância que o contingente do jornal creditava a polícia política, por vezes tão demasiada, que chegava a aparecer em quase todas as edições do jornal.

Outro exemplo foi quando Humberto Delgado chegou ao exílio brasileiro em 21 de abril de 1959 e fez um discurso ainda no aeroporto do Rio de Janeiro, no qual apontou os horrores e tiranias do Salazarismo. Narrou para curiosos, portugueses exilados, simpatizantes da causa e jornalistas, as novidades a respeito do regime e os problemas que havia enfrentado com a PIDE, de forma que a comparou a Gestapo, polícia política que atuava na Alemanha

⁵⁶ LOFF, M. *Op. Cit.* p. 64.

⁵⁷ “A PIDE em Angola”, Santana Mota, *Portugal Livre*, São Paulo, nº1, nov. de 1959, p.5.

nazista⁵⁸. Não obstante, Delgado havia experimentado uma grande pressão por parte da polícia política, desde a campanha até o seu asilo, concedido pelo embaixador brasileiro, Álvaro Lins na embaixada brasileira. Por que Delgado comparou a PIDE a Gestapo?

Sabe-se que o general ganhou fama pela sua oratória e por seu modo direto de expor o que pensa, por vezes exagerando um assunto, característica que não agradava a todos. A questão não é a simples comparação de Delgado, e sim usá-la como parábola em tom de denúncia para não somente exilados, como para a imprensa em geral.

A PIDE era a polícia política portuguesa que estava em exercício no período correspondente ao corte temporal proposto nesta pesquisa. Nesta mesma época é acirrada a “caça” aos comunistas, que havia iniciado com a Guerra Fria, o que representou uma ação efetiva por parte da PIDE e uma grande dificuldade de articulação por parte da oposição clandestina⁵⁹. Não obstante, o regime mantinha diversas prisões políticas espalhadas pelo seu território, como a prisão de Caxias, o forte de Peniche, de Aljube, além da colônia penal do Tarrafal, em Cabo Verde, cenário de diversas mortes, com clara inspiração nazi, para onde eram levados opositores, mormente comunistas.

Esse contexto de perseguições, cotidiano vigiado e frustrações quanto à situação política do país gerou grande decepção em profissionais de diversas áreas. Os que estavam envolvidos em movimentos da oposição clandestina viram a expectativa profissional se esvaír e sobrar uma reduzida, quando não inexistente, oportunidade de trabalho; da mesma forma, ocorreu a exclusão gradual para aqueles que estavam inseridos na vida acadêmica. Já a censura atingiu diretamente os que trabalham com a liberdade de expressão e criatividade, tais como jornalistas, escritores e artistas. Dessa maneira, podem-se dividir os motivos em dois grupos: pessoais e políticos; não é possível, todavia, haver uma separação total entre ambas as categorias, visto que contexto político e razões pessoais estão numa linha tênue na história de vida desses portugueses. Entre os motivos pessoais destacam-se a desilusão com a situação da pátria, a falta de perspectiva ou ainda laços amorosos e contatos com portugueses já preestabelecidos no exílio. Já os motivos políticos perpassam, de maneira geral, a perseguição por parte da polícia política, dificuldades de organizar a oposição dentro do país, além da falta de oportunidade de trabalho e forte censura, como assinalado anteriormente,

⁵⁸ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – Biografia do General sem medo*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2008. p. 795.

⁵⁹SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42). p. 50.

pode-se notar com isto que a oposição ao regime não era pontual, mas estava voltada contra todo um sistema, em que a permanência no país tornava-se insuportável. Aliada às práticas repressivas e ao cotidiano vigiado, encontrava-se a limitação de expectativas de realização humana. Tratava-se de um conjunto sistemático de formas de expulsão, em que se justapunha um imaginário de nação autoritária conservadora, um aparato institucional repressivo e uma política restritiva da própria expansão do capital, com exceção dos grandes monopólios. Por sua vez, tal conjunto operava a inclusão ou exclusão selectiva em sistemas de privilégios⁶⁰

A censura nos primórdios do regime tinha dois alvos principais, os oposicionistas, de um modo geral, os republicanos, e os fascistas de outro⁶¹. “Entre 1926 e 1939, a ditadura militar falhou sucessivos projetos de institucionalização e foi alvo de várias tentativas de golpe de estado, quer a oposição pró-democrática (o mais forte dos quais a 7 de fevereiro de 1927), quer da extrema-direita”⁶². E fez com que se criassem, logo nos primórdios do regime, aparatos para garantir sua própria segurança interna, o que levou a um aumento da repressão e da exclusiva dependência do aparato repressivo delegado à Presidência do Conselho, ou seja, Salazar. Houve ainda a ampliação do controle do poder judicial, maioritariamente relativos aos crimes políticos, que fez surgir tribunais especiais, e um setor específico de magistratura, e ainda um maior aumento dos poderes para a polícia política⁶³.

A censura teve seu pico mais alto na vaga autoritária na década de 30, quando o regime criou as bases repressoras e censitárias por meio das instituições citadas. Depois o número de edições diminui consideravelmente ao longo das décadas, chegando quase a estagnar na década de 1950, período de estabilidade do regime, antes das eleições de 1958. A censura poderia agir em casos isolados.

A orientação seletiva da censura constitui também um revelador claro do tipo ideal “organicista”. Numa sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permita aferir a sua sobrevivência é publicado. O regime, aliás, não proibiu ou dissolveu sistematicamente as publicações afetas à oposição. Estas sobreviveram ao longo dos anos 1930, isoladas ou reduzidas a um público intelectual, e puderam até debater o significado social da arte ou o pacto germano-soviético, desde que mantivessem nos estritos limites dos cafés de Lisboa e não chegassem à classe operária, já que no bastão

⁶⁰ *Ibidem*. p. 53.

⁶¹ Sobre a censura no Estado Novo ver AZEVEDO, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999. E MADEIRA, João *et al.* *Vítima de Salazar: Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007. E PIMENTEL, Irene Flunser. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2007.

⁶² PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21.

⁶³ *Idem*, p. 26.

provinciano e rural Salazar estava descansado e confiava nos modelos de enquadramentos tradicionais⁶⁴.

A suspensão dos sindicatos livres e partidos políticos, a criação de um partido único oficial – a União Nacional – o uso sistemático da censura, a ação direta da PVDE, a criação de instituições de caráter fascista e para-militar, como a Mocidade e a Legião Portuguesa, são fatores que contribuíram e muito para a existência constante de um “clima profundamente repressivo e de um eficaz sistema de controle que se estendia a toda população”⁶⁵.

Uma série de decretos e medidas foi tomada na tentativa de conter tanto a insatisfação de pessoas que trabalhavam dentro do regime, quanto aos “desordeiros” que ousavam desafiá-lo. Ainda durante o período da Ditadura Militar, diversos meios legais foram lançados, de modo a conter a oposição interna. O Decreto 16.011, de 9 de outubro de 1928, dizia:

A todos os portugueses que no estrangeiro, quer individualmente, que associados com outrem, promovam a rebelião contra o Governo da Nação ou o descrédito interno ou externo do País, será, independentemente de outro procedimento que no caso couber, aplicada, em Conselho de Ministros, uma multa proporcional aos seus haver e à gravidade dos fatos praticados⁶⁶.

Já o Decreto 20.314, de 16 de setembro de 1931, lançado após a revolta da Madeira, era destinado a funcionários públicos locais e membros das forças Armadas, com castigos desde suspensão temporárias “caça” aos comunistas “caça” aos comunistas a exonerações definitivas. Mas, somente o Decreto 21.493 previa a concessão de anistia a presos políticos e emigrados, lançado em dezembro de 1932, com Salazar já na presidência do conselho de ministros. No entanto, abria uma série de exceções, como casos já em curso e julgamento de líderes revoltosos⁶⁷.

O decreto seguinte, 22.468, publicado em 11 de abril de 1933, regulava o direito de reunião, mas depois de obter-se uma autorização do governador civil do distrito competente. Enquanto o Decreto 22.469, do mesmo dia, previa:

⁶⁴ PINTO, António Costa. “*O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 32.

⁶⁵ RABY, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal*. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974. Lisboa: Edições Salamandra, 1988. p. 10.

⁶⁶ *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985, p. 25. *Apud*. MENESES, F. R. de. p. 172.

⁶⁷ *Idem*, p. 172.

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade⁶⁸.

Assim um decreto complementava o outro: era possível reunir-se ao passo que interditava o “direito de reunião para [...] fins contrários à lei, à moral e ao bem público”. Enquanto o crime de rebelião era punido com seis a doze anos de exílio nas colônias, ou quatro a oito de prisão⁶⁹.

Veremos nos capítulos seguintes que a censura foi um dos motores da revolta – e subsequente busca pelo exílio – para diversos personagens envolvidos nesta pesquisa e, por conseguinte, o seu entendimento, ainda que breve, é indispensável para a compreensão das tomadas de atitude por parte deles. O mesmo vale para a posição assumida pela o editorial do *Portugal Livre* quanto às perseguições e controle exercido pela polícia política, que havia suspeita de possuir informantes em território brasileiro.

1.3 Breve explicação da História das oposições ao Estado Novo

A longevidade do regime levou alguns autores a ignorar o papel da resistência, dando ênfase a um suposto apoio popular, que a repressão do regime era suave e que a população portuguesa aceitava de forma passiva⁷⁰.

O baixo nível de desenvolvimento de Portugal em comparação com os padrões europeus e ausência de grandes concentrações de proletariado das minas ou indústrias pesadas, como existia em Espanha ou em alguns países da América Latina, impedia o desenvolvimento de uma resistência popular organizada⁷¹.

Porém, ela existiu desde o primeiro ano depois do golpe em 1926 até a Revolução dos Cravos, em 1974, passando por fases muito distintas, seja na discussão sobre a forma de ação mais direta ou pacífica ou o protagonismo entre os partidos envolvidos. Alguns autores

⁶⁸ *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985, p. 142-143. *Apud*. MENESES, F. R. de. p.173.

⁶⁹ RABY, D. L. *Op. Cit.* p. 175.

⁷⁰ *Idem*. p. 10.

⁷¹ *Idem*, p. 11.

dividem em três fases com linhas bem delimitadas: de 1926 até 1943, a segunda até o início da década de 60 e, por último, de 1960 até o fim do regime⁷².

A primeira fase é marcada por uma oposição desorganizada e individualizada, com base na ação armada e direta, em que se podem citar três exemplos claros. O movimento republicano, democrático e liberal do Revirinho ou reviralhismo entre 1926 e o início da década de 1940, marcada por uma série de tentativas de golpes e revoltas que buscava a queda da ditadura e a restauração da república. Nesse mesmo período, tem-se o Movimento Nacional-sindicalista, com estrutura e organização fascista, liderado por Francisco Rolão Preto e, por último, algumas revoltas pontuais na década de 30, organizadas pelos comunistas em oposição ao corporativismo que estava sendo aplicado aos sindicatos.

No período da Ditadura Militar, formou-se, em Paris, a Liga de Defesa da República, frequentemente referida como “Liga de Paris”. Entre seus membros, contavam-se os antigos líderes partidários Afonso Costa, Álvaro de Castro e José Domingos dos Santos, membros da corrente intelectual Seara Nova e ex-oficiais no exílio. A organização tinha os objetivos de estabelecer contato com exército e restabelecer a revolução de 1910. Alguns desses viriam a integrar o grupo dos Budas⁷³. Ainda nesse período, antes da constituição de 1933, a “oposição em Portugal uniu-se sob a Aliança Republicana-Socialista, liderada por homens como Norton de Matos, Mendes Cabeçadas e o almirante Tito de Moraes”⁷⁴, em 1931.

Em 1945, Salazar promove uma revisão constitucional para dar sobrevida ao regime, e o adaptar às novas tendências democráticas do mundo no pós-guerra. Assim, anunciou a dissolução da Assembleia Nacional e a realização de eleições livres, “tão livres quando na livre Inglaterra”⁷⁵. No entanto, a interpretação exagerada dessa suposta abertura levou a uma crença ingênua por parte da oposição republicana de que Salazar cairia juntamente com as ditaduras do Eixo. Todavia, essa fracassada esperança não desanimou a oposição de todo. Influenciado pela suposta abertura política realizada por Salazar, um grupo composto de distintas partes da oposição pediu autorização para uma reunião política pública, que teve

⁷²“Dawn Linda Raby procura fazer uma distinção entre “resistência” e “oposição”: “enquanto a primeira implica a luta activa, a segunda significa uma atividade política mais reduzida e pacífica, que pode até ser legal ou, pelo menos, “tolerada”. In: RABY, d. L. *Op. Cit.* p. 15. Contudo, não procuro seguir os mesmos termos e nem me adequar a tal conclusão, que poderia em minha opinião ser feita de maneira completamente oposta: resistência é ficar estático enquanto algo avança sobre você, já oposição é opor-se contra algo, em uma força igual ou superior ou aplicada.

⁷³ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Uma biografia política*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p. 171.

⁷⁴*Idem*, p. 171.

⁷⁵ OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” In *Nova História de Portugal*, (dir.) SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (Dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (Coord)., Lisboa, Presença, 1990, p. 57.

lugar em Lisboa, em 8 de outubro de 1945, realizada no Centro Republicano Almirante Reis. Dessa reunião, saiu a fundação do Movimento da Unidade Democrática (MUD), que pretendia ser um movimento legalizado e cívico, de forma a representar toda a oposição ao regime. As exigências escritas em seu primeiro manifesto eram liberdade de imprensa, de reunião e propaganda, eleições livres com acesso às mesas de voto e fiscalização, libertação e presos políticos, entre outros pontos. Na semana seguinte, em 17 de outubro, o Presidente da República, General Carmona, recebeu uma delegação do MUD na residência oficial, mesmo tendo negados os pedidos da delegação, o fato de recepcioná-los foi amplamente noticiado nos jornais, pois representaria uma suposta abertura do regime.

Segundo César Oliveira, o MUD foi “o maior movimento organizado e de massas contra o Estado Novo que a oposição criou durante a vigência do regime derrubado em 25 de abril de 1974”⁷⁶. Fato que se deve a três fatores: o contexto de derrubada das potências do Eixo, a crença de uma autotransformação do Estado Novo sugerida pelo discurso de Salazar em agosto de 1945. E por último, a capacidade do MUD em aglutinar diferentes e variados setores da oposição, representados por pessoas de alguma presença na sociedade portuguesa, como comunistas, anarquistas, republicanos e democratas⁷⁷. Porém, em março de 1948, o governo decide pela ilegalidade formal do MUD, com a detenção e perseguição de muitos dos seus membros. Segundo Rosas,

durante a primeira crise do Estado Novo, no fim da II Guerra Mundial, o regime tremera, conhecera fracturas sob o impacto interno e internacional dos efeitos do conflito e da vitória aliada, mas nunca chegara a ser seriamente ameaçado na sua sobrevivência⁷⁸.

O suporte das democracias ocidentais e o surto econômico, que acabou por melhorar a condição de vida e trabalho em Portugal, foram dois dos fatores que enfraqueceram a oposição no início da década de 50⁷⁹.

A segunda fase corresponde a um período mais organizado, centrado na participação ativa e pacífica por intermédio de instituições criadas nas brechas e aberturas do próprio regime, tais como as eleições de 1949, 1951 e 1958 e os movimentos com tentativas de englobar um maior número de oposicionistas, como o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), de 1943, e o MUD, de 1945. Ao mesmo tempo, aconteceram algumas

⁷⁶ *Ibidem*, p. 58.

⁷⁷ *Idem*, p. 66.

⁷⁸ ROSAS, Fernando. Prefácio. In: *Humberto Delgado as eleições de 58*. Lisboa, 1998. p. XIV.

⁷⁹ OLIVEIRA, César. *Op.Cit*, p. 74.

tentativas de golpe, como golpe da Sé em março de 1959, golpe Botelho Moniz no início de 1961.

É nessa fase que aparecem em maior número os dissidentes do regime, provenientes das forças armadas, e que de início não passavam confiança para os demais grupos que vinham resistindo por décadas. Em meio aos dissidentes, existia um grupo ligado diretamente à sua gênese, vindos do 26 de maio e da primeira fase do Estado Novo. Eles acusavam Salazar e Santos Costa de terem desvirtuado a “pureza original do Estado Novo e da Revolução Nacional”, dentre os quais destacam-se Henrique Galvão, o almirante Quintão Meireles – candidato da oposição nas eleições de 1951 – e David Neto, que traria Humberto Delgado⁸⁰.

Mas, sem dúvida, a eleição de 1958 e o surgimento do “rebelde” General Humberto Delgado como figura carismática e com tendências unificadoras no seio da oposição foram os maiores acontecimentos no período em foco, fato que analisaremos mais adiante e que se mostrou fundamental para a fundação do *Portugal Livre*. A questão-chave é que as eleições, cujos votos foram claramente alterados, reascenderam a discussão que sempre aparecia entre os opositores, sobre as formas que deverão agir em face do salazarismo:

A insistência da oposição de direita em “ir até ao fim” em “ir às urnas”, posição que a individualizava desde a campanha de Norton de Matos, em 1949, pouco tinha a ver com uma convicção de possível vitória eleitoral. Era uma forma de oposição ordeira mostrar que entrava no jogo, se dispunha a colaborar “responsavelmente” com quem, dentro do regime viesse ao seu encontro para discutir os “problemas da Nação”⁸¹.

Raby divide a resistência ao fascismo em seis etapas distintas, de forma que esta dissertação situa-se entre 1957-1962, quando “a luta antifascista interna atinge seu auge, trazendo a superfície novas e vigorosas tendências no seio da resistência: populismo militar, catolicismo de esquerda e uma intensa actividade insurreccional de carácter civil e militar (guevarismo)”⁸².

Já a última parte corresponde ao fim dos anos 60 até o fim do regime, que contava com um crescimento das forças radicais da oposição em paralelo com o descontentamento das forças armadas por parte do próprio regime.

⁸⁰ ROSAS, Fernando. “O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.p.18.

⁸¹ ROSAS, Fernando. “Prefácio”. In: *Humberto Delgado as eleições de 58*. Lisboa, 1998, p. XXVI.

⁸² *Idem*. p. 14.

1.4 Clandestinidade e partidos políticos: Partido Comunista Português

Clandestinidade não quer dizer que esteja escondido, que esteve num buraco, clandestinidade é o corte com a família, o corte com os amigos, [...] era o corte com a vida pública praticamente⁸³.

As desavenças entre o PCP e Humberto Delgado começaram durante a campanha presidencial de 1958, sem levar em conta o sentimento anticomunista que o general nutria como homem do regime. Portanto, o presente texto faz um adendo a essas questões, e também às discussões que o partido enfrentou sobre as formas de agir na sua luta⁸⁴.

A História do PCP é longa e nem sempre coesa; o partido pode ser considerado o com maior vida clandestina na oposição ao Estado Novo. Marcado por diferenças ideológicas e rachas internos, tentou adequar-se ao longo dos anos às brechas que o regime permitia, ora passando por fases mais radicais, ora outras mais pacíficas e “legais”. Não era fácil conseguir organizar os partidos de forma eficaz e ativa na clandestinidade, de modo que o PCP conseguiu manter, embora com altos e baixos, suas atividades em um grande período de coexistência com o regime⁸⁵. O PCP se reorganizou no fim dos anos 30, após uma grave crise gerada pela repressão policial, conduzido por Álvaro Cunhal e José Gregório.

Em fins dos anos 30, o próprio jornal *Avante!* havia sofrido um racha e sido substituído, ainda que temporariamente, por outro jornal, o *Em Frente!*; sem nenhuma tradição revolucionária, a edição não durou muito tempo. Já nos anos seguintes, houve duas publicações diferentes do *Avante!*; uma do grupo tradicional, com nomes como Cansado Gonçalves, Vasco de Carvalho e Velez Grilo, e a outra, responsável diretamente pela reorganização do partido, com um quadro recém-saído das prisões de Angra do Heroísmo e Tarrafal, em virtude da “Amnistia dos Centenários”, que comemorava a Fundação da Nacionalidade em 1140 e a Restauração da Independência em 1640⁸⁶.

Apesar de vários manifestos e apelos à unidades de todas as forças democráticas e antifascistas, numa versão portuguesa da Frente Popular, o

⁸³ Jaime Serra em entrevista no documentário “A Fuga de Peniche”, produzido por Paulo Costa Comunicação e Audiovisuais In: <www.pcca.pt> consultado em janeiro de 2012.

⁸⁴ Sobre a história do Partido comunista português, ver o clássico e controverso SÁ, de Pinto. *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz, 2006. E ainda a dissertação de doutoramento de MADEIRA, João Manuel Martins. *O partido Comunista português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo a vitória”*. (1949-1965). (Tese de Doutorado) Universidade Nova de Lisboa, 2011.

⁸⁵ RABY, D. L.. *Op. Cit.* p. 16.

⁸⁶ *Idem.* p. 56.

PCP nunca conseguiu transformar suas palavras de ordem numa realidade política; os sucessivos “programas” para uma Frente Popular emitidos não tiveram grande audiência, dado que não reflectiam nem uma efectiva união com outras forças de oposição nem continham propostas significativas tendo em vista o derrube do regime⁸⁷.

Ainda na década de 30, o documento “Objectivos e tácticas da Frente Popular” apresentava duas questões fundamentais para se realizar uma possível unidade antifascista – primeira sobre como derrotar o fascismo, e outra sobre como criar as condições necessárias para a derrota. Ainda no documento, a luta de massas era considerada o “único método” que traria êxito e triunfo em uma insurreição contra o fascismo (abril de 1938)⁸⁸.

Entre os anos de 1940 e 1941, o partido passou a abranger várias áreas do país com uma rede clandestina e bem organizada⁸⁹. As greves de 1943 e 1944 deram grande força ao PCP ao terminar a Segunda Guerra Mundial, o que o manteve na vanguarda da oposição, manobrando e relacionando-se com diversos setores da oposição até as eleições de 1949. Já no período posterior, entre 1949 e 1954, o partido sofreu várias baixas, como a prisão de Cunhal, em detrimento da forte repressão por parte da polícia política, fazendo com que o partido se fechasse e centralizasse. Já em meados da década de 1950, o partido teve um desvio “anarco-liberal”, para, entre 1956 e 1959, entrar em um desvio de direita, com uma postura de oposição pacífica, que acreditava na progressiva desagregação do regime⁹⁰. O V congresso do PCP definiu a “saída pacífica para o problema político portuguesa” como sua linha de ação, com base no XX congresso do PC da URSS em 1956, com intenção de captar dissidentes dentro de diversas hierarquias, para alcançar tal fim⁹¹. Com isso, a intenção de Cunhal, exposta no III Congresso do PCP, ou o I clandestino em Portugal “consistia em ampliar o mais possível o campo da unidade antifascista, incorporando elementos da burguesia liberal e até trânsfugas do regime”.

A campanha de 1958 mostrou que a postura pacifista do partido era ineficiente e acabou por participar minimamente das eleições; mas, entre os anos de 1958 e 1959, o PCP é quase todo desmantelado, com a prisão de mais de quarenta funcionários e militantes. Entretanto, a fuga de dez dirigentes do forte de Peniche, em janeiro de 1960, permitiu uma sobrevida ao partido, que revê suas posições colocadas no V Congresso em 1957, passa a condenar o *putschismo*, equiparando seu efeito nocivo ao da política pacifista, pois aquele

⁸⁷*Ibidem.* p. 53.

⁸⁸*Idem.* p. 54.

⁸⁹*Idem.* p. 51.

⁹⁰MOREIRA, António. “A crise: do “terramoto Delgado” ao golpe da Beja”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 27.

⁹¹ROSAS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 20.

cria ilusões utópicas e desarticulava as massas. Nessa mesma época, Álvaro Cunhal elegeu-se secretário-geral, em uma medida que visava ter um reforço centralizador⁹². Já depois de 1962, o regime sofreu uma radicalização nas formas de luta.

⁹²*Ibidem*, p. 28.

CAPÍTULO II

2. Exílio brasileiro: opção para continuar a luta

A ditadura portuguesa, entre 1928 e 1974, gerou umas das maiores ondas de emigração política da Europa, equiparando-se somente com a Guerra Civil, na Espanha.⁹³ Os destinos escolhidos por esses emigrantes eram vastos, tais como Europa, América do Norte e Latina e Norte da África, especialmente Argélia. Na Europa, a Espanha, antes do franquismo, recebeu alguns exilados, assim como Bélgica e Bruxelas, mas mais tardiamente; a França foi o país europeu com maior número de exilados portugueses. Já no continente americano, encontram-se diversos grupos, como nos Estados Unidos da América, Argentina, México, Venezuela e o Brasil, do qual estamos tratando⁹⁴. O maior fluxo de imigrantes políticos portugueses para o Brasil foi a partir década de 50, em parte pelo fato de Portugal ter entrado para a Organização das Nações Unidas (NATO), o que permitiu um maior fôlego e estruturação interna por parte do regime e, conseqüentemente, apertou ainda mais a repressão política e fez com que muitas pessoas deixassem o país.

Entre 1958 e 1974, cerca de 1,5 milhões de portugueses deixaram sua terra natal para se radicarem em outros locais. Importa distinguir aqui entre emigração de trabalho, a maior parte, e os exilados, uma pequena parte. Ainda que haja situações ambíguas nos dois grupos, nem todos que deixaram Portugal podem ser classificados como exilados. O Brasil, até a década de 1950, era um dos principais destinos para os portugueses, e foi o maior, dentre todos os destinos, nos anos que corresponde este trabalho, entre 1958 e 1960. Apesar disso, acabou perdendo espaço para países onde não era necessária a longa travessia oceânica, que poderia ser mais cara e burocrática; e muitos portugueses acabaram, então, por se radicar na Europa central⁹⁵.

Um dos fatores de extrema relevância ao tratar dos exilados do Estado Novo está ligado à longevidade do regime. Parece lugar comum fazer tal afirmação sempre que se aborda a referida temática, mas na verdade é sempre necessário fazê-lo, para evitar assim problemas de conceitos e contextualizações. Se, para analisar a natureza ideológica do regime

⁹³ *Ibidem.* p. 179.

⁹⁴ *Idem.* p. 181.

⁹⁵ FREITAS, Eduardo de. “O fenômeno emigratório: a diáspora européia”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol. V. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 191.

de Oliveira Salazar, não se pode perder de vista a sua dimensão no tempo, o mesmo se refere quando tratamos de seus opositores, e por consequência, exilados.

2.1 Primeira geração de exilados

Faz-se necessário ressaltar que não é nova a relação do Brasil com exilados portugueses, já que o histórico do país como “opção de fuga” é antigo, seja nas revoluções liberais de 1820, como também no advento da República, a colônia de exilados formava-se ora por liberais, ora por monárquicos. Tal relação de receptividade tem, à primeira vista, fatores que parecem óbvios: o idioma e a História comum dos dois países.

Um ano após o golpe militar em 1926, chegou o primeiro exilado português em terras brasileiras: tratava-se de João Sarmento Pimentel, uma figura muito importante na Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910. Participou da revolta de fevereiro de 1927, contra a recém- instaurada Ditadura Militar, e com o fracasso, foi expulso do exército e exilado. No Brasil, aliou-se ao Centro Republicano Português, que fora fundado em 1908 na cidade de São Paulo e editou a *Revista Portuguesa*, entre 1930 e 1945; além disso, apoiou o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, no Rio de Janeiro, que editava o *Jornal Republicano*⁹⁶.

A chegada dos *Budas*⁹⁷, a partir da década de 1940, marcou uma mudança na oposição portuguesa no exílio brasileiro, já que antigos republicanos acolhem os recém-chegados, e o grupo ficou assim formado por Jaime de Moraes, Moura Pinto, Novais Teixeira, Jaime Cortesão, Lúcio Pinheiro dos Santos, Sarmento de Beires, entre outros. Alguns dos membros agiam, sobretudo, por intermédio de crônicas jornalísticas em jornais do Rio de Janeiro, como *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, nos quais fazem oposição ao colonialismo português, discorrem sobre a Europa fascista e os problemas que o continente viria a enfrentar, assim como fazem críticas diretas a Salazar e Franco⁹⁸.

O Centro Republicano Português, cuja sede era em São Paulo, existia no Brasil desde 1908 e congregava boa parte da oposição no exílio brasileiro, tornando-se assim uma sede social e ponto de referência para os exilados que aos poucos chegavam. Desse grupo, saíam os responsáveis pela edição do jornal *Portugal Democrático* e os que davam vida ao Comitê de Intelectuais Portugueses na década de 1950.

⁹⁶ OLIVEIRA, Fabio. *Op. Cit.* p. 78.

⁹⁷ Grupo formado por Jaime de Moraes, Moura Pinto e Jaime Cortesão, exilados em virtude da Revolta de 3 de fevereiro de 1927, no Porto. Sobre os *Budas*, ver PAULO, Heloisa. “Da Revolução ao Exílio: trajetórias de vida e de combate”. In *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010.

⁹⁸ PAULO, Heloisa. *Op. Cit.* p. 118.

Sarmiento Pimentel foi figura-chave na organização e inserção de uma nova geração de exilados no Brasil. Em virtude da amizade de Pimentel com diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Ruy Mesquita Filho, diversos jornalistas portugueses encontraram trabalho na redação do jornal, principalmente o grupo proveniente do *Diário Ilustrado*. Entre os jornalistas estavam Miguel Urbano Rodrigues, que participou de jornais oposicionistas no Brasil como *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. Esse contato preestabelecido entre as redações dos jornais é um exemplo claro de um caminho que a vida de exilado pode tomar, pois se baseia em uma rede de conexões e ajuda mútua que, no caso, acabam por influenciar os rumos que a luta dessa nova geração de oposicionistas realizaria no Brasil⁹⁹.

O *Diário Ilustrado* teve pouca duração, entre 1956 e 1963. Miguel Urbano Rodrigues trabalhou como diretor responsável e recrutou a primeira redação.

Vida curta e atribulada, mas que indubitavelmente foi uma escola de jornalismo onde despontaram valores seguros da imprensa portuguesa [...] o estimulante projecto de renovação de que eram mentores perdeu-se com eles, pois não foi possível encontrar substitutos à altura e o jornal não conseguiu impor-se, acabando por desaparecer com eles¹⁰⁰.

A proposta era apresentar um tabloide inovador e diferenciado, se comparado aos tradicionais periódicos portugueses. Carlos Branco, colega de liceu de Miguel Urbano, ficou como diretor e, dessa forma, expôs o projeto para Urbano Rodrigues, que se incumbiu de reunir uma gama heterogênea de jornalistas para formar a redação. No entanto, essa diferença proposta inicialmente traduziu-se, segundo Urbano, em uma falta de um projeto conciso e coerente. Por outro lado, o periódico apresentava uma grafia distinta do que a imprensa portuguesa mostrava, com cores diferentes nos cabeçalhos das duas edições diárias, que apareciam com três horas de intervalo¹⁰¹.

Outra novidade foi a transcrição de artigos inteiros do jornal francês *France Soir*, que, mesmo com o crivo da censura, algumas matérias interessantes passavam despercebidas e eram publicadas, o que fez do *Diário Ilustrado*, leitura obrigatória para quem ansiava em acompanhar a conjuntura internacional¹⁰². Junta-se a isso a rapidez com que a redação publicava notícias. Muitas vezes, era a primeira a noticiar; em outras situações conseguia um furo e reportagem ou cobertura fotográficas exclusivos, o que era bastante frequente.

⁹⁹BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*. (Tese de Doutorado da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2007. P. 53.

¹⁰⁰PALLA, Maria Antonia, "A Revolução da Imprensa, Apesar da Censura", In: *Portugal Contemporâneo*, António Reis (Direcção), Lisboa. Publicações Alfa, 1989, p. 209.

¹⁰¹ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 118.

¹⁰²*Idem.* p. 102.

A proximidade dos donos do jornal com simpatizantes do regime fez com que alguns salazaristas entrassem para o quadro da redação, o que trouxe problemas maiores de censura. Mas foi por causa de uma perseguição política, com falsa acusação de roubo sobre Carlos Eurico, feita por Lucas de Souza, que a situação complicou-se ainda mais. Insatisfeito com a ocorrência, Miguel Urbano Rodrigues declarou que enviaria uma carta de demissão aos administradores explicando seus motivos, os quais muitos colegas acabaram por aderir. O fato tomou dimensões maiores e ficou conhecido rapidamente nas outras redações, e inclusive no próprio regime, ganhando contornos políticos com o afrontamento coletivo.

O episódio do *Diário Ilustrado*, nomeadamente, inseriu-se num momento importante da vida portuguesa. O punhado de jovens que ali recusou submeter-se carregavam vivências diferentes, mas o seu comportamento anunciou a tendência emergente em sectores da pequena burguesia intelectual para romper o torniquete da submissão que asfixiava, despersonalizando-as, as camadas médias de uma sociedade pantanosa e imobilista¹⁰³.

Após o acontecimento, Miguel Urbano Rodrigues ficou alguns meses desempregado, tentou contatos em algumas redações, mas sem sucesso. José Freitas, seu colega de profissão do *Diário Popular*, disse-lhe “Não és um militante político, mas o teu nome passou a figurar na lista negra do regime. Mesmo fora do jornalismo não vais encontrar emprego com facilidade”¹⁰⁴. Até ser informado por Veiga Pereira que o maior jornal brasileiro, *O Estado de S. Paulo*, estava à procura de jornalistas portugueses; então, por indicação de Jaime Cortesão junto de Júlio de Mesquita Filho, não demorou para que Miguel fosse convidado para o cargo¹⁰⁵.

Como colocado no início deste capítulo, as redes de contato eram fator-chave e que pesavam na escolha do destino. No caso em questão, as possibilidades e abertura com que Rodrigues teve com os jornalistas brasileiros permitiram que novos exilados viessem para o Brasil, sob sua indicação, como por exemplo, dois outros jornalistas provenientes do *Diário Ilustrado*, que vieram a fazer parte do quadro do jornal *OESP*, Victor da Cunha Rego e João Alves das Neves, ambos residiram temporariamente na casa de Urbano Rodrigues, com suas respectivas esposas¹⁰⁶.

Esse novo contingente recém-chegado ao Brasil contrastou com a colônia de portugueses já existentes no país. Porém, excluindo a nacionalidade em comum, os motivos

¹⁰³ *Ibidem*. p. 11.

¹⁰⁴ *Idem*. p. 132.

¹⁰⁵ *Idem*. p. 135.

¹⁰⁶ *Idem*. p. 152.

que os reuniam no mesmo país eram distintos, e, portanto, são igualmente distintas as categorias ou classificações desses novos portugueses¹⁰⁷. Assim sendo, eram “imigrantes políticos” e não “imigrantes econômicos”. Bem da verdade, a categoria imigrante pode não ser suficiente, ou mesmo válida, o mais preciso seria exilado ou refugiado. Nessa mesma linha de pensamento, também não se pode nomeá-los como colônia e sim diáspora¹⁰⁸.

A década de 1950, o Brasil foi palco de encontro de duas gerações de exilados, distintas na idade e experiência histórica e, principalmente, formação ideológica. O grupo com o qual Heloisa Paulo vem pesquisando trata-se de uma primeira geração, que viu, e muitas vezes participou, da instauração da República e fez oposição à Ditadura na década de 1930, antes mesmo da instauração do Estado Novo. Essa geração tem formação mais conservadora, composta ainda por monárquicos e republicanos, que tem em Jaime Cortesão e Sarmiento Pimentel dois exemplos. Já a segunda geração, da qual tratam autores como Fábio Ruela e Douglas Mansur, é de exilados que nasceram, ou cresceram, dentro do regime, e participaram das instituições para-militares de caráter fascista, como a Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa, na segunda metade da década de 30. Houve, então, um confronto de mentalidades e divergências políticas, cuja compreensão dessas diferenças ideológicas pode resultar em uma interpretação mais rica e dinâmica sobre os debates que a oposição travou a partir do exílio.

2.2 *Portugal Democrático: o jornal pioneiro*

Estabelecido na cidade de São Paulo, o professor Vítor Ramos juntamente com Manuel Ferreira de Moura fundam o jornal *Portugal Democrático* na tentativa de agrupar o contingente de exilados. O jornal durou mais de duzentas edições mensais, entre 1956 e 1974, e possuía como objetivo denunciar as irregularidades e ilegalidades do Estado Novo para o mundo, além de manter a colônia portuguesa – e a sociedade brasileira de uma forma geral – atualizada com os fatos e o clima tenso em Portugal e, posteriormente, o andamento da guerra colonial, na África. Em seu quadro de redatores e colaboradores, passaram nomes como Barradas de Carvalho, Victor da Cunha Rêgo, Miguel Urbano Rodrigues, Sarmiento Pimentel, Jaime Cortesão, Jaime de Moraes, Jorge de Sena, Maria Archer, Vitor Ramos, Adolfo Casais

¹⁰⁷ Os primeiros exilados da ditadura de Salazar foram acolhidos pelos que partilhavam dos mesmos ideais, mas mal vistos pelos conservadores, emigrados, sobretudo, no Rio de Janeiro. Sobre a colônia de portugueses no Brasil, que apoiavam o regime de Salazar, ver: PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra. Quarteto, 2000.

¹⁰⁸ *Idem*. p. 54.

Monteiro, Fernando Lemos, Fernando Muralha, Joaquim Quitério, entre outros, que se dividiam entre uma série de funções como diagramação, editoração, anúncios, impressão, distribuição, assinaturas, doações de terceiros e muitas outras. O grupo contou, ao longo de seus quase dezenove anos, com o apoio de diversos intelectuais brasileiros, como os sociólogos Florestan Fernandes e Octávio Ianni e dos historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Carlos Guilherme Mota¹⁰⁹.

A proposta foi muito além do que editar um jornal, e sim, servir como um ponto de referência para todos os exilados em terras brasileiras. Organizou encontros e congresso como o Comité Pró-Anistia de Presos Políticos e discussões em universidades brasileiras sobre temas portugueses, mas que interessavam ao mundo inteiro, tal como o colonialismo. Caracterizava-se como um *movimento* que articulou os integrantes com a sociedade brasileira com uma rede de contatos com opositores exilados em outros países, contribuindo para uma rede internacional de emigrados¹¹⁰. No entanto, mesmo escrito a partir do exílio, era pautado por questões que aconteciam dentro de Portugal. Exemplo disso é a orientação da luta do PCP na segunda metade da década de 1950, quando se optou por uma luta pacífica, o já citado “desvio de direita”, fato que acabou por influenciar a redação do *Portugal Democrático*.

Inicialmente era caracterizado pela formação heterogênea de sua redação e colaboradores, como os republicanos liberais João Sarmiento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel, e uma célula do Partido Comunista Brasileiro, da qual faziam parte alguns portugueses e monarquistas como Thomaz Ribeiro Colaço, além de anarquistas e socialistas. A unidade sempre foi um tema corrente entre os artigos e crônicas nas páginas do *Portugal Democrático*; contudo, foi aos poucos sendo liderado quase que exclusivamente pelo núcleo comunista, o que acabou por desagradar outros envolvidos. Assim, a solução pacífica adotada pela redação batia de frente com as novas questões e efervescências recém trazidas de Portugal por Humberto Delgado e foi questão de meses para tais divergências se tornarem incontornáveis.

¹⁰⁹ Sobre o jornal *Portugal Democrático*, ver: SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42); RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático: um jornal de resistência ao Salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo, 2004. Sobre alguns portugueses que participaram do jornal, ver OLIVEIRA, Fabio Ruela. *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casai Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1994)*. Rio de Janeiro, Niterói, 2010. (Tese de Doutorado); BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*. (Tese de Doutorado da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2007.

¹¹⁰ SILVA, Douglas Mansur da. *A ética da Resistência: os exilados anti-salazaristas do Portugal Democrático (1956-1975)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 2000. p. 25.

O jornal se viu obrigado a adaptar-se à conjuntura política brasileira, a qual vivia uma ascensão das esquerdas e havia passado por um golpe militar em 1964, forçando o grupo a silenciar perante a citada questão, caso quisesse sobreviver à nova situação de duplo exílio. Muitos deixaram o Brasil, outros mudaram o tom de sua crítica a Salazar, centralizando a análise em cima da guerra colonial em curso. Pois o colonialismo estava condenado pela comunidade internacional, bem como da ditadura militar brasileira. Ainda assim, foi o único jornal editado no país que conseguia falar abertamente em marxismo e luta de classes sem ser impedido pela censura. Entre os últimos anos, tratou de denunciar os abusos e violações dos direitos humanos na Organização das Nações Unidas (ONU) e a fazer críticas à falta abertura de Marcello Caetano. Mas voltaria a utilizar e apoiar a abordagem direta na oposição ao Estado Novo.

2.3 Um novo exilado: Humberto Delgado e o MNI

“Prolongamento da Pátria, no Brasil não sentimos o gosto amargo do exílio.”¹¹¹

O general Humberto Delgado era um homem do regime, anticomunista, apoiou tanto no golpe militar, quanto na instauração do Estado Novo. Foi condecorado e representava Portugal em diversas questões internacionais. Quando morou por cinco anos nos Estados Unidos da América, como adido militar da Embaixada Portuguesa e membro militar da NATO, tomou conhecimento da democracia americana, e sua visão a propósito do salazarismo começou a mudar, até ser convidado pela oposição para ser candidato à Presidência da República¹¹². A partir da década de 1940, estabeleceu uma série de contatos com instituições democráticas, por intermédio de negociações com os ingleses entre 1941 e 1943; foi ainda representante português na Organização Internacional da Aeronáutica Civil (1947-1950), em Montreal, e depois de 1952 a 1957, chefe da Missão Portuguesa na

¹¹¹ “Definindo posições”, Humberto Delgado, *Portugal Livre*. São Paulo, nº1, nov. de 1959, p.1. Essa frase Delgado deve ser lida com bastante cuidado, primeiramente por estar no artigo de abertura da primeira edição do *Portugal Livre*, e, portanto, tem um efeito muito mais de agradecimento ao povo brasileiro do [esta frase está incompleta]. E segundo por se tratar de Delgado um exilado singular e reconhecido, o que acabava por gerar uma série de cortesias e solidariedade tanto por seus compatriotas quanto do próprio governo brasileiro.

¹¹²Ver: DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telo (Org.) *Humberto Delgado – as eleições de 58*. Lisboa: Editora Veja, 1998.

NATO¹¹³. Essa “descoberta” por si só não despertou repentinamente o interesse pela democracia, mas sim se misturou a um espírito inquieto e predisposto para aceitar as transformações. Agrega-se a isso uma forte anglofilia de Delgado; como exemplo, o caso da base dos Açores em 1941-1943¹¹⁴.

Humberto Delgado teve sua formação ideológica forjada dentro dos quadros militares do Estado Novo, como todos de sua geração. Seu rompimento com o regime, e sua “tomada de consciência” sobre o funcionamento da democracia, sobretudo a americana, não resultaram em uma visão progressista do mundo. Assim, seu comportamento e relação com os demais eram sempre pautados por uma concepção autoritária do trabalho político¹¹⁵.

Fernando Rosas define que houve quatro diferentes condições políticas, que abriram a crise no regime, na primavera de 1958. A primeira delas se constituiu na “consumação, com caráter a partir daí irremediável, do processo de desagregação interna do regime, latente desde o pós-guerra”¹¹⁶. “A segunda é que toda a oposição parecia estar unida em torno de uma política de “transição pacífica”, através, sobretudo de um golpe palaciano, ou por via constitucional”¹¹⁷. Enquanto a terceira condição estaria ligada ao perfil, personalidade e estilo do “candidato independente”. A última “condição favorável à mudança decorria de uma nova situação internacional que começava a ter seus reflexos em Portugal”¹¹⁸. Como já afirmado, o regime vivia, nos anos 50, um dos maiores períodos de estabilidade interna e prestígio externo desde o início,¹¹⁹ entretanto, dentro de Portugal, “borbulhavam as contradições de uma sociedade que conhecia um profundo processo de transformação a todos os níveis”:

Os anos 50 marcam, talvez, o período de mais importantes transformações de economia portuguesa desde o início do presente século. Neles emerge como força econômica e social claramente hegemônica – ao cabo de um longo processo histórico maturação – o capital e a burguesia industrial, que então aprofundam as transformações estruturais exigidas pelo seu desenvolvimento e expansão¹²⁰.

Alguns autores definem que foi na campanha de 1958 que Salazar e o Estado Novo iniciaram sua longa queda:

¹¹³ RABY, D. L. *Op. Cit.*, p. 179.

¹¹⁴ *Idem*, p. 180.

¹¹⁵ RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p. 158.

¹¹⁶ ROSAS, Fernando. “O Estado Novo, 1926-1974”. In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII. Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 503.

¹¹⁷ *Idem*. p. XVIII.

¹¹⁸ *Idem*. p. XXIII.

¹¹⁹ ROSAS, Fernando. “O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958”. In: Portugal Contemporâneo. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990. p. 7.

¹²⁰ *Idem*, p. 7.

É sabido, por outro lado, que o fato político, como fato de superfície, é mais facilmente datável. Daí a escolha do ano de 1958 para assinalar o início deste período da nossa História contemporânea, Trata-se de um ano que marca, sem dúvida, o imaginário político dos portugueses. O fenômeno de massas que se gera a partir da candidatura presidencial do general Humberto Delgado¹²¹.

Mais do que oposição direta ao regime “as eleições de 1958 arrancam num quadro claro de fortíssima disputa pela hegemonia entre as oposições, fator fundamental que havia obstado à apresentação de um candidato único”¹²². A campanha durou pouco, apenas um mês, mas foi tempo suficiente para que a população sentisse esperança. Marcada pela célebre frase “Obviamente demito-o!”, pronunciada em uma conferência de imprensa no dia 10 de maio de 1958, no Café Chave d’Ouro, em Lisboa, quando perguntado o que ele faria a respeito de Salazar, caso eleito. Foi uma campanha enérgica, forte, que movimentou o país de cima a baixo, unificando a oposição na candidatura de Humberto Delgado contra Américo Tomaz, especialmente após a desistência do Dr. Arlindo Vicente. Apesar disso, como era de se esperar, o resultado fraudulento deu vitória ao candidato de Salazar. “A sua preocupação em fazer cautelosas declarações públicas, acordos entre pequenos grupos de intelectuais e das profissões liberais e em cumprir as regras do jogo foi substituída por uma política de massas e uma ação ousada e direta”¹²³. Os portugueses não estavam acostumados, e mesmo a censura e constante vigilância da PIDE não permitiam, tamanho barulho. O apelido de “General Sem Medo” foi atribuído pelo Dr. Carlos Cal Brandão, de uma frase dita por ele em uma conferência de imprensa em Lisboa, mas dada no comício do Coliseu do Porto,¹²⁴ na ocasião em que se reuniram duzentos mil populares e gerou repressão por parte da PIDE.

Por uma lado o resultado foi desanimador, pois, como era esperado os votos de Delgado foram descaradamente roubados, por outro abriu-se a brecha de esperança de que o regime poderia ruir. Em virtude dos resultados o general a escreveu uma carta para o presidente, enumerando todas as irregularidades do processo eleitoral. Nos dias que sucederam as eleições, o regime suspendeu os direitos militares de Humberto Delgado, que era cada vez mais perseguido pela PIDE, e segundo o próprio,

¹²¹ REIS, António. (Dir.) *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990. p. 7.

¹²² MADEIRA, João. “O PCP entre o rescaldo da campanha de Delgado e os caminhos para derrubar o regime (1958-1959)” In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010 .p. 160.

¹²³ *Idem*, p. 217.

¹²⁴ RABY, D. L. *Op. Cit.* p. 199.

Salazar fez esta eleição porque não gosta que o considerem um ditador, por isso mostra à América e à Inglaterra que também tem eleições. Mas estão a ver: disparando, arrombando... três vezes entrou a polícia no meu quartel-general, roubando os meus papéis. É um escândalo! Infame. E eu ando sempre num carro descoberto, a mostrar-me! Não tenho medo de ser assassinado!¹²⁵

A forma de ação de Delgado, entre o período do fim das eleições até seu asilo prévio na embaixada brasileira em Lisboa, foi a escrita, em conjunto com seus correligionários, de uma série de cartas com denúncias da fraude eleitoral e enviadas para representações do governo e da República¹²⁶.

Não havendo mais espaço para continuar sua luta, resolveu pedir asilo político na embaixada brasileira, cujo representante era Álvaro Lins¹²⁷, e lá ficou de janeiro a abril de 1959, após um primeiro convite feito pelo presidente do Centro Republicano Português, de São Paulo, Carlos Cruz¹²⁸. Esse período de espera foi fortemente acompanhado pela imprensa internacional, em especial a brasileira; a oposição ansiava por uma resposta positiva na sua viagem ao Brasil, que acabou se concretizando. Humberto Delgado, por sua vez, afirmou que teria vindo ao exílio justamente para não lhe ser negada a possibilidade de luta, fato que se tornou-se inviável em Portugal¹²⁹. A demora de sua saída do consulado brasileiro em Lisboa fez com as diferenças ideológicas existentes na oposição relaxassem de certa forma, na medida em que os esforços e as atenções voltavam-se para o desfecho do caso¹³⁰. A câmara e o senado brasileiros recém-empossados, em 1959, declararam pleno apoio, com exceção de apenas um senador, ao embaixador Álvaro Lins. ao “Caso Delgado”, buscaram argumentos na relação histórica entre Brasil e Portugal e no comprometimento com a democracia para justificar sua retórica¹³¹.

O avião que o trazia chegou às doze horas e quarenta e cinco minutos no vôo DC-7C da Panair, sob gritos confusos e repetitivos de “Brasil! Portugal! Delgado! e liberdade!”, acompanhado de bandeiras tremulantes dos dois países¹³². Logo após o desembarque no

¹²⁵ (Daily Express, 3 de Junho 1958) In: <<http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html>>. Acesso em dezembro de 2011.

¹²⁶ OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” In *Nova História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (Dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Presença, 1992, p. 81.

¹²⁷ O “Caso Delgado” será melhor analisado no quarto capítulo.

¹²⁸ DELGADO, I. (et AL.) *Op. Cit.* p. 139.

¹²⁹ ROSA, F. D. *Op. Cit.* p. 813.

¹³⁰ RODRIGUES, M. U, *Op. Cit.* p. 157.

¹³¹ *Portugal Democrático*, São Paulo, n.º. 23, p. 1.

¹³² *Portugal Democrático*, São Paulo, n.º. 24, p.2.

Brasil, Humberto Delgado já pôde perceber as diferenças políticas e pessoais que havia na oposição: “reparei então ao chegar ao hotel que os meus bolsos abarrotavam de cartas de elementos da oposição, contendo críticas aos seus compatriotas e oferecendo-se para meus conselheiros”¹³³. As duas principais organizações oposicionistas existentes no Brasil eram o Centro Republicano Português e a Associação Humberto Delgado, da qual o general era patrono, e presidida por Luís Carvalhal. Entretanto, situava-se no Rio de Janeiro e contrabalançava a existência da fundação Oliveira Salazar¹³⁴.

Durante a coletiva no Hotel Glória, logo após a sua chegada, Delgado revelou que o governo de Salazar tentou suborná-lo com a proposta de um “curso de ciências econômicas no estrangeiro” onde receberia a título de gratificação de 40 contos, o que seria quatro vezes mais do que seu salário no exército. E sua declinação perante o suborno teria sido o estopim que o levou a uma série de perseguições, inquéritos disciplinares e o derradeiro asilo¹³⁵.

Delgado chegou a São Paulo no aeroporto de Congonhas, dia 14 de maio, pouco depois do meio-dia, com milhares de pessoas esperando-o; o que surpreendia, no entanto, era o número de estudantes universitários que o proclamavam como líder de uma revolução latente e necessária que se aproximava em Portugal¹³⁶. Ainda no saguão do aeroporto, foi levado nos ombros por exilados compatriotas, embaixo de vivas, cartazes e faixas, terminando com um trajeto até o hotel Jaraguá, que ficava no mesmo edifício da redação do *OESP*, acompanhado de cinco batedores da polícia¹³⁷.

Um dia após sua chegada, foi realizado um jantar em um dos mais tradicionais restaurantes de São Paulo, o Fasano – celebre e famoso até hoje – para mais de trezentas pessoas, entre oposicionistas, senadores, jornalistas, simpatizantes, professores universitários, compatriotas e líderes de diversas instituições. Na ocasião, apenas três discursos foram proferidos e interrompidos a todo o momento com palmas e cumprimentos calorosos, como do professor catedrático da Universidade de São Paulo e presidente do diretório paulista do Partido Socialista Brasileiro, Dr. Saldanha Marinho, como também do comandante Sarmento Pimentel, aclamado como líder republicano dos oposicionistas paulistas e, por último, do próprio general¹³⁸.

¹³³ DELGADO, I. (et al.); *Op. Cit.* p.165.

¹³⁴ *Idem.* p.166.

¹³⁵ *Portugal Democrático*. São Paulo, nº. 24, p. 2.

¹³⁶ Ver Anexo I.

¹³⁷ *Portugal Democrático*. São Paulo, nº. 25, p. 1.

¹³⁸ *Portugal Democrático* São Paulo, nº. 25, p. 3.

O discurso de abertura de Saldanha Marinho foi breve e buscou elementos comuns entre os dois países para justificar o apoio do governo brasileiro ao “Caso Delgado”, e passando para uma série de elogios ao general, “V. Exa. representa, portanto, a raça que estabeleceu a liberdade. Primeiro a da sua ação. Em seguida, a dos mares, transformando o Cabo das Tormentas em Boa Esperança”.

Enquanto o discurso de Sarmiento Pimentel foi taxativo: Humberto Delgado representava a mudança completa na forma de agir de toda a oposição portuguesa, seja ela dentro ou fora do país. Mesmo ciente de que estariam longe demais para começar um movimento revolucionário, Pimentel ressaltou que a vinda do general fez com que a situação político social de Portugal se tornasse cada vez mais conhecida no Brasil, e as atenções estavam voltadas para este país agora, e o general representaria o símbolo desse pretensão movimento revolucionário¹³⁹.

Inicialmente Delgado não revelou sua frustração e indignação que sentiu do comandante Sarmiento Pimentel no seu discurso, pois, mais do que preparar qualquer movimento revolucionário, pretendia, sobretudo agradecer ao Brasil pela hospitalidade e falou ainda sobre a democracia, do apoio da oposição que formou a plataforma de sua campanha presidencial, e ainda das relações entre Brasil e Portugal. O estranhamento de Delgado em relação a Pimentel era justamente colocá-lo como um símbolo; porém, as declarações fervorosas e impactantes do General fazem-no cair em constante contradição. Quando ainda estava em Portugal, sem planos para vir ao Brasil, ele concedeu uma entrevista ao *New York Times* afirmando: “Não me vou embora. Vou ficar em Portugal. Dentro ou fora da prisão – sou uma espécie de mito. Quero continuar a ser um mito – um mito anti-salazar”¹⁴⁰.

Arajaryr Campos, secretária brasileira de Humberto Delgado enquanto esteve exilado no Brasil, já demonstrava sua admiração por ele antes mesmo de sua chegada em terras brasileiras, lia sempre as notícias sobre o “Caso Delgado” quando esteve na embaixada brasileira em Lisboa. A ótima comunicação, prática em datilografia e, especialmente, a vontade de doar-se fizeram de Arajaryr uma ótima secretária, à qual o general sempre se lembrava de agradecer. Viajou duas vezes para Portugal: logo em seguida aos acontecimentos da revolta da Beja, em 1961, e uma última vez em 1965, quando então foi assassinada junto com Delgado em uma emboscada planejada pela PIDE na fronteira entre Portugal e Espanha.

¹³⁹ *Portugal Democrático*. São Paulo, nº. 25, p. 6.

¹⁴⁰ “Delgado pledges a free Portugal” em *New York Times*, 6 de junho de 1958. *Apud*. MENESES, F. R. de. p. 464.

A admiração e, muitas vezes a absorção do que representava a figura do general após as eleições de 1958 e sua recepção no Brasil, personificado como a esperança da oposição no exílio, pode ser claramente notada nas declarações de Campos acerca da organização e coesão dos exilados. Dentre suas anotações desse contexto, destaca-se o seguinte trecho:

Qualquer um que tenha uma exteriorização política, que escreve ou discursa, ou dá uns trocos para um telegrama ou panfleto – julga-se um segundo Churchill [...] a piorar este quadro acresce que os mais antigos, ou se retiraram da política, ou cooperam nela apenas financeiramente de longe em longe, ou andam em guerrilha a disputar o primeiro lugar ou, ainda são indivíduos sem categoria mental ou moral que agora pertencem à atual oposição como pertencerão a qualquer outra toda a vida. É preciso ter em conta que a oposição recebe tudo, inclusive os inadaptáveis à sociedade, com ambição ou vaidade desmedida quando compara aos seus fraquíssimos valores reais¹⁴¹.

Em outros momentos, utiliza de adjetivos pesados para descrever determinadas personagens no exílio, como Sarmiento Pimentel chamando-o de “caquético” e “homem velho já a gagá”, a quem a oposição escolhera como símbolo de ação na falta de outro nome oficial. Primeiramente não cabe aqui um juízo de valor quanto à caracterização da oposição pintada por Arajaryr, nem tampouco a citei para utilizar sua explicação, sem fazer uma crítica pertinente. Os depoimentos são memórias contemporâneas aos fatos, como um diário que Arajaryr escrevia com frequência, e somente décadas depois sua filha juntamente com Iva Delgado transformariam em livro. Assim, as memórias de Campos podem levantar questões e possibilidade de interpretações interessantes quando à opinião e voz do próprio Humberto Delgado.

As conclusões de Rosa não são díspares de Campos, ao afirmar que “os oposicionistas ativos no Brasil eram uma minoria com terríveis defeitos, a começar pela tendência de se digladiarem internamente”¹⁴². O autor pinta um quadro de um grupo exilado nada coeso, com figuras “gagás” e trapaceiras, que pareciam estar à espera de Delgado – então eleito pelo povo em 1958 e líder absoluto dos oposicionistas – para organizar o caos no exílio brasileiro.

Estava em jogo a proeminência de um setor de forte influência comunista, que tinha o seu órgão no jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo, e que preservava Sarmiento Pimentel no papel de vetusto ‘comandante’ – quando na realidade não comandava coisa nenhuma¹⁴³.

¹⁴¹ CAMPOS, Arajaryr. *Uma brasileira contra Salazar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 43.

¹⁴² ROSA, F. D. *Op. Cit.*, p. 801.

¹⁴³ *Idem*. p.807.

Como afirmado anteriormente, uma das principais formas de ação do general era a escrita de cartas e telegramas, seja para chefes de estados de diferentes continentes, colegas de oposição ou imprensa. Muitas das cartas foram escritas às pressas, de forma um tanto caótica, utilizando todos os cantos possíveis do papel, enquanto outras eram datilografadas, em papel timbrando e com as devidas formalidades. Nesse momento, era crucial o trabalho de Arajaryr que, não somente lia e redigia os documentos, como muito provavelmente conversava com Delgado e absorvia abundantemente das opiniões políticas por ele expressa nas cartas ou mesmo em discursos públicos. Não obstante, parte das palavras usadas pela secretária é consonante com descrições de Delgado sobre esse mesmo panorama.

Obviamente não se quer aqui diminuir a participação de Arajaryr Campos na luta contra o regime de Oliveira Salazar, até porque há diversos momentos em que ela emite opiniões riquíssimas e muito próprias sobre o Estado Novo, ou a respeito da relação entre Brasil e Portugal, sem contar a forma com que ela entregou-se à causa, haja vista que não recebia pelo trabalho de secretária e pagou do próprio bolso suas viagens para Portugal. Contudo, o que se quer aqui é entender as razões de sua opinião sobre o tema desta dissertação em questão. Assim, é interessante reler e ponderar suas colocações, que numa possível hipótese, era um reflexo da posição do homem com o qual trabalhava, ou então sobre influências muito fortes da visão dele.

O *Portugal Democrático*, juntamente com a imprensa brasileira, foi um dos grandes responsáveis em divulgar cada passo do longo calvário de Delgado até o exílio, e, dessa forma, ajudou a consolidar sua imagem de líder sufragado. Entre os editoriais, houve a publicação de suas cartas enviadas para ministros e membros das forças armadas. Em uma delas, endereçada ao ministro do interior, o general pedia para diminuir a brutalidade utilizada pela PIDE, principalmente na prisão de Caxias, e apelava para a condenação internacional para os abusos cometidos pela polícia política¹⁴⁴.

Outro exemplo é a única edição extra entre as 205 publicadas pelo jornal, para cobrir o asilo pedido na embaixada brasileira. Na capa, embaixo de uma foto de Humberto Delgado, o seguinte texto.

Mais do que nunca, o general Humberto Delgado simboliza o espírito de resistência dos portugueses contra a opressão, os roubos e os crimes da ditadura salazarista. O chefe indiscutido da Nação Portuguesa – porque é um homem sem medo – não tardará em vibrar no fascismo os golpes que destruirão o iníquo regime. “Portugal Democrático” incita todos os

¹⁴⁴ *Portugal Democrático*, São Paulo, nº.17, p. 1.

portugueses livres e dignos à luta contra a tirania de Salazar sob a chefia de Humberto Delgado¹⁴⁵.

O jornal publicou na íntegra em duas edições, dois meses antes de Delgado chegar ao Brasil, o inquérito disciplinar instaurado sobre ele em dezembro de 1958 contendo 21 quesitos sobre seu envolvimento em ações logo após as eleições, como circulares assinadas pelo MNI, cartas abertas, cartas endereçadas a generais e ministros, ao Papa João XXIII e sobre entrevistas concedidas a jornais estrangeiros. Delgado respondeu todas as questões positivamente, mas não sem antes desconstruir as perguntas do interlocutor e recolocá-las conforme sua ótica. O documento serviu ainda mais para consolidar sua área de líder oposicionista que nada teme¹⁴⁶.

Não há dúvida que o “Caso Delgado”¹⁴⁷, imensamente noticiado pelas publicações oposicionistas, criou um grande entusiasmo e expectativa entre os exilados brasileiros; porém, a relação entre estes e o general estava prestes a mudar, sobretudo com *Portugal Democrático*, cuja degradação foi gradual e irreversível. Antes, o jornal publicava todos seus passos em Portugal, e, quer por causa da conhecida vaidade do general, quer por uma estratégia política, enviou uma carta ao jornal tecendo elogios sobre suas ações e publicações e enviando cumprimentos ao diretor, carta que foi publicada em primeira página¹⁴⁸.

Miguel Urbano Rodrigues afirmou não ser fácil analisar e julgar a personalidade de Humberto Delgado, e não cabe aqui trazer todos os pontos positivos enumerados pelo autor. O que é interessante para análise do trabalho é entender a sua ambiguidade de comportamento perante uma organização coletiva na luta contra o salazarismo. Segundo Rodrigues, o general apresentava “ambição com facetas infantis, era vaidoso, exibicionista, autoritário, conflituoso e não tinha o menor senso do ridículo”¹⁴⁹.

Assim como ocorreu com a campanha eleitoral de Delgado na oposição em Portugal, em território brasileiro, o general também pode ser considerado um divisor de águas, tanto no que tange às posições políticas, quanto nas posturas em relação ao modo de operar da oposição a partir do exílio¹⁵⁰. Ao afirmar: “quanto a mim, tinha decidido nunca mais

¹⁴⁵ *Portugal Democrático*, São Paulo, nº Extra, p. 1.

¹⁴⁶ *Portugal Democrático*, São Paulo, nº. 22, p. 1.

¹⁴⁷ Ver: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do tratado da Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: ICS, 2003.

¹⁴⁸ *Portugal Democrático*, São Paulo, nº. 18, p. 1.

¹⁴⁹ RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p.159.

¹⁵⁰ MOREIRA, A. *Op. Cit.*, p. 24.

abandonar a luta, quer pela pena, quer pela espada. Por isso continuei a escrever”¹⁵¹, Delgado assume uma postura de luta por intermédio da pena, o recurso que mais estava a seu alcance naquele momento, e que o acompanharia durante todo o período no exílio brasileiro, como veremos.

O Movimento Nacional Independente foi fundado em 8 de junho de 1958, presidido pelo Dr. João Rodrigues¹⁵². Na ocasião, Delgado reúne-se com representantes locais e nacionais dez dias após as eleições nos escritórios do advogado Gustavo Soromenho. O movimento preconizava a continuação da luta pela democracia iniciada nas eleições, com os objetivos de buscar a legalidade pela reunião e realização de comícios, apoiar moralmente, legalmente e quando possível financeiramente, as vítimas da repressão, bem como a “liberdade de lutar pela instituição das liberdades democráticas”. Para tal, escreveu-se um documento formal com o pedido para que o movimento funcionasse legalmente; todavia, como era de se esperar, o pedido de autorização foi negado, e o MNI seguiu em uma semi-clandestinidade pautada em planos e golpes de estado. Como exemplo, as cartas escritas por Delgado aos chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, apelando aos generais que reconhecem as eleições, protestassem pela troca de oficiais, entre demais itens, documento que acabou sendo negado¹⁵³.

A primeira ação do movimento em Portugal foi uma carta em 21 de junho de 1958 assinada por Humberto Delgado para denunciar as fraudes cometidas pelo regime durante a campanha presidencial e na apuração dos votos desta, endereçada ao presidente da república: “foi ao presidente da república que enviei a impugnação das eleições pela forma como estas decorreram, não só para ficar na História, mas como meio de encorajar, provocar e criar uma atmosfera propícia para eventuais ações”¹⁵⁴. A carta obteve resposta obviamente negando as acusações, mas fez com que Delgado conseguisse uma audiência com o presidente da república, o que foi considerado um grande passo no que concerne à abertura e diálogo.

As cartas seguintes foram enviadas aos generais Júlio Botelho Moniz, Frederico Lopes da Silva, Carlos da Costa Macedo e José Bezerra Ferraz, em 17 de junho de 1958, propondo um golpe de estado começado pelas Forças Armadas¹⁵⁵.

É claro que a tempestade desencadeada pelo delgadismo varreu todos os cálculos e raciocínios tácticos da transição ordeira. Delgado despertou o

¹⁵¹ DELGADO, Iva; (et. al). *Op. Cit.*, p. 135.

¹⁵² *Idem*, p. 166.

¹⁵³ MOREIRA, A. *Op. Cit.* p. 23.

¹⁵⁴ DELGADO, I. (et al.) *Op. Cit.* p. 109.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 124.

apoio transbordante de um imenso movimento popular, mas com isso perdera o apoio dos oficiais “craveiristas”, sem nunca em algum momento, o ter chegado a conquistar”¹⁵⁶.

Delgado deixou claro que não queria ajuda dos generais para chegar à presidência: “parto do princípio de que os destinatários desta carta não irão de forma primária ver nela o jogo ardiloso de um camarada que, sem tropas na mão [...] vem procurar junto de outros camaradas uma ajuda para chegar à Presidência da República”¹⁵⁷.

A primeira sede do MNI no Brasil ficava no Rio de Janeiro, mesma cidade da Associação General Humberto Delgado; no entanto, as ações do movimento em Portugal eram muito abstratas e estavam presentes mais nas palavras do general do que em ações concretas. Segundo as memórias de Miguel Urbano Rodrigues, “após as eleições de 1958 não tinha existência e nem havia condições para se estruturar em Portugal, a continuidade do MNI foi muito mais figurativa, do que ativa em si”; ¹⁵⁸ mesmo assim, Delgado assume como chefe da oposição no exílio, buscando continuidade nas lutas do MNI.

Humberto Delgado surgia então como conciliador dessas diferentes facções existentes no exílio, trazendo para o Brasil o movimento que deveria se organizar em torno “do líder sufragado”. Lançou, em 1959, a Directiva Geral nº 6, que estabelecia a fundação do MNI no Brasil, a qual daria continuidade à Candidatura Nacional Independente, com intuito de representar a unidade na oposição. Para tal, definiu os órgãos competentes e nomeou, ele mesmo, as pessoas ligadas ao movimento como Henrique Galvão, Tomás Ribeiro Colaço, Francisco Oliveira Pio e Luís Carvalhal¹⁵⁹.

A Directiva nº 6 não foi muito bem aceita pelos oposicionistas brasileiros, especialmente os envolvidos com o jornal *Portugal Democrático*, os quais Delgado considerava comunistas com vontade de poder, e que não reconheciam o MNI

O Partido Comunista provou ser outro obstáculo, bem como o mais antigo jornal oposicionista no Brasil – *Portugal Democrático* – que se opunha a qualquer plano para derrubar a ditadura por meios violentos. Preferiam fazê-lo por meio de eleições, mas não explicavam como tencionavam conseguir-lo com as eleições que o governo português autorizava¹⁶⁰.

De fato, eles não o reconheciam, tanto que enviaram uma carta com 39 signatários repudiando a ação de Humberto Delgado e explicando que estavam a longa data combatendo

¹⁵⁶ ROSAS, F. *Op. Cit.* p. XXII.

¹⁵⁷ *Idem.* p. 131.

¹⁵⁸ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 163.

¹⁵⁹ *Idem.* p. 811.

¹⁶⁰ DELGADO, I. (*et al.*) *Op. Cit.* p. 173.

o regime, discordavam da estrutura do movimento e diziam que este ia contra as leis brasileiras, e que o exílio brasileiro era considerado periferia dentro do movimento de oposição e não caberia à periferia dirigir a oposição e ação direta de derrubada do Estado Novo¹⁶¹.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 813.

CAPÍTULO III

3. *Portugal Livre: As ações*

O presente capítulo centra-se na fundação, seguido pelo abalo gerado com a primeira edição do *Portugal Livre*, passando pelas dúvidas e dificuldades que permeavam seu editorial, até a organização, edição e colaboração de todos os envolvidos. O jornal prometia um movimento brusco e firme em direção à derrubada do fascismo, sem cair na ingenuidade de que a queda deveria partir de um golpe vindo de gabinete, de forças militares ou esperar a lenta abertura do regime.

3.1 A fundação

O início dos desentendimentos da oposição no exílio brasileiro deu-se pela publicação do artigo “E depois de Salazar?”, de Miguel Urbano Rodrigues, no *Portugal Democrático*, o qual propunha um debate acerca do futuro do país, e sua nova organização política e social para além do Estado Novo. No texto, o autor propõe um socialismo aberto, com contornos por serem definidos pelo povo. Já Victor da Cunha Rego, em contrapartida, publicou uma resposta apontando os projetos e caminhos ideológicos que a tomada do poder deveria galgar em Portugal, mostrou a importância do pensamento individual, mas acentuou na execução prática de tais projetos¹⁶². Rego, assim como a sugestão de Rodrigues, chamou a atenção para a necessidade de se pensar no Portugal do futuro, de como a população deveria organizar-se para que o país não caísse em um caos e mergulhasse novamente em outra ditadura, ou para evitar que as regras fossem ditadas por sobreviventes ao regime ou capitalistas protegidos por ele. Para tal, a sociedade deveria estar unida dentro de um sentimento, a revolução deve ser alimentada por quem sonha e percebe os problemas da nação, arquitetada em parceria com técnicos aptos para fazer as mudanças necessárias. Tais alterações se faziam urgentes em diversas áreas, como na precariedade das universidades portuguesas, saúde e o latifúndio no Alentejo. Apesar de propor um esboço de um projeto futuro, o artigo clama a todos pela unidade e por levar em conta todos os partidos, aproveitando a organização e doutrinação comunista, que seriam necessárias para a reorganização do estado português. O autor encerra considerando o anticomunismo como um mal estúpido, pois, aos que pensam que o PCP

¹⁶² RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.*, p. 178.

poderia mergulhar o país em outra ditadura, esquecem-se do contrapeso que faria deste uma concepção impossível: a igreja católica, igualmente doutrinária, mas com séculos de experiência e muito bem fundamenta na sociedade¹⁶³.

Os artigos não surtiram o efeito como ambos esperavam e, para esquentar o debate, que parecia passar despercebido por parte dos demais integrantes do jornal, principalmente os comunistas, Miguel Urbano Rodrigues convidara Eduardo Lourenço para escrever sobre o tema. Segundo Rodrigues, Lourenço havia saído do PCP há pouco tempo, em virtude das divergências que ele tinha com o partido, sobretudo a propósito das formas de ação política e o modo de ver o mundo¹⁶⁴. Este colaborou sob o pseudônimo de Criticus, “para evitar que sobre ele recaiam as iras do Sr. Salazar e, o que seria pior, as atenções da PIDE”, sob o título “A Nova República deve nascer adulta”. O artigo era longo para os padrões do *Portugal Democrático* e, conseqüentemente, dividido em duas edições. Lourenço, no entanto, havia muito que dizer, e assim o fez, primeiramente buscando falhas e caracterizando o regime de Salazar, para em seguida mostrar um caminho não somente para derrubá-lo, e sim o que fazer em Portugal depois dele. Segundo o autor, a

a substituição de pessoas não é tudo, muito menos a substituição de *slogans*. O essencial é a construção positiva de uma Nova Republica capaz de integrar harmoniosa, mas firmemente, as antinomias mortais dos últimos cento e cinquenta anos da vida política nacional¹⁶⁵.

Do mesmo modo, ressaltou a importância da coexistência das diferentes correntes de pensamentos, de forma que deveriam cooperar e não competir entre si. O pensamento comum deveria deixar a mentalidade de oposição e arquitetar a configuração da “Nova República”, haja vista que a verdadeira oposição seria o próprio regime. O diálogo, seja em Portugal ou nas colônias, é a palavra-chave para se chegar à maturidade de um regime legitimamente democrático. Ao fim, conclui que “a democracia é a resposta a um problema político não a uma questão moral, metafísica ou religiosa”¹⁶⁶.

Vitor Ramos e Manuel de Moura, dois militantes do PCP do jornal *Portugal Democrático*, não haviam levantado objeções contra os artigos iniciais, mas responderam a

¹⁶³ *Portugal Livre*. São Paulo, nº 1, nov. De 1959, p. 4.

¹⁶⁴ Miguel Real afirma que não há confirmação desta filiação de Eduardo Lourenço ao PCP, pois as obras e artigos que publicou, não só desmentem tal informação, como são opostas a ela. Como em *Heterodoxia I* (1949) e *O Desespero Humanista* de Miguel Torga (1955), além da infinidade de textos publicados no Porto ou Lisboa. REAL, Miguel. “Democracia e anti-colonialismo em Eduardo Lourenço: 1959-1963”. Metacritica Dossier. BD/ME, p. 59-78.

¹⁶⁵ *Portugal Livre*. São Paulo, nº.1, nov. De 1959, p. 4.

¹⁶⁶ *Portugal Livre*. São Paulo, nº2, dez. De 1959, p. 4.

Lourenço. Segundo Ramos, o debate sobre o que viria depois da queda do regime era muito menos útil do que discutir a queda em si¹⁶⁷. Isso foi a gota d'água para um grupo que não se via mais como tal, principalmente no que tangia às diferenças políticas.

O jornal *Portugal Democrático* publicou em seu editorial de julho de 1959 um apelo à unidade e organização em torno de Humberto Delgado, ao afirmar que “desde sempre, este jornal se valeu pela unidade que deve, necessariamente, presidir a ação dos oposicionistas de todos os matizes ideológicos na sua luta comum na libertação de Portugal”¹⁶⁸. Indicar e insistir na referida questão, justo após a chegada de alguém que deveria representá-la, sugere o quão frágil e possivelmente inexistente ela pode ser.

A relação entre os comunistas e Miguel Urbano Rodrigues havia ficado abalada em virtude dessa insistência de temas e divergências de visão quanto à ação política. Porém, outra iniciativa de Rodrigues juntamente com Victor da Cunha Rego foi a criação do “Manifesto”, documento que causou ainda mais polêmica. Definido pelo próprio autor em suas memórias, o documento era uma forma imatura de intervir diretamente na luta contra o salazarismo a partir do exílio. Segundo o próprio Rodrigues, a redação do documento apresentava-se de forma organizada e estruturada para chamar a sociedade portuguesa para a luta quando na verdade não havia estrutura alguma, tendo em vista que o teor do texto é repleto de pretensões revolucionárias, fruto da inexperiência política do seu autor. A ideia inicial foi colocada em pauta em uma reunião realizada na casa de Manuel Sertório e recebeu o apoio de Cunha Rego, Pedroso Lima, Santana Mota, Thomás Ribeiro Colaço, Henrique Galvão e Francisco Vidal.

O projeto recebeu inúmeras críticas e foi abandonado, mas serviu para aumentar as divergências dentro do *Portugal Democrático* e acabou por isolar alguns membros do grupo, como, por exemplo, Urbano Rodrigues, que se afastou do trabalho coletivo e foi informado por Humberto Delgado que Paulo de Castro, pseudônimo de Francisco Cachapuz, havia proferido palavras em nome de Miguel e acusou-o de iniciar uma “caça as bruxas”. O general ofereceu-lhe apoio para dismantelar a calúnia, mas Urbano Rodrigues decidiu por afastar-se de vez do *Portugal Democrático*¹⁶⁹.

Insatisfeito com o rumo que o *Portugal Democrático* estava tomando, Miguel Urbano Rodrigues então procurou Víctor da Cunha Rego para esboçar sua ideia sobre o lançamento de um novo jornal, que também fora apresentado e aprovado por Henrique Galvão. Humberto

¹⁶⁷RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 179.

¹⁶⁸ *Portugal Livre*. São Paulo, nº.2, dez. de 1959. p.1.

¹⁶⁹*Idem.* p. 182.

Delgado alinhou facilmente com o jornal, pois não gostava de Sarmento Pimentel e Paulo de Castro, e tinha um pé atrás com os comunistas, mesmo mantendo boas relações com Veiga de Oliveira, Augusto Aragão e Vítor Ramos. O projeto recebeu ainda o apoio de Tomaz Ribeiro Colaço e Francisco Vidal do Rio de Janeiro e de Pedroso Lima e Santana Mota, de São Paulo, apesar disso, são os mesmos integrantes que haviam apoiado Miguel Urbano Rodrigues na criação do natimorto Movimento Manifesto¹⁷⁰. Segundo Rodrigues o novo jornal

teria uma linha revolucionária [...] não suportávamos a linguagem dos republicanos históricos, não acreditávamos na democracia burguesa, nem na tese sobre a desagregação irreversível do fascismo. Defenderíamos uma unidade voltada para a acção e não uma unidade imobilista¹⁷¹.

Juntam-se a isso as ações e palavras proferidas por Humberto Delgado logo após sua chegada, que acabou por dividir a oposição no Brasil dividiu e fez com que os portugueses tomassem partido. Essa era justamente a intenção de Delgado, exaltar os ânimos e ver as reações de quem estava, ou não, com ele. Como visto, alguns membros do jornal *Portugal Democrático* deixaram de colaborar com este e procuraram Delgado, assim que chegou de uma viagem à Venezuela. Eles afirmavam que o jornal vinha sofrendo uma série de imposições e restrições da ala comunista, e se propuseram a fundar um novo jornal, o qual seria destinado a órgão do MNI¹⁷².

Humberto Delgado logo percebeu que a concentração maior de oposicionistas estava na cidade de São Paulo e, portanto, lá, de igual modo, ficaria estabelecida a sede central do MNI. Assim, o jornal *Portugal Livre* foi declarado como órgão oficial do movimento, fato que estava explícito nas primeiras edições do jornal, principalmente na primeira: “Portugal Livre não é apenas um jornal de oposição – é o órgão da Democracia Portuguesa, o porta-voz do MNI, cada um dos seus leitores que o faça chegar a Portugal e prestará à causa da Liberdade um grande serviço”¹⁷³. Era perceptível reconhecer “a voz” de Delgado nas mensagens das primeiras edições e, de fato, o jornal tinha um carácter exclusivista e centralizador.

Pode-se afirmar, por fim, que o jornal nasceu da ânsia por uma nova solução ao modo de ação da oposição a partir do exílio, impulsionado pela campanha de 1958 e, sobretudo, pela vinda de Humberto Delgado para o Brasil. Contudo, o general não é o protagonista ou

¹⁷⁰RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 189.

¹⁷¹*Idem.* p. 180.

¹⁷²MENESES, F. R. *Op. Cit.* p. 815.

¹⁷³ *Portugal Livre*. São Paulo, nº. 1, nov. de 1959. p.3.

figura central dessa reorganização política da oposição no exílio brasileiro, mas sim funcionou como catalisador de forças e vontades que já se apresentavam latentes no seio da oposição. Já o nome do jornal, *Portugal Livre*, remete à campanha de Delgado e aos inúmeros cartazes colados nas ruas de São Paulo para recepcionar o general, com a sua foto emoldurada pelas cores vermelho e verde e as duas palavras na parte superior, (ANEXO 2).

3.2 Direção e redatores

Para editar e colocar em circulação o *Portugal Livre*, não houveram tantas dificuldades como aconteceu com o início do *Portugal Democrático*, isso por se tratar de um jornal redigido, acima de tudo, por jornalistas, portanto contava com a própria experiência dos envolvidos. Os redatores principais eram Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e Santana Mota – os três advindos do *Diário Ilustrado* e colegas de trabalho no *O Estado de S. Paulo* – contavam ainda com o apoio de jornalistas e escritores brasileiros, como Paulo Duarte e Cláudio Abramo, e obviamente figuras controversas, como Henrique Galvão e Humberto Delgado¹⁷⁴.

Paulo Duarte era brasileiro, arqueólogo, escritor e professor da Universidade de São Paulo, mas foi no cargo de editor da revista *Anhembi* que deu apoios a diversos portugueses que criticavam o governo de Salazar¹⁷⁵. O próprio Duarte demonstrava um excesso de elogios por Humberto Delgado e acabava comprando brigas e rixas que este fazia em terras brasileiras, como exemplo a querela com os comunistas ou com Sarmento Pimentel¹⁷⁶. Paulo Duarte era contra qualquer tipo de censura e publicava com facilidade artigos assinados por Adolfo Casais Monteiro e outros democratas, inclusive textos com pseudônimos.

Claudio Abramo, neto de anarquista italiano, era declaradamente de esquerda, cresceu sob influência de líderes socialistas brasileiros, como Paulo Emílio Salles Gomes, Lívio Xavier, Mário Pedrosa e Hermínio Sacchetta, entre outros. Iniciou seus trabalhos em *O Estado de S. Paulo* em 1948, a convite de Sérgio Millet e Paulo Duarte, ambos simpatizantes das lutas anti-salazarista, organizando durante os anos 50 a reforma gráfica e editorial do jornal, conferindo um aspecto mais moderno aos editoriais do país. Em 1956, ofereceu-se como responsável na fundação do jornal *Portugal Democrático*, pois a legislação no Brasil exigia que o editor de qualquer jornal publicado no país fosse brasileiro. Contudo, não

¹⁷⁴Este último não será descrito e analisando neste sub-capítulo, haja vista a ampla explanação do capítulo anterior.

¹⁷⁵ Escreveu a obra DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo, ECA/USP, 1972.

¹⁷⁶Entrevista de João Alves das Neves a Urbirajara Ramos Bernini em 22/01/2004.

chegou a trabalhar na prática no jornal, mas somente no *OESP* até 1964¹⁷⁷. A ele coube o cargo de diretor do *Portugal Livre*, pelo mesmo motivo que o levou a colaborar anteriormente, a lei brasileira. Sua participação no jornal era mais restrita ao apoio para o funcionamento, emprestando o nome para obter o aval do Estado, do que uma direção propriamente dita, quase nunca aparecendo nas reuniões do jornal, mas apenas trocando informações com os demais integrantes na redação do *OESP*.

Celso Ribeiro Bastos era brasileiro, filho de portugueses residentes no Brasil¹⁷⁸. Seu pai chamava-se Joaquim Ribeiro Bastos, um comendador português que acreditava na derrota de Salazar e financiava projetos oposicionistas, tal como o fez com o *Portugal Livre*. Legalmente ele aparecia como editor e proprietário do jornal, em virtude da necessidade da lei brasileira, como já salientado. Entretanto, diferente de Abramo, o jovem estudante universitário de direito atuava no jornal, seja com artigos ou auxiliando em funções administrativas. Além disso, Celso Ribeiro Bastos fazia uma ponte interessante com a juventude universitária brasileira, então um movimento estudantil crescente, e aparecia como porta-voz dessa mocidade que simpatizava com a luta dos portugueses e reconhecia em Portugal um país gêmeo de passado comum, e, portanto, luta comum¹⁷⁹:

Como estudante brasileiro, sinto-me com autoridade moral suficiente para não me conformar com os procedimentos de meus condiscípulos d'Além-mar", devem vencer as muitas dificuldades impostas e se organizarem de forma maciça em tornos de centros acadêmicos ativos, verdadeiros e conscientes¹⁸⁰.

Vou colocar aqui uma passagem no mínimo cômica entre tantas que se vivenciaram no exílio, que envolveu o pai de Celso Ribeiro Bastos. Era então o primeiro dia de Humberto Delgado no Brasil, e este, ao ver a programação de sua recepção, chamou a atenção de Miguel Urbano Rodrigues para o jantar daquela noite e sugeriu o seguinte: "Os últimos meses foram para mim tão duros, que sinto falta de um convívio civilizado em ambientes marcados pela distinção. Sugiro que o traje neste jantar seja de rigor, os homens de smoking e as mulheres de vestido longo"¹⁸¹. À noite fora na casa de Joaquim Ribeiro Bastos, pai de Celso,

¹⁷⁷ OLIVEIRA, F. R. *Op. Cit.* p. 95.

¹⁷⁸ Celso Ribeiro Bastos tornou-se um dos mais célebres juristas, tributarista e constitucionalista brasileiro, com mais de quinze livros publicados, que hoje fazem parte do cânone do direito daquele país. Fundou, juntamente com outros colegas, o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e da *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. Faleceu de leucemia em 2003.

¹⁷⁹ "A Vossa luta também é nossa" Celso Ribeiro Bastos. *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 5 – Nov. de 1959 – (CD25a).

¹⁸⁰ Celso Ribeiro Bastos. "Estudantes de Portugal: o que esperais?" *Portugal Livre*. São Paulo, nº 5. mar. de 1960, p.1.

¹⁸¹ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 165.

com a presença de no máximo doze convidados, entre eles: Joaquim e sua esposa Aparecida, altamente deslumbrante, e ao mesmo tempo deslumbrada, um colunista do *OESP*, Humberto Delgado, Miguel Urbano Rodrigues e Sarmento Pimentel, então delegado como coadjuvante em um canto da mesa. Durante o brinde, Delgado fez um discurso inflamado enaltecendo os supostos valores antifascistas de Ribeiro Bastos, lutador incansável e honrado, ao contrário dos comendadores parasitas do Estado Novo, “gente ignorante, vaidosa, reacionária, faminta de condecorações e honrarias”, e terminou seu discurso dizendo que em um dia não tão distante receberia este perfeito casal no Palácio de Belém: “Neste dia, meu caro Ribeiro Bastos, fá-lo-ei Grande Oficial e a Vossa Excelentíssima Dona Aparecida, comendadora!”¹⁸².

O capitão ex-deputado por Angola, Henrique Galvão nunca esteve exilado no Brasil antes do assalto ao Santa Maria, nem tampouco participou das reuniões da redação e da administração do jornal, mesmo assim foi o colaborador que mais publicou no jornal, em um total de quinze artigos assinados, sem contar as quatro últimas edições, repletas de artigos assinados pelo DRIL, do qual Galvão era líder juntamente com Sotomayor. Os textos de Galvão eram enviados ora de Portugal, ora de Buenos Aires, e a maioria de Caracas, Venezuela, país que lhe concedeu asilo político, sem antes pedir asilo no Brasil. Em carta enviada para o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, Galvão afirmou que fora convidado pela Universidade de Caracas para lecionar em um curso de estudos africanos e ainda demonstrou sua indignação e tristeza em virtude da demora para obter o visto para o Brasil a partir da embaixada brasileira situada em Buenos Aires¹⁸³.

Se o jornal pretendia agir, mais do que noticiar, Galvão é o exemplo maior desta ação: contatara uma série de portugueses e espanhóis em Caracas para preparar a “Operação Dulcinéia”, mais conhecida como o assalto ao transatlântico Santa Maria. Além disso, ele era dono de uma opinião forte, sem meias palavras e beirava a inconsequência, seja para falar de comunistas ou expor seu ponto de vista sobre as colônias portuguesas, ou ainda por meio da literatura, como a coluna “Pax Lusitana”, aonde publicou uma série de poesias engajadas, algumas delas inéditas. Tanto o assalto ao Santa Maria, quanto opiniões sobre o colonialismo e a poesia de Galvão são temas para o capítulo seguinte.

Miguel Urbano Rodrigues teve papel fundamental em vários setores e momentos do exílio brasileiro – como mostrado no capítulo anterior, foi responsável pela reformulação no *Portugal Democrático* e partiu dele a ideia de fundar um novo jornal. O jornalista ganhou notoriedade com uma série de artigos sobre Portugal oprimido pela ditadura de Salazar, que

¹⁸² *Ibidem*, p. 166.

¹⁸³ “Galvão e o Brasil”, Henrique Galvão, *Portugal Livre*. São Paulo, nº 1, nov. de 1959, p. 3.

escreveu para o jornal *O Estado de S. Paulo* logo nas primeiras semanas em que fazia parte da redação do jornal¹⁸⁴. É muito relevante ressaltar que a sua condição de vida no Brasil mudou para melhor, morou em uma casa de dois pisos ampla, com quintal e jardim, fato que não seria possível em Portugal, com tanta facilidade¹⁸⁵. Não obstante, a sua casa foi ponto de morada provisória e também de acolhimento para muitos de seus conterrâneos, com suas respectivas esposas, como Victor da Cunha Rego. O exemplo da trajetória de Rodrigues pode ser um contraponto a tantas outras que não tiveram a mesma sorte, ou contatos, em terras brasileiras.

De modo geral, os textos do jornal seguiam uma estrutura básica, que passava pela desconstrução do Estado Novo, com caracterização extremamente pejorativa e caricata de Salazar, até chegar numa exaltação do Brasil e sua relação com Portugal para terminar com glorificação à liberdade e à democracia. Entretanto, os textos de Miguel Urbano Rodrigues mostraram-se mais maduros e propunham, em sua maioria, um debate mais rico e caloroso com questões pontuais e detalhadas, tendo escrito um total de oito artigos assinados sobre seu nome, além de ocupar o cargo de redator.

Victor da Cunha Rego conheceu Miguel Urbano Rodrigues quando este era diretor do *Diário Ilustrado*, ainda em Portugal, quando abandonou o curso de direito e havia pedido emprego no referido jornal. Sua escrita não se revelou muito boa no início, mas sua criatividade para obter furos jornalísticos foi suficiente para, aos poucos, subir do cargo de arquivista para a redação. Esteve ao lado da decisão de Miguel Urbano Rodrigues quando da demissão coletiva do *Diário Ilustrado* e foi para o exílio no Brasil. Virou jornalista noticioso nos quadros *O Estado de S. Paulo*¹⁸⁶ e, paralelamente publicou uma série de artigos no *Portugal Democrático* em 1958, que trouxeram ao público a ação da censura à frente do *Diário Ilustrado*, o que acabou por desmontar os sonhos de diversos jovens, segundo o autor, sem uma consciência ideológica ou coerência política formada, mas que exerceram a coragem de desafiar o poder vigente¹⁸⁷. Cunha Rego escreveu um total de nove artigos durante a breve duração do jornal e algumas notas curtas, que comunicavam sobre assinaturas, além de alguns editoriais e matérias informativas, aquelas que expressavam uma opinião coletiva e não possuíam assinatura.

Thomaz Ribeiro Colaço era um monarquista com acentuado caráter anticomunista, morava inicialmente no Rio de Janeiro e apoiou o general desde sua chegada. Estava radicado

¹⁸⁴RODRIGUES, M. U. *Op Cit.*, p.145.

¹⁸⁵*Idem.* 150.

¹⁸⁶*Idem.* p. 109.

¹⁸⁷*Idem.* p.134.

com sua família no Brasil desde o início da década de 40 e já possuía netos nascidos em território brasileiro. Em virtude desse contexto, os motivos que o fizeram sair de Portugal estão fortemente ligados à Segunda Guerra Mundial, como afirmado pelo próprio autor: “exilei-me de Portugal porque a ditadura se acumpliciava com o imperialismo espanhol sequioso de anexar a minha pátria e com um Hitler disposto a escravizar-nos”¹⁸⁸. No entanto, ele não esperava que a influência de Salazar pudesse alcançar tão longe, pois ainda no Estado Novo de Getúlio Vargas foi-lhe impedido de escrever por um ano e meio, em virtude da pressão sofrida pelo governo português por intermédio da embaixada no Brasil. Contudo, após o incidente, Colaço escreveu artigos ainda mais fortes contra a Ditadura de Salazar e recebeu uma ameaça de que sua nacionalidade seria cassada¹⁸⁹. O editor do *Diário da Manhã* foi proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de publicar artigos assinados por Ribeiro Colaço; porém, o editor não gostou da proibição e permitiu que continuasse a escrever com outro nome; assim, passou a adotar provisoriamente o pseudônimo de Raimundo Calado.

Costa de Amorim escrevia regularmente uma coluna pequena, intitulada “Crônica do Rio”, que trazia sempre um texto com forte crítica política, mas com muita ironia e bom humor. Nem sempre os nomes principais eram revelados, às vezes eram feitos comparativos e anedotas, como a relação feita por Amorim entre líderes do regime e com personagens de Eça de Queiroz, em que Salazar aparecia como a Tia Patrocínio presente na obra *A Relíquia*, igualmente austera, católica, pudica, odienta e implacável¹⁹⁰. As crônicas de Costa de Amorim eram verdadeiras caricaturas escritas.

3.3 A estrutura e manutenção do *Portugal Livre*

O jornal passava por uma verdadeira maratona para chegar às ruas mensalmente, cujos integrantes e colaboradores faziam uma ou duas reuniões mensais para tratar dos temas, selecionar textos, dividir funções e solucionar problemas referentes à parte burocrática. A sede provisória ficou no centro da cidade de São Paulo. No quinto andar da rua Direita, em um edifício muito bem localizado; contudo, ficaram somente um mês no referido endereço. Já em janeiro de 1960, a redação muda para a Rua Quinze de Novembro e passa a ter um expediente fixo. A sala não era muito grande e, durante os dois primeiros meses, ficava quase

¹⁸⁸ Thomaz Ribeiro Colaço. “Requerimento ao Presidente da República do Brasil”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 3, jan. de 1960. p. 2.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 3.

¹⁹⁰ Costa de Amorim. “Crônica do Rio: a tia Patrocínio”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº.7, mai. de 1960. p. 8.

sempre vazia, com algum secretário ou voluntário, mas de qualquer forma o local funcionava mais como ponto para receber correspondências do que como uma redação propriamente dita. Vale ressaltar novamente que os envolvidos faziam jornadas duplas para mantê-lo e, portanto, a boa vontade e o voluntariado eram indispensáveis para seu pleno funcionamento. Vítor da Cunha Rego e Miguel Urbano Rodrigues desdobravam-se em muitas tarefas burocráticas, para além das tarefas de redação, como escrita e diagramação, acompanhavam a montagem tipográfica e iam aos correios, pois era por cartas que a relação com diversos colaboradores era mantida, nomeadamente a distribuição internacional; e, ainda, distribuíam o jornal, com a ajuda de Celso Ribeiro Basto, o filho de Ribeiro Bastos.

A presença de um número maior de jornalistas profissionais na redação do *Portugal Livre* fez com que este apresentasse um projeto gráfico ligeiramente melhor que o *Portugal Democrático*¹⁹¹. O jornal apresentava um formato padrão para a época: continha, em média, oito páginas, sendo cada uma delas dividida em cinco colunas contendo os textos, que por sua vez eram ligeiramente mais extensos que os encontrados em jornais diários, isso por se tratar de um jornal de frequência mensal, cujos escritores possuíam um tempo maior para preparar artigos mais longos. Aqui e acolá apareciam algumas imagens de personalidades da oposição, de elementos do regime ou das colônias africanas, em uma média de quatro fotografias por edição. O *Portugal Livre* não fazia cobertura fotográfica completa, tal como seu “rival”, que disponibilizava mais de uma folha para ilustrar um evento; como exemplo, a cobertura da chegada de Humberto Delgado ou os jantares comemorativos do 5 de outubro. As fotografias eram cedidas por colaboradores com acervos pessoais ou por jornalistas colegas de outros jornais, como o *OESP*.

O capital inicial para editar e colocar o jornal em circulação era escasso e, assim sendo, cada ajuda era bem-vinda. Além da contribuição dos envolvidos pelos serviços prestados, cada integrante se comprometia a ajudar com uma quantia mensal, que não era fixa. Outra forma de contribuição vinha de seu financiador, Joaquim Ribeiro Bastos, pai de Celso Ribeiro Bastos, que mais tarde viria a contribuir também com o DRIL¹⁹². Em um segundo momento, três novas fontes de renda ajudaram a manter o *Portugal Livre*, tais como os escassos anúncios publicitários, as assinaturas, cheques e contribuições do estrangeiro.

Uma pequena parte dos fundos para a manutenção e edição do jornal era proveniente de anúncios feitos em suas páginas, uma vez que estes eram raros, tendo havido somente duas

¹⁹¹ RODRIGUES, M. U. *Op Cit*, p. 191.

¹⁹² Infelizmente não foi possível quantificar o valor tanto das doações de Ribeiro Bastos, quanto dos demais colaboradores, acreditamos que tais contribuições não eram sempre documentadas, baseadas em acertos orais e informais.

propagandas em todas as edições. Ambas as propagandas eram bem ilustradas e informativas. A primeira era uma chamada publicitária de folha inteira da Navegação Aérea Brasileira S. A. (NAB), que apresentava tarifas baixas com voos a partir de São Paulo para todo o Brasil. O outro era da empresa Ypiranga Auto-Locadora, com filiais em São Paulo e Rio de Janeiro, cujo slogan era: “Alugue e dirija você mesmo!”. As duas empresas eram de donos brasileiros e a pesquisa não permitiu concluir se estes possuíam ligações com o movimento oposicionista no Brasil ou se somente viam no jornal um meio de divulgar sua empresa. O fato é que o *Portugal Livre* saía em tiragem limitada e para um público bem específico, e isso poderia dificultar a venda de suas páginas para anúncios comerciais.

Nos primeiros seis meses, o jornal tinha uma circulação menor, com tiragem de três mil exemplares, e quase sempre conseguia vender um pouco mais que a metade desse valor. O preço de um exemplar avulso era de Cr\$ 5,00 (cruzeiros), enquanto a assinatura regular anual era de Cr\$ 100,00. O preço de capa não era caro, se comparado aos demais periódicos brasileiros da época, incluindo jornais diários, que custavam uma média de Cr\$ 3,00 por edição. Já nos dois últimos meses, passou a custar Cr\$ 10,00 em São Paulo e Cr\$ 15,00 para os demais estados.

Havia representantes do jornal situados em outras cidades brasileiras, a exemplo de Luis de Almeida Carvalhal, no Rio de Janeiro, e Virgolino Pereira Vilhena, em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Suas funções eram tratar de assuntos administrativos, pagamentos e assinaturas, como também a venda avulsa de alguma edição. A partir de abril de 1960, o jornal passou a ser vendido em Paris, França, em um quiosque de jornais na região central da cidade.

Durante o jantar de comemoração do 5 de outubro de 1960, realizado no Rio de Janeiro, Miguel Urbano Rodrigues desabafou sobre os percalços financeiros que a oposição enfrentava¹⁹³. Segundo Urbano, havia um enorme abismo entre o dizer e o ser, de forma que era muito fácil defender uma posição, mas difícil agir em prol, pois muitos oposicionistas têm adesões formais, sem nenhum sacrifício, e isso não conta pagar uma mensalidade de jornal, ir a um jantar ou bater palmas no aeroporto com a chegada de Humberto Delgado. O panorama seria diferente se todos se doassem mais à causa, e isso inclui financeiramente, já que a falta

¹⁹³O jantar foi presidido por Humberto Delgado, com a presença de mais de trezentas pessoas, incluindo o embaixador Alvaro Lins, com discursos de João Alves das Neves, Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, e ainda os discursos que foram publicados no jornal de Manuel Sertório e Paulo de Castro.

de recursos dificulta a introdução de propagandas em Portugal e mesmo uma rede sólida entre portugueses emigrados pelo mundo¹⁹⁴.

Apesar de justificado pela necessidade de comemorar um belo exemplo, o jantar do 5 de outubro é em si a demonstração de um absurdo. Estarão aqui nesta sala uns trezentos portugueses que gastaram uns 200 contos numa só noite para se associarem a uma manifestação da oposição. Essa verba corresponde aproximadamente ao orçamento de meio ano de um jornal de oposição. Com ela poderia imprimir-se uma imensa quantidade de material de propaganda ou proceder-se à edição e distribuição pelo mundo de cerca de 40.000 jornais¹⁹⁵!

Ao fim, pediu desculpas aos brasileiros presentes e disse que não era vergonha falar em má situação financeira em comparação com a pobreza em Portugal. Assim, Rodrigues fez um apelo para que contribuíssem mensalmente, pois apenas algumas dezenas o faziam, e para começar, que deixassem o mesmo valor da importância do jantar na saída para a causa. Para encerrar disse que é um tabu falar em dinheiro em ocasiões como estas, mas muitos tabus precisavam ser quebrados para derrubada do regime.

A própria assinatura dos jornais era, para muitos dos outros exilados que não se envolviam diretamente com questões oposicionistas, um meio de apoiar a causa. José de Oliveira Carvalho era português e simpatizante de Delgado, morava no Rio de Janeiro, havia apoiado o general quando recém-chegara ao Brasil. Apoiava o jornal divulgando sua publicação e conseguindo cada vez mais assinantes, tais como Manoel Ferreira da Silva, de Niterói, e Averaldo Lopes Rodrigues e Manoel Oliveira e Silva, ambos residentes do Rio de Janeiro,¹⁹⁶ ao passo que o jornal agradeceu, e salientou que era de extrema importância estabelecer comunicação com democratas portugueses afastados do contato direto com as organizações de resistência¹⁹⁷. Este era um dos principais objetivos do jornal: divulgá-lo para a colônia portuguesa no Brasil e, acima de tudo, dentro do território português, o que configurava como a tarefa mais complicada.

A Portugal chegavam algumas dezenas de exemplares. A maioria seguia em envelopes timbrados de instituições inexistentes (Como nomes sagrados

¹⁹⁴ Miguel Urbano Rodrigues. “Um apelo de M. U. Rodrigues”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 13. nov. de 1960. p. 4.

¹⁹⁵ *Idem*, p.7.

¹⁹⁶ Correspondência de J. Oliveira para *Portugal Livre*. Espólio J. Oliveira Carvalho, correspondência 17. [3/8/60]. (CD25a).

¹⁹⁷ Correspondência de *Portugal Livre* para J. Oliveira. Espólio J. Oliveira Carvalho, correspondência 18. [3/8/60]. (CD25a).

como os de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Nossa Senhora de Fátima, e de congregações religiosas fantasistas¹⁹⁸.

Em todas as dezesseis edições do *Portugal Livre*, encontram-se apelos para enviarem o jornal para Portugal, pois, mais do que escrever para opositores exilados, o jornal deveria ser lido por conterrâneos que não tinham acesso a muitas informações. O trecho seguinte exemplifica estes recados e tentativas de ludibriar a censura: “para o objetivo que presidiu o lançamento de “Portugal Livre” seja alcançado, é indispensável que o órgão do MNI chegue a todas as vilas de Portugal, levando lhes, mês após mês as palavras de esperança de Humberto Delgado”¹⁹⁹.

Um correspondente de Lisboa reportou sobre a ampla repercussão das primeiras edições do *Portugal Livre* na capital portuguesa, inclusive entre os militares, aonde era possível ver cópias mimeografadas dos artigos nos gabinetes²⁰⁰. Essa é uma informação que não foi possível verificar a veracidade, mas a PIDE sabia da existência do jornal e mantinha a presidência do conselho informada sobre suas ações e matérias. Durante a pesquisa, foram encontrados recortes de jornal nos arquivos Oliveira Salazar, que relatava o início das atividades do jornal em terras brasileiras²⁰¹.

3.4 Os colaboradores

Além dos nomes citados, o jornal recebia textos de escritores colaboradores, não somente para dar conta da demanda de artigos sobre Portugal de Salazar, mas para expor pontos de vista de determinados especialistas que escreviam dossiês temáticos espalhados em várias edições do jornal. Por outro lado, a colaboração em forma de artigos era uma maneira de contribuir para oposição no exílio, sobretudo para aqueles que não residiam em terras brasileiras. Assim, a colaboração exercia outra função importante: de conectar diferentes pessoas ou núcleos opositores situados em diferentes partes do mundo, tais como França, Venezuela, Argentina, Argélia, Angola, Estados Unidos e o próprio Portugal. As colaborações vinham sob nomes reais, quando esses residiam fora de Portugal, anônimos ou sob pseudônimos, principalmente de correspondentes especiais em Lisboa ou no Porto, que precisavam manter sua identidade longe do crivo da PIDE. Lamentavelmente não foi possível

¹⁹⁸ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 189.

¹⁹⁹ *Portugal Livre*, São Paulo, nº. 1.nov. de 1959, p.5.

²⁰⁰ “1960 - ano da esperança”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 3, jan. de 1960. p. 6.

²⁰¹ Arquivo Salazar, PC-77 cx. 593, subd. 30. ANTT, Lisboa, Portugal.

descobrir todos os nomes secretos envolvidos com o *Portugal Livre*, lacuna criada em virtude de uma clandestinidade necessária pela qual passavam os colaboradores.

O jornal funcionava como uma espécie de caixa de ressonância, pois republicava matérias de outros jornais cujo acesso não era tão fácil, tais como os periódicos ingleses *Evening Standard* ou *Daily Mail*, como na ocasião da cobertura da visita de Humberto Delgado à Europa, ou o brasileiro como *O Estado de S. Paulo*, cuja redação era repleta de portugueses. A manobra tinha algumas importantes funções, como divulgar a opinião internacional a propósito do regime dentro do território português e cobrir eventuais furos na diagramação que a pressa da redação exigia, o que acabou por solidificar o laço com jornalistas estrangeiros que simpatizavam com a causa dos anti-salazaristas, como era o caso dos colaboradores Basil Davidson e Marvin Harris.

Basil Davidson era colaborador do *OESP* e colunista do semanário de esquerda inglês *The New Statesman*, jornal que deu amplo apoio à fuga de Galvão e à viagem de Delgado, e estava sendo processado por Salazar²⁰². A sua relação com o *Portugal Livre* deu-se com a publicação de um artigo de sua autoria e o envio de uma carta, pelo jornalista inglês, saudando o jornal pela sua atitude de reeditar seu texto e, principalmente na posição anticolonialista assumida pela redação²⁰³.

Outro importante colaborador internacional foi Marvin Harris, antropólogo da Universidade de Columbia, que escreveu um trabalho sobre Moçambique *A first hand report on Labor and Education in Mozambique*²⁰⁴ quando visitou o continente africano. Seus artigos, claros e didáticos, eram direcionados para todos os leitores e não somente para portugueses e oposicionistas. Obviamente que o jornal era aberto a todos, inclusive brasileiros, mas o texto de Harris esclarecia dúvidas sobre diversas questões das colônias portuguesas, fugindo dos jargões de textos fervorosos contra os horrores do Estado Novo ou à favor da liberdade²⁰⁵. Foi de sua autoria um longo dossiê sobre a presença portuguesa na África, intitulado *Portugals African Wards* (Tutelados Africanos de Portugal), que passou por detalhes bem específicos

²⁰² Basil Risbridger Davidson, historiador, jornalista e escritor britânico, foi um grande africanista especializado nos países de língua portuguesa. O colonialismo, os movimentos de independência e as questões contemporâneas eram os temas principais de suas quase vinte obras. Entre as quais, e com tradução para o português, estão *Os Africanos. Uma Introdução à sua História Cultural* (Edições 70, 1981), *O Fardo do Homem Negro* (Campo das Letras, 2000), *Mãe Negra. África: Os Anos de Provação* (Sá da Costa, 1978), *A Política da Luta Armada: Libertação Nacional nas Colônias Africanas de Portugal* (Caminho, 1979), *A Descoberta do Passado de África* (Sá da Costa, 1981), entre outros. e uma premiada série de TV, *África*, para a BBC. Recebeu honrarias e condecorações em diversos países, africanos, Portugal e no Reino Unido. Faleceu em Londres, 2010.

²⁰³ Basil Davidson. “Questões do Ultramar português”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 4, fev. 1960. p. 2

²⁰⁴ Basil Davidson. “O colonialismo Salazarista”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 2, dez. de 1959. p. 5.

²⁰⁵ Marvin Harris. “A política de Portugal em África II – O indigenato”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº. 6. abr. de 1960. p. 4.

sobre a condição social do nativo até os problemas enfrentados pela negligência do sistema colonial. O texto discute os mecanismos de regulamentação do nativo, por intermédio do “regulamento dos serviços indígenas” e outros meios de coerção e controle, como o estatuto de cidadania para os africanos, buscando sempre separar o que dizia a lei e o que ocorria efetivamente na prática.²⁰⁶

Uma das poucas mulheres que colaboraram com o jornal foi Yovone Felman, jornalista de São Paulo e ex-redatora dos jornais *Diário de S. Paulo* e *Última Hora*; caracterizou-se por uma escrita politizada de gênero e em defesa da democracia. Escreveu um dossiê intitulado “Diálogo com a Mulher Portuguesa”, no qual busca encorajar as mulheres na luta contra o salazarismo, evocando a importância feminina na História de Portugal e seu papel, então adormecido, no mundo contemporâneo.

Francisco Vidal escreveu o mais longo dossiê do jornal. Trata-se de uma série de artigos detalhados com os problemas de Portugal na área da saúde, com dados atualizados e fornecidos pela Organização Mundial da Saúde e números divulgados pelo próprio regime. Os artigos continham descrição comentada do *Estudo sobre a carreira médica*, editado pela Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, o que denotava uma linguagem técnica e bem específica em cada uma das dez edições. Entre os temas tratados por Vidal estão a criação do Ministério da Saúde, as doenças infecciosas e a luta contra a tuberculose,²⁰⁷ e ainda a mortalidade infantil, assistência psiquiátrica e o atendimento domiciliar²⁰⁸.

A partir da quarta edição, Humberto Delgado iniciou uma série de artigos organizados em torno dossiê temático intitulado “A corrupção nas forças armadas”, no qual buscava mostrar os bastidores das forças armadas portuguesas, usando segredos que somente um general poderia saber, para firmar sua argumentação áspera e condenatória. Na mesma edição, Guilherme Morrey Rodrigues iniciou uma série de artigos sobre Cabo Verde, com breve introdução sobre sua História, para em seguida passar aos problemas de infra-estrutura, educação, saúde e, sobretudo, condições de trabalho no arquipélago. A primeira edição foi dedicada à Ilha de Santiago, para na edição do mês seguinte debruçar-se somente sobre os problemas da ilha de São Vicente²⁰⁹. Não obstante, Morbey Rodrigues fundou e presidiu “União dos Cabo-verdeanos Livres” naquele mesmo ano, na cidade de São Paulo.

²⁰⁶ Marvin Harris. “A política de Portugal em África III – controle do Indígena”. *Portugal Livre* Ed.7, mai. 1960. Fl. 2. (CD25a).

²⁰⁷ Francisco Vidal. “A saúde pública em Portugal”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 4, fev. de 1960. p. 4.

²⁰⁸ Francisco Vidal. “A saúde Pública em Portugal II”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 5. mar. de 1960, p. 4.

²⁰⁹ Morrey Rodrigues. “I- Ilha de Santiago”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 4, fev. de 1960, p.5.

O jornal transcreveu alocações de Sertório e Delgado, este último incessantemente repetido, para celebrar o início da transmissão da rádio *A Voz de Portugal Livre*, “algures ao largo da costa americana”, situado na costa da Venezuela. Os programas eram dirigidos para Portugal, Espanha, Brasil, Estados Unidos e África portuguesa, cada um com horários, banda e frequência específicos²¹⁰. Durante o segundo mês, não foi possível transmitir as ondas de da rádio para Portugal e África em virtude de avarias em alguns equipamentos e deficiência técnica, mas o jornal dedicou uma folha inteira em quatro de suas edições mensais²¹¹. A emissora contou com a ajuda do português Camilo Mortágua, jornalista e técnico de radiodifusão. Mesmo com os percalços para colocar em funcionamento, foi a primeira tentativa de estabelecer uma rádio clandestina a partir do exílio.

3.5 A mensagem da primeira edição

Todo o contingente que vinha escrevendo regularmente no *Portugal Democrático* e que havia concordado em participar da redação do *Portugal Livre* preparou textos novos para o recém criado veículo da oposição portuguesa. Os artigos tocavam todos em um mesmo tom, e este não estava subentendido nem nas entrelinhas, pois apresentava uma mensagem clara e pesada: propunha uma reorganização em torno da figura de Humberto Delgado, com intenções de gerir, a partir do exílio uma oposição dinâmica, que articularia diferentes núcleos em outros continentes, para assim chegar até Portugal.

Segundo Miguel Urbano Rodrigues, a adesão de Humberto Delgado fora sem qualquer compromisso, e aconteceu, sobretudo, pela participação de Galvão.²¹² Entretanto, a primeira edição evoca os nomes do general e do capitão a todo instante, seja nas fotografias de capa, uma com Delgado acenando para o povo no aeroporto em São Paulo, e outra de Henrique Galvão e Thomaz Ribeiro Colaço juntos, como nos dois editoriais publicados na capa. Já na página seguinte, há uma cobertura da viagem de Delgado à Venezuela, realizada entre 17 de outubro e 5 de novembro de 1959, com um artigo sobre a visita, juntamente com Galvão e outros líderes da Junta Patriótica Portuguesa e do Comité Venezolano pro-democracia Y Libertad de Portugal. Os textos são diretos e enfáticos; mais do que mostrar os projeto do jornal, o artigo de Delgado é polêmico, e não havia como não se manifestar diante dele, como o próprio nome sugere, “Definindo Posições”, o que indica que este não seria um

²¹⁰ “Portugueses: escutai a emissora revolucionária”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 8, jun. de 1960. p. 4.

²¹¹ “Portugueses: escutai a emissora revolucionária”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 9, jul. de 1960. p. 5.

²¹² *Idem*. p.190.

veículo que representaria um único partido e sim, a “voz da massa portuguesa” e porta-voz de todos os oposicionistas:

Não professamos o anti-comunismo demagógico do Estado corporativo. Condenemos as violências e os crimes cometidos contra indivíduos comunistas, como atentatórios do respeito devido à pessoa humana, mas deixamos claro que entre eles e nós nada há de comum. Para além de fachadas e “slogans” e reconhecendo que foram heróicos os sacrifícios de certos militantes, é tempo de dizer que o vírus comunista é um dos fatores que tem impedido os democratas portugueses de se entenderem²¹³.

No editorial de Henrique Galvão, “Salazar e os comunistas”, há ligações entre o comunismo e todas as formas totalitárias e ditatoriais de governo que supostamente o partido comunista opõe-se, afirmando que “existe uma verdadeira aliança tática entre o cordeiro carnívoro de Santa Comba e os falangistas do bolchevismo”, haja vista que os comunistas usam da democracia para justificar sua oposição, quando na verdade a ideologia é antidemocrática. Galvão usa de diversos exemplos de regimes vermelhos nos quais o projeto político e social original fora traído, contudo, procurava demonstrar respeito e consideração pela garra de determinados membros do PCP. Galvão os considera adversários “e não inimigos” e, portanto, não havia possibilidades de aliança, contatos políticos ou entendimentos: “pois eles têm objetivos distintos dos democratas”²¹⁴.

Como afirmado, a primeira edição trouxe muitas mensagens sobre a nova configuração da oposição a partir do exílio, mas, sobretudo, para além dele. Isso porque o jornal *Portugal Livre*, então órgão oficial do MNI e porta-voz de Humberto Delgado, presidente eleito da nação portuguesa, pretendia agir, mais do que comunicar e divulgar os fatos. O artigo de Miguel Urbano Rodrigues da primeira edição apontava para esse novo caminho, ao tentar responder a pergunta: “como se explica que Portugal suporte passivamente, há mais de trinta anos, a ditadura do Dr. Salazar?”. Rodrigues busca no que o autor define como “falta portuguesa”, o traço que justificaria essa docilidade: “tenho para mim que a estranha docilidade lusitana é filha de uma crise de Esperança”. Para em seguida sugerir que Portugal terá muito trabalho quando o salazarismo terminar: é um erro “admitir que a simples substituição de um regime totalitário por um regime democrático resolverá instantaneamente os problemas da Nação”²¹⁵. Mas os argumentos do autor caminham para chegar a uma proposição: que todos devem unir-se em torno de uma pessoa, e este nome,

²¹³ “Definindo posições”, Humberto Delgado, *Portugal Livre*. São Paulo, nº 1, nov. De 1959. p.1.

²¹⁴ “Salazar e os comunistas”, Henrique Galvão, *Portugal Livre*. São Paulo, nº 1, nov. de 1959. p.1.

²¹⁵ “Esperança e Fraternidade”, Miguel Urbano Rodrigues, *Portugal Livre*. São Paulo, nº 1, nov. de 1959, p.5.

então símbolo da ideia da libertação em Portugal é Delgado, pois não há caminho para a derrubada do fascismo que não passe por ele. “Quem melhor do que o general Humberto Delgado pode ser o símbolo desta fraternidade? Ninguém. Por isso, todos os meses, a partir de agora, a sua palavra chegará a Portugal”²¹⁶. Assim, Delgado transforma-se em um símbolo, e o veículo principal desse símbolo é o *Portugal Livre*. Curiosamente foi o fato de ter sido declarado um símbolo da oposição por Sarmento Pimentel no jantar em homenagem à sua chegada, que Delgado mostrou-se desgostoso. Agora, mais do que nunca, o jornal firmava-o como um ícone, tanto pelas pequenas notas, as fotografias, quanto, e mais importante, pela opinião de seus colegas.

O desprezo de Delgado pelo comunismo está intimamente ligado à sua formação militar, e foi reforçado durante a campanha para presidente da república. Ao lembrar o porquê de o exército ser anticomunista afirmou que “a tropa é anticomunista, principalmente porque, em primeiro lugar, tem de guardar a honra e oito séculos de História; e em segundo lugar tem nojo de ver homens equiparados às feras, ou melhor, colocados abaixo delas”²¹⁷. Enquanto durante as eleições de 1958 afirmou “no início, fui ferozmente atacado pelos comunistas, que, por não poderem chamar de desonesto, estúpido, ignorante ou mau administrador, me chamaram fascista”²¹⁸ e “continuei mesmo assim a ser acusado pelo regime de pertencer ao Partido Comunista”²¹⁹. Segundo Fernando Rosas,

a escolha inicial do PCP de outro candidato – que não Delgado – não decorria, pois ao menos nessa época, de divergências de fundo sobre a estratégia e a tática de luta contra o regime. A hostilização inicial do PCP ao que apelidou de “general coca-cola” e de “general fascista” ter-se-á prendido, sobretudo, à tentativa de retomar a hegemonia política e organizativa da “unidade anti-fascista” perdida, com essa mesma unidade²²⁰.

O periódico nasceu com um paradoxo no que concerne à sua própria função: como um jornal que se pretende ser o símbolo da união de todos, nega declaradamente a conciliação com o Partido Comunista Português? Veremos no próximo capítulo que este não é o único paradoxo que permeará os debates, dúvidas e intrigas no seio não somente da oposição no exílio, como também do próprio *Portugal Livre*.

²¹⁶ *Idem*, p. 7.

²¹⁷ “Palestra feita na Emissora Nacional pelo Capitão-Aviador Humberto Delgado” em Diário da Manhã: Lisboa, 4 de setembro de 1936. *Apud*. MENESES, F. R. de. p. 448.

²¹⁸ DELGADO, Iva. (et al.). *Op. Cit.* p. 94.

²¹⁹ *Idem*, p. 95.

²²⁰ ROSAS, Fernando. *O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958*. In: Portugal Contemporâneo. Vol. V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990. p. 20.

CAPÍTULO IV

4. A oposição

O editorial de um ano do *Portugal Livre* centrava-se na palavra “independência” em diversos prismas: independência política de Portugal, independência partidária da linha editorial e independência das colônias africanas²²¹. Entretanto, veremos que os mesmos temas foram alguns dos fatores que levaram ao fechamento do jornal e que ilustram este quarto e último capítulo. A primeira parte aponta para o modo como os exilados viam o Brasil e os assuntos pertinentes aos dois países, enquanto os projetos neocolonialistas de Delgado e Henrique Galvão são analisados em seguida, juntamente com uma série de intervenções e colaborações do capitão para com o jornal, principalmente pelas suas “Cartas abertas”. As duas últimas partes versam sobre as divergências dentro da oposição e o assalto ao pacote Santa Maria, que, como veremos, mudaria novamente os rumos da oposição no exílio.

4.1 A relação com o Brasil

Como se trata de um jornal editado em território brasileiro, era inevitável, ou mesmo natural, que assuntos pertinentes aos dois países figurassem as páginas do *Portugal Livre*, e, conseqüentemente, não poderiam ser excluídos da pesquisa. Vimos como os exilados misturavam-se em diversos círculos, como em redações de jornais ou no meio acadêmico, em uma relação que por vezes transcendia os interesses políticos. Além disso, o discurso dos colaboradores era repleto de agradecimentos e imagens construídas com base na História em comum entre as duas nações e uma preestabelecida relação de irmandade entre elas.

O governo brasileiro em nenhum momento proibiu a circulação do *Portugal Livre*, contudo isso não significa que a sua relação com os oposicionistas era tranquila. Ao contrário, o presidente Juscelino Kubitschek protagonizou alguns dos temas mais corriqueiros percebidos nas folhas do periódico e acabou por ser alvo de críticas de jornalistas, políticos, brasileiros e portugueses. Dessa maneira, a viagem para Portugal a convite de Salazar em virtude das comemorações henriquinas e as querelas envolvendo o embaixador Álvaro Lins no “Caso Delgado” são os temas abordados nesta parte da dissertação²²².

²²¹ “O nosso aniversário”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 13, nov. de 1960. p.3.

²²² Sobre a relação entre JK e o colonialismo português, ver: GONÇALVES, W. S. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. 2 v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. E RAMPINELLI, W. J. *As duas faces da moeda: as*

Álvaro Lins era advogado, jornalista, professor e crítico literário, cuja obra ultrapassa mais de vinte livros escritos. Em 1955, foi eleito para Academia Brasileira de Letras e, poucos anos antes, foi um dos jornalistas responsáveis por alavancar a campanha política de Juscelino Kubitschek para presidência da república. Não obstante, tornou-se chefe da casa civil do novo presidente entre janeiro e novembro de 1956 e, em seguida, foi enviado para ser embaixador em Portugal, país em que havia estudado na sua mocidade.

O período em que Humberto Delgado pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa ganhou forte repercussão internacional e gerou uma crise diplomática entre os países, fato que a imprensa internacional chamou de “Caso Delgado”, como vimos no segundo capítulo²²³. Todavia, aqueles acontecimentos continuaram a repercutir entre os opositores brasileiros, que acabaram por receber o apoio efetivo do ex-embaixador Álvaro Lins em diversas manifestações, como também de jornalistas e intelectuais brasileiros.

O jornal abriu espaço para Álvaro Lins testemunhar sua versão dos fatos com a publicação de trechos de seu livro inédito, então intitulado *Diário*, com detalhes da ação que levou à crise diplomática entre Brasil e Portugal²²⁴. A matéria da sétima edição teve uma repercussão positiva e logo outros escritores se manifestaram a seu favor e Lins tornou-se, aos poucos, porta-voz brasileiro da oposição no exílio. Como exemplo, o jantar realizado em sua homenagem em São Paulo, no dia 5 de julho, quando fez um pronunciamento que condenava não a viagem que JK realizaria para Portugal em poucos meses, mas a posição de Kubitschek como co-anfitrião das comemorações. O jornal classificou o longo discurso como o início de uma “campanha nacional contra a viagem do presidente a Portugal”²²⁵.

Dias após o jantar, Álvaro Lins devolveu a Grã-cruz da Ordem de Cristo, então cedida a ele em 30 de dezembro de 1957 pelo governo português, e compartilhou seu descontentamento ao publicar o documento enviado à embaixada em 27 de julho de 1960. Uma semana depois, em 3 de agosto, remeteu uma carta para o presidente Kubitschek e rompeu as ligações com este. Ambos os documentos tiveram ampla divulgação e repercussão na política e na mídia brasileira, com apoio de notáveis jornalistas, como no editorial do *OESP*, dedicado ao assunto em 4 de agosto daquele ano, escrito por Julio de Mesquita Filho, então editor do maior jornal brasileiro na época.

contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

²²³ Lins relatou sua versão dos fatos na obra LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Editora Civilização Brasileira, 1960.

²²⁴ “O caso Delgado no “Diário” de Álvaro Lins”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 7, mai. de 1960, p.6.

²²⁵ “O Brasil contra a visita de J. Kubitschek a Portugal”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº8, jun. de 1960, p.7.

O polêmico convite feito por Salazar para o presidente brasileiro tornar-se co-anfitrião das comemorações henriquinas que tomariam parte em diversas localidades em Portugal, como Guimarães e Sagres, entrelaça-se com a querela envolvendo Álvaro Lins, pois este iniciou a sua divulgação, como citado. A viagem era pouco contestada, mas tomou proporções maiores com a circulação clandestina em Portugal, assim como no Brasil, de um manifesto intitulado “Carta Aberta ao Presidente Kubitschek de Oliveira”, publicado nas páginas do *Portugal Livre* e do *OESP*. O documento, entre outros temas, vinha assinado genericamente pelos Democratas Portugueses e colocava em cheque as intenções do presidente brasileiro em visitar Portugal, e as consequências que isso poderia lhe causar. Ao fim faz um apelo para que a viagem não se realizasse, pois as intenções de Salazar era mostrar a imagem de que o governo e o povo brasileiro apoiavam o Estado Novo²²⁶.

Houve uma repercussão do manifesto nos jornais *A Última Hora* e *OESP* e logo recebeu apoio de entidades nacionais,²²⁷ como a União Brasileira de Escritores (UBE), que transmitiu sua indignação junto a uma extensa matéria de capa da revista *Mundo Ilustrado*, de 18 de junho de 1960, assinada por diversos escritores brasileiros que não apoiavam JK. O periódico carioca *Diário da Manhã* escreveu uma série de artigos sobre a polêmica visita, centrando a análise no uso político que Salazar fez do Tratado de Amizade e Consulta, vigente entre os dois países, que foi republicada no *Portugal Livre*²²⁸.

É interessante aqui destacar dois artigos, entre todos os colaboradores que escreveram sobre o tema, nas páginas do *Portugal Livre*. O texto “Brasil – caução do colonialismo português”, de Eduardo Lourenço, publicado na edição nove, o qual analisa a visita do presidente sob outro ponto de vista e²²⁹, ao contrário dos demais autores que buscavam o elemento político para justificar a visita, Lourenço procurou “atingir a natureza da viagem presidencial” mediante uma análise cultural²³⁰.

Assim, povo ex-colonizado de Portugal, o povo brasileiro surgia agora na cena internacional celebrando as glórias expansionistas do Infante D. Henrique a par com o povo colonizador, permitindo que, por via da união celebratória entre ambos, Portugal se apresentasse ao mundo como país colonizador exemplar²³¹.

²²⁶ “O povo de Portugal e a viagem do presidente”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 8, jul. de 1960, p.6.

²²⁷ “Uma grave responsabilidade”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 9, jul. de 1960, p.1.

²²⁸ “Um tratado político”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 9, jul. de 1960, p.3.

²²⁹ Segundo Miguel Real, esse é “um dos textos fundadores da hermenêutica cultural eduardiana” que apareceria em toda a sua obra a partir desse ponto.

²³⁰ O artigo foi republicado na obra LOURENÇO, Eduardo. “Brasil – caução do Colonialismo Português”, (1960) In: *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1976. p. 37-49.

²³¹ REAL, Miguel. *Democracia e anti-colonialismo em Eduardo Lourenço: 1959-1963*. Metacritica Dossier. BD/ME, p. 58.

Outro autor a mencionar a simbologia por trás do encontro dos líderes dos dois países foi Costa de Amorim, na crônica subintitulada “À propósito de uma viagem”. A pena ácida, bem-humorada e crítica de Amorim chama o líder brasileiro de “Doutor Juscelino”, referência à formação de médico do presidente brasileiro, a quem faz às vezes de “quase eleitor do Sr. Salazar” visto que sua presença nas celebrações daria foro de legalidade “a um governo de fantoches”²³².

Para um último recurso contra a viagem, a redação enviou uma carta em apelo ao senador Afonso Arinos para interceder junto ao senado na não realização da visita de JK²³³. O senador fez um pronunciamento nesse sentido, mas não recebeu o apoio aberto de todos os colegas, sobretudo aqueles simpáticos a Salazar e Kubitschek, ao afirmarem que não caberia aos portugueses reclamarem sobre o fato, ao passo que o jornal respondeu que não aceitava a tese de que os problemas brasileiros não poderiam ser opinados por estrangeiros.

Os esforços não lograram efeito, e o jornal dedicou o editorial da décima primeira edição à visita de fato, na qual trazia duas fotografias na capa: Salazar e JK sorrindo lado a lado, e outra de Álvaro Lins abaixo (Anexo 4). A redação reconheceu que a visita do presidente brasileiro representava uma vitória para o regime ao afirmar que, depois de uma análise realista, uma declaração eufórica não seria prudente²³⁴. A crise diplomática gerada com o asilo de Humberto Delgado dois anos antes foi sanada com a presença do presidente brasileiro nas comemorações henriquinas e finalizado com acordos e assinatura falsos e de fachada, como tratado de extradição e o de dupla nacionalidade, que regulariza a situação de emigrados²³⁵.

Como pudemos perceber no decorrer deste capítulo, essa não foi a primeira demonstração de cordialidade do presidente brasileiro juntamente ao líder português. A redação compreendeu que não estavam em terreno neutro, no qual até a maioria dos jornalistas e a própria população brasileira pareciam se mostrar simpáticos aos oposicionistas, mas o mesmo não se verificava no seu governo. A todo o momento, o jornal criticava a estranha relação estabelecida entre os dois países, situação essa que não se repetiria com seu sucessor, Janio Quadros, que, como veremos não apoiou o governo de Salazar – declarou tratar-se de pirataria internacional o sequestro do paquete Santa Maria – e ainda concedeu asilo a todos os envolvidos na operação. A simpatia com os movimentos de esquerda por parte de Janio Quadros já havia sido demonstrada quando este concedeu uma entrevista

²³² Costa de Amorim. “Crônica do Rio: Carneiro com batatas”. *Portugal Livre* Ed. 6, abr. 1960. (CD25a).

²³³ “Carta ao Sen. Afonso Arinos”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 10, ago. de 1960, p.2.

²³⁴ “A posição atual”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 11, set. de 1960, p. 2.

²³⁵ “Os acordos de Lisboa: uma mistificação”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº11, set. 1960, p.3.

coletiva em São Paulo em virtude de sua visita a Cuba. Nas declarações, foi extremamente favorável à Revolução Cubana, pois traria bons resultados, sobretudo a reforma agrária, e mostrou-se entusiasmado com a figura de Che Guevara e com a fase revolucionária na qual aquele país estava passando, com melhoria nas condições de vida e justiça social, sem ainda a influência comunista²³⁶.

Um último adendo interessante de elencar nesta parte do trabalho é a imagem criada sobre o Brasil com base nos discursos dos exilados portugueses. Era praxe um oposicionista iniciar um discurso nos jantares comemorativos, ou mesmo um artigo no *Portugal Livre*, com saudações ao Brasil e buscando referências na história dos dois países, seja para agradecer a hospitalidade do exilados, seja sobre o apoio na luta contra Salazar. Bem da verdade, observou-se um guia padrão de termos que ajudavam a cimentar a suposta irmandade entre as referidas nações. Assim sendo, notou-se a obrigatoriedade do agradecimento, seja pela cooperação de jornalistas e políticos brasileiros, ou mesmo de forma direta, agradecendo o leitor, que representaria todo o Brasil. Os países estariam ligados por de uma suposta lusofonia, conceito abstrato que apontava balizas culturais entre países falantes do idioma português e, portanto, dividiam semelhanças que remeteriam a uma irmandade²³⁷.

Eduardo Lourenço, escritor português que fez uma breve colaboração com o *Portugal Livre*, definiu que a chamada “comunidade luso-brasileira” trata-se de “um mito inventado unicamente pelos Portugueses”. Já Maria de Lourdes Soares procurou no discurso de Eduardo Lourenço, escrito no referido jornal, elementos que contestam essa igualdade de pensamento, sobretudo ao mostrar que tal sentimento de lusofonia, supostamente compartilhado entre brasileiros e portugueses, não é igual e recíproco. De um lado, o Brasil nega a história portuguesa e busca uma “brasilidade” para justificar seu passado baseado na inter-relação das etnias portuguesa, indígena e africana, cuja primeira seria claramente diminuída em relação às demais. Os discursos por parte do Brasil seriam cobertos de ressentimentos e recalque em relação a Portugal²³⁸.

²³⁶ “A Revolução Cubana vista por dois brasileiros e um francês”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 7, mai. de 1960, p.4.

²³⁷ Sobre o discurso sobre a lusofonia ver LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 156-158. E MUNIZ, Tulio de Souza. “As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro” e do “eu” entre Brasil e Portugal”. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 1 – nº 2 – dezembro de 2009.

²³⁸ SOARES, Maria de Lourdes. “Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal”. In: Revista Letras, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan./jun. 2003. Editora UFPR. p. 217.

4.2 O paradoxo do Colonialismo

Se pensarmos os assuntos tratados pelo jornal ao longo de sua curta existência, em forma de blocos, é possível considerar que o colonialismo, e demais temas ligados a ele, foi o mais abordado, e também um dos mais polêmicos. O mundo estava, aos poucos, condenando as velhas nações colonialistas, e o jornal percebeu, assim como já vinha fazendo o *Portugal Democrático*, que denunciar os abusos e problemas ocorridos na África ajudaria a renovar as lutas oposicionistas com o apoio de nações estrangeiras. Esse fator continuou mesmo depois do fechamento do *Portugal Livre*, porque durante a ditadura militar brasileira o *Portugal Democrático* foi o único jornal que falou abertamente de luta de classes sem ser fechado pela censura. Visto que os militares não queriam ir contra um jornal assumidamente anti-colonialista, à frente de toda a comunidade internacional e em plena guerra colonial ocorrendo na África. Mas, mesmo sendo o assunto mais discutido, não significa que as opiniões estivessem em uníssono; pelo contrário, foi um dos fatores que ajudou a transformar em abismo os rachas já existentes entre a oposição.

Enquanto a Guerra Fria deu sobrevida ao regime, a independência das colônias britânicas e holandesas pôs um grande dilema para o Estado Novo. Os sentimentos independentistas e anti-colonialistas, que afloraram com o término da Segunda Guerra Mundial, devem-se a três fatores: a Carta do Atlântico, firmada entre EUA e a Grã-Bretanha, que previa a independência e direto à auto-afirmação de todos os povos e universalidade dos princípios da democracia e liberdade; aos apelos e pressão de dirigentes das potências aliadas, como o general De Gaulle da França; e por último, a participação dos povos nativos nas colônias e os militares que serviam nas tropas aliadas²³⁹.

Dimensão central do nacionalismo do Estado Novo, a sobrevivência nas colônias foi a variável mais importante da política externa da ditadura. À medida que a cena internacional se tornou progressivamente desfavorável, o colonialismo transformou-se “gradualmente na quinta-essência do regime” e “substituiu-se ao corporativismo” no núcleo ideológico central do regime²⁴⁰.

Havia a percepção e necessidade de uma grande transformação na estrutura do país, desde a valorização do negro ao incentivo à ciência. Contudo, a mudança no sistema colonialista só viria com uma revolução nos hábitos econômicos e sociais, uma vez que os

²³⁹ OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” In: *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1992, p. 67.

²⁴⁰ PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27.

demais países caminhavam para reconhecer a igualdade perante os países africanos, com exceção de Portugal de Salazar, que, segundo Harris, era “o guri com espingarda na mão”²⁴¹.

Desde as primeiras edições o jornal posicionava-se contra o colonialismo, seja por meio de dossiês sobre a precariedade da vida em Angola e Moçambique, seja denunciando o trabalho forçado e o massacre dos indígenas. Os textos diziam compreender e respeitar tal luta, pois também era a mesma dos portugueses, mesmo reconhecendo que não seria fácil vencer a batalha. Contudo, o discurso era recheado de culpas e afirmava que o colonialismo não representava todos portugueses, e havia uma vontade de preservar os laços morais e manter amizade com os povos africanos²⁴², opiniões que nem sempre eram consonantes com a visão editorial, o que acabou por aumentar ainda mais as diferenças no jornal. Entre os integrantes com visão neocolonialista, destacam-se Tomás Ribeiro Colaço, Henrique Galvão e, em menor escala, Humberto Delgado.²⁴³

Os democratas apoiavam a causa patriótica e nacionalista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contra o Estado Novo, mas repudiavam o extremismo quando estes dirigem o ódio a todos os portugueses e condenam a presença portuguesa em África²⁴⁴. Segundo Miguel Urbano Rodrigues, a redação mantinha boas relações com o MPLA e com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGCV), com a troca de comunicados e documentos políticos entre ambos²⁴⁵.

No jantar para comemoração do 50º Aniversário da Revolução de outubro de 1910, realizado em São Paulo no ano de 1959, Humberto Delgado apresentou uma visão colonialista sob o título “Movimento Nacional Independente – Plano Colonial da Oposição”. Tratava-se de uma proposta para resolver a questão colonial, enviada para o presidente Kennedy, dos EUA, a Mac-Millan e ao secretário-geral das Nações Unidas, Hammarskjöld²⁴⁶. O plano estava dividido em dezesseis tópicos que expunham a visão de Delgado sobre o colonialismo; possuía também uma nova proposta neocolonialista baseada em estados federados. Com um discurso agressivo e conservador acerca dos africanos, o general defendeu a criação de uma Federação de Estados Portugueses, que incluiria as colônias, projeto que em muito se assemelhava com a proposta neocolonialista de Jorge de Sena, esboçado no *Portugal Democrático*²⁴⁷.

²⁴¹ *Portugal Livre*. São Paulo, nº 2, dez. de 1959. p. 7.

²⁴² “Nós e a África”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 2, dez. de 1959, p.1.

²⁴³ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 192.

²⁴⁴ “O M.P.L.A., Angola e nós”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 11, set. de 1960, p.2

²⁴⁵ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 192.

²⁴⁶ DELGADO, I.(et al.).*Op. Cit.* p. 188.

²⁴⁷ RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p. 159.

Logo após o evento do Santa Maria, Humberto Delgado mudou sua posição quanto à questão colonial, passando a condenar veementemente o colonialismo português e a defender a autodeterminação dos povos. Segundo Rodrigues, o general “teve de vencer a resistência de sua formação de militar e conservador”²⁴⁸ para não ficar em descrédito entre seus companheiros, como aconteceu com Galvão. Em decorrência disso, a redação preparou uma nota de reparação, e o esclarecimento recebeu um contorno gráfico na edição de aniversário do jornal, acompanhado das respectivas assinaturas: “Pelo “Portugal Livre”: Francisco Vidal, José Pedroso de Lima, José Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego”. Afirmava não haver somente um ponto de vista sobre o assunto, e tampouco um que prevalecesse sobre os demais; portanto, a ideia de Delgado não representava a unidade²⁴⁹.

Meses depois, foi a vez de Henrique Galvão protagonizar um episódio semelhante, cujo impacto seria maior do que a declaração de Delgado. É interessante percebermos que a própria trajetória do capitão esteve sempre conectada com as questões coloniais, seja sua obra literária, sua opinião política, os projetos na assembleia, passando pelo próprio contexto de ruptura com o Estado Novo.

Henrique Carlos Malta Galvão foi organizador da Exposição Colonial realizada no Porto em 1934, apologético do colonialismo português e, principalmente, defensor do exército, como representante da “Alma Nacional”. Em 1936, já havia publicado 21 livros passando por áreas técnicas, relatos de viagens, história, teatro, romance e poesia. Por ironia, sua ruptura com o Estado Novo foi justamente sobre a questão colonial, ponto que o capitão defendia arduamente, ainda que com um conceito idealista sobre o assunto. Em 1948, depôs como testemunha de defesa para seu amigo, o coronel Carlos Selvagem, que havia tentando um Golpe Militar no ano anterior. Enquanto no ano seguinte, nas eleições de 1949, demonstrou comportamento ambíguo na candidatura de Norton de Matos e apresentou na Assembleia Nacional um projeto sobre o “aviso-prévio para o trabalho forçado em Angola”. Os projetos idealistas e reformistas de Galvão pretendiam o desenvolvimento econômico e maior integração entre as colônias.

Galvão criticou a mudança do termo “províncias ultramarinas” para “colônias”, um conceito historicamente condenando que acabaria por manchar a imagem de Portugal na ONU, e achou que seria possível a criação de projeto “República-Federal Euro-Africana” para prolongar a influência portuguesa na África, em vez de o país perder tudo

²⁴⁸ *Ibidem.* p. 159.

²⁴⁹ “Esclarecimento sobre a questão colonial”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 13. nov. de 1960, p. 3.

gradualmente²⁵⁰. Ficaria então caracterizado novamente pelo excesso de denúncias em público a respeito dos problemas nas colônias, sobretudo com intervenções na Assembleia Nacional, quando representava Angola, na tentativa de corrigir os abusos laborais e, da mesma maneira, na defesa de conspiradores militares de 1947²⁵¹.

Em entrevista exclusiva e polêmica para o *Portugal Livre*, Henrique Galvão dividiu opiniões e iniciou uma nova fase na organização da oposição no exílio e no próprio jornal, ao expor sua opinião sobre a solução para as colônias portuguesas no ultramar, iniciando por conceituar a sua visão da África, do que ele considera ser a verdadeira, complexa e desconhecida imagem dos países africanos em comparação com a visão tradicional, imposta por políticas imperialistas ambiciosas, religiões e forjada pela literatura²⁵².

Portugal, pelo seu histórico de quatro séculos na África, conhece seus problemas, e, segundo o capitão, tinha uma missão naquele continente, que foi interrompida pela ditadura de Salazar. O plano previa a emancipação gradual mediante um projeto político e social semelhante ao ocorrido no Brasil, para preservar os laços de fraternidade e o próprio sentimento “de ser português” das colônias africanas. Dessa forma, havia sinais positivos na relação com os países africanos, pois, se não fosse por Portugal, a África sucumbiria aos “elementos destrutivos” já existentes no local, como “a escravatura dos chefes indígenas, as guerras tribais, a feitiçaria e o canibalismo”. E é, pois, do próprio colonialismo que emergem esses sentimentos de emancipação. A solução seria uma comunidade, federação ou confederação de estados de língua portuguesa, dado que seria a forma mais natural e humana para realizar-se a emancipação, que só seria possível após a queda de Salazar e do Estado Novo.

Galvão responde que a emancipação total e radical é irresponsável e inviável, e faz parte de teóricos e “teorizantes” que desconhecem a configuração política tribal e local, pois, caso levada a cabo, agravaria o sofrimento com uma sangrenta guerra civil, o regresso à barbárie e chacina de outras tribos ou, ainda a absorção imediata a outro julgo imperialista, por potência com interesses na África.

Encontram fórmulas tão capciosas quanto as de Salazar para justificarem a permanência dos portugueses – como senhores – no solo africano. Lamentavelmente errado estes democratas, uns iludidos pelos séculos de propaganda dos nossos feitos coloniais, outros por inconfessáveis desejos de domínio da futura II República em territórios alheios, defendem sim a

²⁵⁰ *Ibidem*. p. 175.

²⁵¹ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Uma biografia política*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p.453.

²⁵² Henrique Galvão. “África portuguesa de hoje e amanhã”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº5. mar. de 1960, p. 5.

libertação das colônias, mas apenas quando os povos seus naturais, os donos da terra, tenham adquirido consciência política que lhes permita governarem-se a si próprios²⁵³.

De acordo com o autor, não se trata de uma reedição do colonialismo de Salazar, e sim algo novo, moderno e humano. Além disso, o conhecimento de causa de Portugal, qualifica-o e o obriga a referida função, pois teria uma vocação para a convivência pacífica com povos de outras raças. No fim, Galvão deixa claro que esse é um pensamento seu, mas acredita ser de toda oposição democrática.

Além da entrevista, o problema se agravou ainda mais com a visita de Galvão a União Estadual dos Estudantes (UEE), de São Paulo, em uma sala repleta com jovens estudantes que acompanhavam a guerra colonial. Contudo, Galvão decepcionou, pois defendeu a mesma saída neocolonial para Angola “um projecto de uma futura comunidade de Estado Luso-Africanos com a capital em Nova Lisboa (Huambo)”. Assim, pressionado pela série de perguntas dos estudantes, acabou por soltar declarações que expunham seu pensamento colonialista e racista, falou de raças, da presença portuguesa, de tribos e da incapacidade dos africanos de se autogovernarem. Urbano Rodrigues teve de inventar uma desculpa, dizendo que Henrique Galvão precisaria descansar e não poderia mais responder perguntas. Com a saída do Capitão, Rodrigues tentou consertar as declarações, mas não obteve êxito²⁵⁴.

4.3 As intervenções de Henrique Galvão

Henrique Galvão publicou uma série de cartas abertas, que haviam sido escritas entre 16 de janeiro e 17 de fevereiro de 1959, quando esteve na embaixada da Argentina, com a intenção de publicá-las clandestinamente, mas a vigilância constante não permitiu dar a elas a publicidade desejada. Suas “cartas abertas” eram contundentes e direcionadas, conforme sugeria o título, para agentes do regime como um agente da PIDE, ou o próprio Salazar e ainda para “o homem comum”. A linguagem informal e direta, em forma de um diálogo tornava os textos de muito fácil entendimento. Diferentemente das epístolas, Galvão publicou cinco poesias inéditas no jornal, todas elas caracterizadas pelo forte engajamento político, como exemplo “Ó Portugal”, que expunha os contrastes e contradições do Estado Novo, escrita em janeiro de 1959, no Hospital de Santa Maria, a ser publicado na obra de poemas

²⁵³ Francisco Vidal. “Democracia e colonialismo”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº15, jan. de 1961. p. 1.

²⁵⁴ *Idem*. p.220.

Satíricos “Grades Serradas”²⁵⁵. Na mesma linha, destacam-se as poesias “Coisas”, “Ecos” e “Herança”. (Anexo V e VI)

Em “Carta aberta a um agente da PIDE”, Galvão ironiza a situação de um agente sem rosto, o “pobre inimigo”, para assim dirigir-se à instituição inteira. Tal homem seria uma pessoa ordinária, protegido pela situação e seduzido pela estabilidade econômica, incapaz de perseguir alguém sem que lhe seja feita uma denúncia, e é, sobretudo, um sujeito com medo, nas palavras de Galvão “até para te salvares a tempo, é necessário um mínimo de coragem moral”²⁵⁶. Já a “Carta aberta ao homem comum” foi escrita para o povo que ansiava por ter notícias do próprio Galvão. “Como foi que ele fugiu? Onde está? Por que não seguiu exemplo de Delgado? Que pretende ele? Irá desistir da luta?”²⁵⁷, são perguntas parcialmente respondidas por Galvão, deixando seus leitores mais calmos e tranquilos, além de chamar a população para a luta, pois também tem suas responsabilidades, mas não nos cafés, onde a PIDE espreita. Escreve também que não devem ter medo, pois na prisão também se luta.

Com intenção de ludibriar a apreensão por parte da PIDE e a venda por preços abusivos da *Carta Aberta a Salazar*, o MNI reimprimiu a 4ª. edição do documento de 104 páginas escritos por Galvão ainda no leito do hospital Santa Maria. Os redatores do *Portugal Livre* transcreveram um trecho, condensando-o em duas páginas para torná-lo mais acessível a todos e criar mais um meio de ludibriar a censura da polícia política portuguesa²⁵⁸.

No documento, ao qual Miguel Urbano chamou de “retrato mais violento, irresponsável, completo e autentico de Salazar”²⁵⁹, Galvão faz um esboço retrospectivo direcionado diretamente a Salazar. De forma corrida, por vezes bem humorada e sempre crítica e acusatória, a escrita passa por todas as características do Estado Novo português e a série de problemas que vem assolando Portugal. Mostra a ascensão de Salazar ao poder, a instituição do estado corporativista, a relação do país com o mundo, fome, guerras, colonialismo, eleições, oposição e o seu futuro, que será uma inevitável queda.

Em uma correspondência enviada de Caracas para o ministro das relações exteriores do Brasil, Horácio Lafer, e publicada no *Portugal Livre* e no *OESP*, Galvão agradeceu as palavras de apoio do ministro, que o classificou de “homem de grande envergadura política e moral”, ao pedir desculpas, com seis meses de atraso, em nome do governo brasileiro a negação do pedido de asilo. Galvão deixou claro que inicialmente quis vir para o Brasil, em

²⁵⁵ Henrique Galvão. “verso e reverso”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº3, jan. de 1960, p. 6.

²⁵⁶ Henrique Galvão. “Carta a um agente da PIDE”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº2, dez. de 1959, p. 2.

²⁵⁷ Henrique Galvão. “Carta aberta ao homem comum.” *Portugal Livre*. São Paulo, nº3, jan. de 1960, p. 5.

²⁵⁸ Henrique Galvão. “Carta aberta a Salazar, 4ª. edição”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº6, abr. de 1960, p. 4.

²⁵⁹ Miguel Urbano Rodrigues. “Salazar visto por H. Galvão”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 7, mai. de 1960, p. 2.

virtude da facilidade com a língua e da atração e admiração que os portugueses sofrem em relação ao Brasil. Mas isso já estava superado, e que sua rixa era com a negação do Itamarati em conceder-lhe o visto e não com o povo brasileiro, mas que por ora, já situado na Venezuela, não tinha mais interesse em vir ao Brasil, pois assim como Portugal, os dois países que mais amava, obrigava-o a manter afastado²⁶⁰.

Os debates sobre seu pedido de asilo não pararam por aí. Em exclusividade para o *Portugal Livre* e para *La Esfera* de Caracas, Galvão responde o posicionamento de Salazar sobre o tema. Segundo Salazar, os pedidos de asilo têm a intenção de criar dificuldades ao governo e fazer publicidade a quem, mesmo sem haver base jurídica em Portugal para concessão de asilo. O governo ainda assim o faz, mas somente em casos de real perigo para a nação e para a vida do envolvido. Galvão contra-argumenta utilizando sua própria trajetória e os perigos que passou em Portugal para desmentir a nota de Salazar²⁶¹.

4.4 As desavenças, entre formas de ação e partidatismo

Conforme exposto, a própria fundação do jornal previa uma mudança de atitude perante a oposição no exílio; porém, a atitude, ou ação, quase nunca era de comum acordo entre os exilados, e tal desacordo não se restringiu somente entre as diferenças entre democratas e comunistas, ou as ideias do *Portugal Democrático* contra o *Portugal Livre*. A falta de coesão estava presente na redação, a opinião mudava a cada matéria, a cada página, influenciada pelo desejo de ação vindo do DRIL, em Caracas, ou por Humberto Delgado, que, aos poucos perdia sua credibilidade. As perguntas mais latentes eram: como derrubar o Estado Novo? Devemos fazê-lo sozinhos ou com ajuda popular? Uma revolução, golpe militar ou revolta interna? Temos de esperar o regime abrir-se aos poucos? Qual forma de governo adotar depois? Importa pensar nisto agora?

Não havia menções diretas ou ataques em todo o período de coexistência dos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*; os jornais ignoravam-se mutuamente, fato que Miguel Urbano Rodrigues já havia constatado em suas memórias²⁶². Entretanto, era possível perceber uma série de notas indiretas, ou mesmo nos textos anticomunistas de Galvão e Delgado, e os comunistas, por sua vez, estavam ligados diretamente ao *PD*. Um dos poucos

²⁶⁰Henrique Galvão. “Henrique Galvão escreve ao ministro das relações exteriores do Brasil”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº4, fev. de 1960, p.4.

²⁶¹ Henrique Galvão. “O direito de asilo e a sofística dos ditadores”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº7, mai. de 1960, p. 7.

²⁶²*Idem*. 154.

artigos que toca na questão da unidade no *Portugal Democrático*, mas sem mencionar nomes e partidos, é de autoria de Manuel Dôres, escrito em novembro de 1960, intitulado “A Oposição, as Colónias Portuguesas e a unidade”. Nele o autor faz uma distinção oportuna, ao afirmar que “unidade não quer dizer união pura e simples, abdicação de princípios, filosofia ou teorias seguidos pelos diversos setores ou partidos”. Para isso, Manuel Dôres propõe que sejam discutidas e respeitadas tais diferenças, para assim cada um distinguir o limite do outro e encaixá-lo dentro de um projeto maior, e que não devem parar de militar ou participar de outros projetos políticos, pois isso é indispensável e muito saudável para uma nação que se quer livre e democrática²⁶³.

Cunha Rego trouxe o debate de como Salazar ainda se mantém no poder depois de tantos anos. A questão foi levantada por jornalistas de diversas partes do mundo, em especial Inglaterra e Estados Unidos, que procuravam uma resposta da oposição ao regime. A suposta indiferença dos opositores levou Rego ao título “Velhos temas para novas perguntas” e assim revisitar a configuração atual: o problema viria desde o golpe de 28 de maio 1926 e desdobrase hoje em dois setores da oposição com programas declarados, os católicos e os comunistas. Pois a ação de ambos os programas não permite o crescimento de outra oposição, mesmo tendo a “unidade” como tema central do PCP²⁶⁴.

Enquanto para Miguel Urbano Rodrigues a esquerda em Portugal é apenas uma caricatura do que poderia ser, pois a maioria se parte em um jogo de oportunismos divididos entre democratas e comunistas. Estes últimos apresentaram, para o autor, um plano de unidade inofensivo e vazio, em que a única integração girava em torno de plataformas eleitorais que no fundo não se verificavam, e nada alterava, transformando a ação da oposição em um círculo vicioso e invisível. Os planos e ações eram artificiais e rasos, os opositores não se doavam por inteiro, queriam despertar uma consciência revolucionária ao povo, mas sem mostrar o que ganhariam com isso²⁶⁵.

A participação popular no processo revolucionário ou mesmo o despertar de uma consciência são pontos fulcrais nas discussões do jornal. Segundo Rego, o importante era criar as “bases de uma politização popular em larga escala que possibilite ao povo português a escolha livre e consciente num futuro próximo”, pois a formação política não exclui o

²⁶³ *Portugal Livre*. São Paulo, nº 4, p. 7.

²⁶⁴ Victor da Cunha Rego. “Velhos temas para novas perguntas”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº12. out. de 1960, p. 8.

²⁶⁵ Miguel Urbano Rodrigues. “O dever da esquerda na revolução portuguesa”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº15, jan. de 1961, p.1.

sentimento revolucionário e de mudança²⁶⁶. Já Mota afirmou que o povo português não possuía a vaga ideia de como sair do regime, cabendo à oposição trilhar o caminho e ditar as bases desse processo. Santana Mota assegurou que não bastava que um general se insubordinasse, era preciso superar a fase de supervalorização do alto escalão do exército no processo revolucionário e nascer do povo o desejo de liberdade, mas muito mais do que liberdade proveniente da democracia, há a necessidade de rever a propriedade privada, saúde e educação, além de sanar problemas na tributação, previdência e assistência social, passando desde o latifúndio no Alentejo até a aparelhagem da indústria, para poder alcançar uma autosuficiência econômica com liberdade e autonomia sendo, paulatinamente, concedida ao ultramar. O autor conclui dizendo que a ditadura de Salazar só foi instituída, em parte, pela projeção e esperança que o próprio povo depositou no estado. o mesmo valendo para o projeto de um Portugal para além do Estado Novo, se o povo não se prontificar a participar, tanto na derrubada quanto nas discussões do novo governo e delegar as funções aos grupos políticos, não sairá da miséria²⁶⁷.

Uma carta anônima foi enviada para a direção do jornal cujo conteúdo fazia críticas fortes ao modo de operar da oposição portuguesa. Mesmo que não tenha sido destinada para publicação, a redação resolveu publicá-la com o acompanhamento de uma nota explicando os itens da carta. O texto, sob o pseudônimo de Portus Cale, é de um português que se voltou contra o salazarismo, mas que se mostra descontente com a oposição e seus personagens que nada dizem e só trazem mesquinhasarias pessoais, tais como Henrique Galvão, e jornais que repetem as mesmas ladainhas proferidas por oposições fracassadas, como *Portugal Democrático* e o próprio *Portugal Livre*. Ao fim, dirigiu a palavra diretamente a Miguel Urbano Rodrigues, chamando-o de ingênuo, pois acreditava que o manifesto “Tarefa inadiável da hora presente”, publicado na edição 11 era de autoria do PCP, haja vista que Portus Cale acreditava ser um texto redigido pela PIDE, com intenções de desunir a oposição²⁶⁸.

O autor traça um plano de “tarefas inadiáveis” para uma nova oposição com passos bem definidos. Primeiramente, a evasão de todas as cabeças pensantes de Portugal, e agir a partir de fora do país, pois a PIDE sufoca e impede uma organização mais coesa. Em seguida, deve-se chamar a atenção da imprensa internacional e da opinião pública com ações chocantes, em paralelo com uma forte arrecadação de fundos para a luta. A última parte seria

²⁶⁶ Victor da Cunha Rego. “Coexistência e Unidade na Oposição”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº3, jan. de 1960, p. 1.

²⁶⁷ Santa Mota. “Compete ao povo”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº. 6, abr. de 1960, p. 3.

²⁶⁸ Pedro Portus Cale. “Uma resposta e anti-salazarismo”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº12, out. de 1960, p. 4.

forjar uma ideologia revolucionária com base nas aspirações populares, mas não tratando como um programa partidário, e sim de pessoas, sejam comerciantes, comunistas, monarquistas ou clérigos, enfim, qualquer indivíduo que tiver condições e disposição para auxiliar a revolução.

A redação respondeu chamando-o de bem-intencionado, mas muito mal-informado, e rebate, uma a uma, as colocações de Portus Cale. Porém, não é necessário expor toda a réplica do jornal, o interessante é perceber a mudança da visão, na qual a imagem do opositor deveria sumir para dar luz à figura do revolucionário. As cartas mereceram publicação, pois mexeram com a redação do *Portugal Livre*, já que esta se via como uma nova força revolucionária; presos, no entanto, na forma de agir e acabando, ao fim, por repetir parte das táticas passivas que criticavam e abominavam²⁶⁹. Vale ainda ressaltar que o autor anônimo propôs fazer do exílio o centro de operações interligando todos a partir de uma rede internacional, para agir de fora para dentro, proposta completamente contrária à visão que os exilados brasileiros tinham sobre si – a de que estavam em uma situação periférica, e a verdadeira luta se passaria dentro de Portugal.

Discorremos no capítulo anterior sobre como os primeiros editoriais traziam um teor fortemente anticomunista, sobretudo os textos assinados por Galvão e Delgado. Cada manifesto, publicação ou fato acerca do PCP tinha impacto nos editoriais do *Portugal Livre*, e quase nunca estavam de acordo com a súmula comunista. As indiretas e críticas ao partido comunista eram constantes, com exceção das notícias sobre as fugas de prisioneiros comunistas, como nos pequenos quadros espalhados por todas as edições que traziam mensagens como esta: “Hoje e sempre este jornal será de todos os democratas – mas nunca dos aspirantes a ditadores. Que aqueles nos abracem fraternalmente e que estes de nós de afastem”²⁷⁰.

O discurso se repete também em declarações públicas, como a entrevista concedida pelo general para o *United Press*, a respeito das suas visitas pela Europa e Venezuela, na ocasião em que Humberto Delgado fora recepcionado por comunistas. O general foi questionado sobre as acusações do governo de que ele estaria pactuando com comunistas; a resposta foi contrária, e que este rumor se tratava de uma propaganda negativa por parte do regime, e afirmou: “entendo mesmo que o PC português é um dos fatores que tem impedido que os democratas portugueses se entendam e ponham termo aos abusos da oligarquia que se

²⁶⁹ Pedro Portus Cale. “Oposição e fracasso vs. Revolução e sucesso”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº15, jan. de 1961, p. 5.

²⁷⁰ *Portugal Livre*. São Paulo, nº 3, jan. de 1960, p. 3.

mantém no poder”²⁷¹. E terminou falando sobre a unidade: “a oposição deve a sua coesão à circunstância de as correntes que a compõem se não terem definido nunca através de programas partidários”²⁷².

A unidade era um tema presente desde o lançamento do periódico e assim ficou até o seu fechamento, o que representaria, segundo Victor da Cunha Rego, subordinação a uma causa e a um comando únicos, uma forma de controle de diversas correntes oposicionistas. Mas essa subordinação deve ser a derrubada do regime, e não a um programa partidário. Cujas existência, para Rego, estaria ligada a uma necessidade de consciência de todas as partes envolvidas, do contrário não há a possibilidade da coexistência pacífica, mas que deve ter um diálogo permanente e constante com o uso de interlocutores válidos²⁷³.

O insistente discurso do PCP sobre a unidade acirrou-se após a onda otimista gerada pela campanha de Delgado. A oposição deveria “vencer o preconceito”, pois

as acções de cada esfera ou de cada corrente têm, qualquer delas, muito interesse e são, sem dúvida uma contribuição para a luta geral [...] e multiplica o valor e a força dessas acções isoladas. A unidade de todas as forças anti-salazaristas é possível, e é necessária para se conseguir o objetivo comum²⁷⁴.

Por conseguinte, a união “das forças democráticas é a base fundamental para o desenvolvimento vitorioso da revolução popular e nacional”. E deveria, sobretudo, ser organizada para combater a polícia política e ir além das forças oposicionistas, precisaria englobar a aliança das classes operárias com o campesinato, juntamente com os povos das colônias ²⁷⁵.

O assunto voltou à ordem do dia na décima edição do jornal, quando os redatores Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego escreveram textos para rebater o documento lançado pelo PCP, com título: “Tarefa inadiável da obra presente: A unidade”²⁷⁶. O *Portugal Livre* afirmou, em nota, não ter recebido uma cópia do Manifesto Comunista lançado pelo PCP e, por isso, não publicou no jornal as partes que acharia mais relevantes para a luta em favor da libertação portuguesa²⁷⁷. De acordo com Cunha Rego, a suposta união

²⁷¹ “O Gen. Delgado na Europa”. *Portugal Livre*. São Pulo, nº2, dez. de 1959. p. 3.

²⁷² Santana Mota. “É preciso”. *Portugal Livre* Ed. 2, dez. 1959. p. 4.

²⁷³ Victor da Cunha Rego. “Coexistência e Unidade na Oposição”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº3, jan. de 1960, p. 2.

²⁷⁴ *Jornal Avante!* nº. 263. p. 2, Disponível em: <www.pcp.pt/avante-clandestino>. Acesso em: 01 fev de 2012.

²⁷⁵ *Jornal Avante!* nº 299. p. 5, Disponível em: <www.pcp.pt/avante-clandestino>. Acesso em: 01 fev. de 2012.

²⁷⁶ Victor da Cunha Rego. “A unidade do partido comunista português”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº10, ago. de 1960. p.5

²⁷⁷ “Manifesto Comunista”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº6, abr. de 1960. p. 8.

pretendida pelo partido é irreal e divisória, pois não congregava todas as correntes de pensamento, e só terminava por catequizar ainda mais a sua doutrina. Afirmava ainda ser um texto cativante, didático, porém sem profundidade, escrito com extrema influência de Álvaro Cunhal, então recém-fugitivo. Já Rodrigues é direto ainda no título: “Um manifesto que nada diz sobre um partido desatualizado”, no qual o autor considera a unidade do PCP um engodo sem projeto, destinada às ações pacíficas e inúteis e diz preferir a ação do DRIL às falsas promessas do PCP.

Consideramos uma perniciosa perda de tempo e de recursos a “colaboração” com a farsa eleitoral salazarista. *Portugal Livre* considera, outrossim, a revolução como tarefa da hora presente e não pode conceber o esbanjamento de meios de ação e nem a retomada de um método que nada de positivo conseguiu até hoje: nem ganhar uma “eleição” e nem criar uma consciência revolucionária nas massas²⁷⁸.

União e resistência são as palavras-chave para enfrentar a ditadura de Salazar e, sobretudo, derrubá-la, de acordo com o leitor Afonso de Almeida. Contudo sem recorrer aos meios oficiais e constitucionais, que se mostraram um erro, e portanto, deve-se criar um sentimento forte de resistência e de boicote gradual ao governo²⁷⁹.

Em virtude da personalidade forte de Delgado e sua tendência em generalizar opiniões pessoais como sendo de toda oposição, como aconteceu em relação ao colonialismo africano mostrado anteriormente, o jornal começava a romper lentamente com ele. O início se deu por uma contraditória nota de esclarecimento da redação ao afirmar que o *Portugal Livre* não era o órgão oficial do MNI, como consta na declaração do movimento publicada no mesmo jornal, que teria a “posição de tribuna aberta a todos os portugueses democratas e a sua não filiação ao movimento, órgão ou corrente política determinada, por muita consideração que, no campo pessoal, os respectivos mentores lhe merecem”²⁸⁰. Quatro meses depois, o jornal publica novamente uma nota afirmando que não havia uma briga entre seus colaboradores e o MNI, mas não voltou a declarar-se órgão oficial do movimento²⁸¹.

²⁷⁸ “Nós e as eleições”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº14, dez. de 1960, p. 3.

²⁷⁹ “Tribuna de Leitores: resistência”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 5, mar. de 1960, p. 7.

²⁸⁰ “Esclarecimento”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº4, fev. de 1960, p.1.

²⁸¹ “Nós e o MNI”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº 9, jul. de 1960, p. 4.

4.5 Santa Maria e a questão da ação direta

O plano da Operação Dulcinéia era sequestrar o paquete português Santa Maria nas águas das Caraíbas e navegar em direção a Angola para iniciar uma revolução que culminaria com a queda do Estado Novo. O navio, que havia zarpado de Curaçao, nas Antilhas Holandesas, e tinha Miami como destino, contava com cerca de novecentas pessoas, entre passageiros (a maioria norte-americanos) e tripulantes, dentre os quais, 24 envolvidos com a operação. O grupo encontrou alguns percalços como as mudanças de data, em virtude de imprevistos financeiros, e divergências no comando do grupo. Durante a tomada do navio, tiros foram disparados, causando a morte de um oficial e ferimento grave em outro, o que acabaria por aumentar as diferentes opiniões no grupo. Com a repercussão do acontecido, o governo de Portugal iniciou uma campanha difamatória, dizendo tratar-se de “Pirataria Internacional” e apelou por ajuda junto a NATO, o que inicialmente mobilizou os Estados Unidos por buscas e escolta da embarcação por aviões militares. Essa manobra atrasou ainda mais os planos, acabando com o elemento surpresa e trazendo à tona o risco de ficarem sem combustível. O comando da operação emitiu um comunicado via rádio dizendo se tratar de uma operação política para libertação de Portugal, e os EUA optou por liberar o navio, fato que recebeu grande cobertura midiática. Sem saída, o grupo decide rumar para o Brasil, mas antes decidiu esperar pela posse do presidente eleito, Jânio Quadros, que se mostrava simpático à causa oposicionista e concordaria em conceder asilo em troca da embarcação e de todos os reféns. Em águas brasileiras, sobem a bordo Humberto Delgado e Miguel Urbano Rodrigues, este em outra embarcação e apresentado como jornalista do *OESP*.

Os passos para a formação de uma ação conjunta entre exilados portugueses e espanhóis tornaram-se reais com chegada de Henrique Galvão ao exílio na Venezuela. O grupo recebeu apoio do governo e da imprensa venezuelana nas atividades da oposição portuguesa e era liderado pelo “Comité Venezuelano Pró-democracia y Libertad de Portugal”, entidade presidida pelo senador Alberto Randall²⁸². Os rumores da ação conjunta aumentaram após a visita de Humberto Delgado àquele país, quando passaram a funcionar em Caracas os serviços da delegação especial do MNI²⁸³. O jornal chamou, sem dar muitos detalhes, de colaboração Luso-espanhola, e informava que novas ações seriam tomadas para a derrubada de Salazar e Franco, “igualados os dois tiranos na sua bestialidade”²⁸⁴. Um documento foi distribuído na Venezuela e divulgado para os demais locais por intermédio do

²⁸² “A expulsão do sr. Branquinho”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº4, fev. de 1960, p.3

²⁸³ “O MNI na Venezuela”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº2, dez. de 1959, p. 7.

²⁸⁴ “Colaboração Luso-Espanhola”. *Portugal Livre*, São Paulo, nº 2, dez. de 1959, p.1.

jornal, e deixava claras as intenções do Movimento naquele país; trazia as linhas gerais, e vagas, de como o MNI deveria agir durante o processo de queda do Estado Novo e mesmo para além dele²⁸⁵, sendo os principais pontos de ordem interna respeitar as leis do país e fazer cumprir o direito moral e a liberdade de expressão, pacificar a família portuguesa, conseguir a promulgação de nova lei eleitoral, combater a doença e a miséria, e garantir igualdade aos povos do ultramar. Já entre as ações de ordem externa, destacam-se fortalecer Portugal no pacto do Atlântico e da NATO.

A notícia se espalhou e um grande número de cartas chegou à redação, enviada por jovens dispostos a lutar mais diretamente pela libertação no país. *Portugal Livre* prometeu que remeteria esses contatos para a capital venezuelana, pois não admitia ações consideradas ilegais pelo governo brasileiro. O jornal aproveitou a oportunidade para pedir a seus leitores não enviassem cartas para a redação, pois a PIDE estava em vigilância constante nas correspondências, de forma que todas as dúvidas deveriam ser enviadas para parentes ou conhecidas no Brasil, para estes entrarem em contato com os opositores exilados²⁸⁶.

Em entrevista exclusiva para José Quiroga, vinculada em 28 de fevereiro de 1960 no jornal *OESP*, Henrique Galvão revelou que a oposição de Espanha e Portugal superou a fase divisionista na Venezuela, e que os atentados com bombas na Espanha seriam somente o começo, visto que em breve ocorreria o mesmo em algumas cidades portuguesas por meio da “Operação de Comandos”²⁸⁷. Além de condenar a visita do presidente Eisenhower à Espanha e de Kubistchek a Portugal, o movimento procurou resumir seus objetivos²⁸⁸:

O DRIL apenas promete fazer aquilo que nunca se fez: levar as massas à rebeldia declarada e sublevarem-se. Numa palavra, trata-se de fazer a revolução pela violência – única saída que no seu desespero resta aos povos de Portugal e Espanha²⁸⁹.

Raby vai além da ideia de que o DRIL foi uma organização luso-espanhola com ações pouco coordenadas, de vida efêmera e que tem no assalto ao paquete Santa Maria seu único feito. O movimento, apesar de realmente passageiro, teve uma importância muito além da comumente conhecida e apresentava ramificações internacionais e uma proposta inédita na

²⁸⁵ “A delegação do MNI em Caracas divulga importante manifesto”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº5. mar. de 1960, p. 8.

²⁸⁶ *Portugal Livre*. São Paulo, nº3, jan. 1960, p. 3.

²⁸⁷ Tratava-se de atentados bombistas na sede do Ayuntamiento madrilenho em fevereiro de 1960, na companhia de aviação Ibérica, no edifício do Congresso franquista, fato que ajudou a aumentar as críticas sobre o movimento, classificando-o como aventureirismo e terrorismo.

²⁸⁸ “O directorio Revolucionário iniciou a luta final”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº5. mar. de 1960, p. 1.

²⁸⁹ *Idem*, p.1.

oposição: insurreição armada, com base na revolução e ação paramilitares. Há provas claras de que o DRIL teve apoio dos governos, por vezes não oficial, mexicano, cubano, venezuelano e iugoslavo, com forte inspiração pela Revolução Cubana, que estava em andamento e não havia entrado na fase comunista²⁹⁰.

O movimento era comandado pelo capitão Henrique Galvão e pelos espanhóis José Velo Mosquera e Jorge Sotomayor, entre outros participantes, sobretudo jovens ibéricos exilados na Venezuela, atraídos pelo espírito de revolução e áurea de liderança que o Capitão Galvão inspirava²⁹¹. Este, por sua vez, havia se decepcionado com a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, entidade que o acolheu logo após sua chegada ao país, pois Segundo Galvão, a junta estava mais preocupada em enviar telegramas e escrever protestos. Junta-se a isso o acentuado anticomunismo e pela vontade de mando e ações clandestinas por Galvão, que entravam em desacordo com as proposições da Junta. O general Humberto Delgado foi nomeado chefe supremo do DRIL, ao menos teoricamente, pois suas ações estavam limitadas com sua instalação no exílio brasileiro. Porém, nomeou o capitão Fernando Queiroga como representante itinerário do MNI e o enviou para Venezuela e Cuba. O próprio Delgado fora visitar Galvão na Venezuela em duas ocasiões, entre outubro e novembro de 1959, quando então fez um documento formal nomeando-o membro do MNI.

O presidente recém-empossado do Brasil, Janio Quadros, cedeu asilo a todos os envolvidos no assalto ao Santa Maria. Para tal fora enviado um alto funcionário do Itamaraty, Dario Castro Alves, para cuidar de toda a burocracia e entrevistar um a um os envolvidos. No caso de Miguel Urbano Rodrigues, Alves afirmou que este teria saído ilegalmente do Brasil para participar de uma organização que sequestrou um navio, e que já possuía a carteira Modelo 19 de residente, e, portanto, não haveria motivo de receber o asilo. Dessa forma, o funcionário considerou que ele apenas estivesse fazendo seu trabalho como jornalista e editor do *OESP*²⁹².

Em maio de 1964, a maioria dos integrantes do DRIL já não apoiava Galvão, chamavam-no de traidor e colonialista. Do grupo de 24 pessoas que desembarcaram no Brasil, “dezoito mudaram-se de Campinas para a quinta Nossa Chácara, perto do Itaín, São Miguel Paulista, propriedade de um simpatizante português de nome Joaquim Ribeiro Bastos,

²⁹⁰ RABY, Dawn Linda. “O DRIL (1959-1961) Experiência única na oposição ao Estado Novo”. In: *Penélope 16. Portugal no Exílio (século XX)*, 1995. p. 63.

²⁹¹ Ambos os líderes do movimento escreveram livros relatando o evento; GALVÃO, Henrique. *Santa Maria: My crusade for Portugal*. Londres: Weidenfel: Nicolson, 1961. E SOTOMAYOR, J. *Yo Robé El Santa Maria*. Madrid: Akal Editor, 1978.

²⁹² RABY, D. L. *Op. Cit.* p. 219.

onde prosseguiam o treino militar”²⁹³. Segundo relato de Rodrigues, Henrique Galvão parecia mudado nos dias procedentes ao assalto, seu ego estava inflado, por ter sido aclamado por jornalistas, como Júlio de Mesquita Filho e a elite liberal e conservadora brasileira, que o comparava a uma nova versão de um Bandeirante. E, por consequência, acabou se afastando da esquerda brasileira²⁹⁴.

Sob o título “Impudor de assassinos”, o jornal *Diário da Manhã* afirmou, em edição de 18 de agosto de 1960, que o *Portugal Livre* “representa as intenções do grupo de exilados que o ex-capitão Henrique Galvão chefia e manobra”, e portanto, deve ser responsável pela tentativa de assassinato promovida com os atentados bombistas na Espanha. Já na edição do dia seguinte, o mesmo diário classifica-o como “tristíssima folha de ódios e de miséria moral” e afirma, ainda, que os integrantes do jornal oposicionista editado em São Paulo “preferem a ação terrorista em Portugal e Espanha, com bombas e assassinios”. Ao passo que o *Portugal Livre* respondeu todas as acusações ao que chama de jornal semioficial do Estado Novo, negando ser órgão do DRIL, mas que fornecia espaço em suas colunas para as declarações do respectivo diretório²⁹⁵.

Victor da Cunha Rego era integrante do movimento, e Miguel Urbano Rodrigues chegou a ingressar no navio quando o “Santa Liberdade” estava atracado em Recife e fez negociações com os americanos, mas o jornal em nenhum momento se colocava como órgão oficial do movimento, tal como fez em relação ao MNI. Apesar das críticas o DRIL, “colocou de forma insofismável a questão da luta armada. Nesse sentido, foi um precedente para ações posteriores, como a revolta de Beja e o assalto ao avião da TAP, duas operações feitas em parte por ex-militantes do DRIL”²⁹⁶. Para Rego, o diretório representava uma terceira via da oposição, além das tradicionais, imobilistas, católicas e da comunista, com uma proposta nova e violenta²⁹⁷.

Os novos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, Jânio Quadros e John Kennedy, respectivamente, mostravam-se muito mais simpáticos à causa oposicionista do que seus antecessores. De fato, havia uma esperança de que o recém-eleito presidente americano Kennedy não apoiasse a ditadura de Salazar, como fizera seu antecessor Eisenhower, que assim como Kubitschek, também visitou Portugal e levantou protestos da oposição²⁹⁸. Não

²⁹³ *Ibidem.* p. 78.

²⁹⁴ *Idem.* p. 219.

²⁹⁵ “O Diário da Manhã e o Portugal Livre”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº11, set. de 1960. p. 5.

²⁹⁶ *Idem.* p. 84.

²⁹⁷ Victor da Cunha Rego. “Possível a terceira força dentro da oposição ibérica”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº6, abr. de 1960, p. 1.

²⁹⁸ “Portugal e os Estados Unidos”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº14, dez. de 1960, p.3.

obstante, os dois novos líderes negaram apoio ao Estado Novo no assalto ao Santa Maria, o que denotava uma nova configuração geopolítica: as grandes potências não estavam mais dispostas a estender a mão a uma nação que insistia em manter as colônias na África.

É conveniente ressaltar a participação da redação na organização e realização, juntamente com outras entidades, da “I Conferência Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”, entre os dias 23 e 24 de janeiro de 1961, na Faculdade de Direito de São Paulo. Sob a presidência de Álvaro Lins e com a participação de diversas entidades oposicionistas portuguesas e espanholas, o evento teve a presença de jornalistas e inúmeros delegados do Chile, Argentina, Venezuela, Uruguai e, obviamente, Brasil. Não sem antes uma proibição do Ministro da Justiça brasileiro, Armando Falcão, que acabou por deixar em dúvida a realização do evento, contudo, a querela terminou com a liberação por meio de um telegrama enviado pelo presidente Juscelino Kubitschek ao governador de São Paulo, Carvalho Pinto. O jornal ainda publicou uma grande ata com todos os signatários da conferência²⁹⁹.

Entre as diversas teses apresentadas, oito foram transformadas em propostas, das quais a maioria era sobre a própria conferência, além de homenagens, saudações e a criação de uma comissão permanente para futuras conferências e a representação dela na ONU. Como esperado, o evento foi marcado por protestos junto ao governo português, sobretudo, a respeito dos abusos ocorridos nas colônias, e por último divulgou-se um manifesto com resumos da conferência³⁰⁰. O encerramento foi com um discurso do catedrático professor de sociologia da faculdade de filosofia de São Paulo, Florestan Fernandes³⁰¹.

²⁹⁹ “Pro-anistia dos presos políticos e exilados”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº4, fev. de 1960,p.6.

³⁰⁰ “Causa comum de Portugal e Espanha”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº4, fev. de 1960, p.7.

³⁰¹ “Discurso do professor Florestan Fernandes”. *Portugal Livre*.São Paulo, nº4, fev. de 1960,p.7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de quatro capítulos, é necessário fazer algumas colocações, amarrar todas as pontas soltas e levantar alguns questionamentos. Dessa forma, é indispensável esclarecer que se optou pela reunião das conclusões de todos os capítulos aqui, de modo a evitar o discurso redundante e uma melhor compreensão sobre o tema proposto. Veremos também o que levou ao encerramento do *Portugal Livre*, juntamente com as matérias trazidas na última edição, e o destino dos colaboradores envolvidos com o jornal. Por último, é feito um levantamento sobre as possíveis colaborações desta dissertação de mestrado com o debate acerca da oposição ao Estado Novo, e, especialmente, quais os ganchos e caminhos que ela pode sugerir.

A capa da última edição corresponde a uma moderna ilustração semelhante às obras de *art pop* da década de 1960, mas se fizermos outra leitura, a colagem pode ser considerada uma saída charmosa para a pressa e a falta de tempo para encerrar a edição (Anexo IV). Trata-se de uma montagem com chamadas e destaques de jornais do mundo inteiro noticiando o assalto ao paquete de Santa Maria³⁰². Não obstante, a edição aborda basicamente três temas: o assalto ao navio; o final do jornal com os problemas da oposição e o crescente descontentamento em Angola com a movimentação do MPLA. Sobre o primeiro, existem artigos de Francisco Vidal e textos de Carlos Junqueira Ambria, diretor geral do DRIL, Jorge Souto Mayor, comandante geral, e de Henrique Galvão. Há ainda uma série de cartas e pronunciamentos oficiais do movimento, como a epístola enviada para a Marinha do Brasil, escrita em Recife, no dia 3 de fevereiro de 1961, a bordo do paquete, a respeito das negociações para rendição da tripulação e condições de asilo. E, por último, a repercussão do caso, com a reprodução na íntegra de editoriais brasileiros sobre o assunto, como os jornais *OESP* e o *Diário da Manhã*³⁰³.

Nessa mesma publicação, uma nota expõe os rachas e perseguições dentro dos diferentes setores da oposição. A redação aproveitou além disso para publicar novamente alguns trechos das primeiras edições e, assim, reafirmar suas premissas básicas, entre as quais se destacam o apoio à ação e à criação de um sentimento revolucionário, defesa da independência e autodeterminação total das colônias, sem subterfúgios, repúdio ao personalismo e à ação burocrática, combate à tese da existência de duas oposições: interna e externa. Esta gerou, segundo Victor da Cunha Rego, a disputa vaidosa pela liderança dentro

³⁰² *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev/mar de 1961. p. 1.

³⁰³ *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev./mar. de 1961, p.1.

da oposição³⁰⁴. O jornal conseguiu alcançar, ou mesmo manter, essas súmulas iniciais? Este é um tema que será debatido logo em seguida, cujas respostas levariam, junto com outros elementos, ao fechamento da publicação. Todavia, mais do que perceber a imagem que a redação criou, ou esperava de si, é fundamental entender as intenções não reveladas, ou mesmo, as não intenções, que acabaram por ter uma dimensão muito maior do que a auto-imagem que o grupo tinha de si.

O fechamento do jornal ocorreu em meio ao atribulado, e midiático, assalto ao pacote Santa Maria. A influência da forma de ação proposta pelo evento estava implícita em todas as páginas, como a disposição das matérias na última folha, que é bastante emblemática nesse sentido. Havia um comunicado do DRIL à imprensa, na parte superior e ocupando quase toda a folha, enquanto logo abaixo vinha o comunicado oficial de despedida do jornal. A nota do DRIL foi direcionada aos jornais de todo o mundo, com o objetivo de divulgar, por meio de doze pontos, as intenções da Operação Dulcinéia. Afirmava ser contrários a qualquer transição que não seja a vontade do povo e convidavam os interessados a ingressar em seus quadros. No fim do texto, a redação agradece a hospitalidade do governo e do povo brasileiros e diz não ter intenções de violar sua legislação, ou seja, não estavam dispostos a criar grupos armados dentro do país que os acolheu³⁰⁵. Já a nota na íntegra, dizia:

Portugal Livre despede-se temporariamente dos seus leitores, por lhe ser materialmente impossível sair com a regularidade que mantivera até janeiro: a maioria dos seus redatores foi convocada a funções de mais ação. O seu objetivo é o mesmo; apenas chegou a hora de os atos substituírem as palavras e de se tentar por em prática o que se vinha preconizando em teoria. Que o reaparecimento deste jornal se dê numa atmosfera de mais liberdade e mais justiça em terras portuguesas, são os votos com que nos despedimos, por ora, de todos os nossos leitores³⁰⁶.

Mas o que levou ao fechamento do jornal? Vimos, ao longo desta dissertação, que vários fatores ajudariam para o fechamento da publicação, assim não se pode elencar um único motivo, mas podem-se destacar quatro principais razões, que, combinadas, levaram ao seu fim. Entre elas estão a nova postura da oposição perante a tese da ação direta; comprometimento dos redatores com outros projetos; aumento das divergências políticas e pessoais entre os colaboradores, e a releitura da questão da unidade, fatores que serão analisados, um a um, a seguir.

³⁰⁴ “Oposições”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev./mar. de 1961. p. 2.

³⁰⁵ “Comunicado do DRIL a imprensa”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev./mar. de 1961, p. 8.

³⁰⁶ *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev./mar. de 1961, p. 8.

Há menos de cinco meses do fechamento da redação, Miguel Urbano Rodrigues havia realizado um inflamado discurso, em um jantar comemorativo do 5 de outubro, sobre a necessidade de cooperação e comprometimento de todos os portugueses, juntamente com as publicações oposicionistas, ao fazer a comparação de quantas páginas poderiam ser impressas com o valor do ingresso para o banquete comemorativo. Podemos perceber claramente a mudança no discurso, apresentado pelo mesmo autor, em um artigo da última edição em que afirmava:

Acreditamos sinceramente que, dada a possibilidade de uma ação direta capaz de derrubar Salazar e Franco, a edição deste jornal acarretaria em encargos financeiros e físicos melhor empregues nas operações que, segundo tudo indica, serão desencadeadas em breve³⁰⁷.

Agora os fundos financeiros não eram mais necessários para produção de papel, e sim, para fomentar as ações; em outras palavras, não havia mais a vontade de escrever sobre a revolução, e sim fazê-la. E isso está conectado diretamente ao comprometimento dos redatores principais, Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego, que se viam envolvidos, e empolgados, diretamente com o assalto ao Santa Maria. Portanto, não havia mais tempo para cuidar de outras tarefas, além da dupla jornada como jornalistas e oposicionistas. Tanto que, logo após a estes eventos, Rodrigues propôs para o editor do jornal *OESP*, Júlio de Mesquita Filho, uma viagem para África portuguesa, onde realizaria uma série de reportagens sobre a Guerra Colonial³⁰⁸. Havia quem escrevesse colunas e artigos, mas quem estaria disposto a reunir todos os textos, diagramar, distribuir e cuidar das assinaturas?

A falta de disposição e comprometimento aumentava, à medida que cresciam, também, as diferenças ideológicas e desentendimentos pessoais. As declarações e propostas neocolonialistas de Henrique Galvão e Humberto Delgado geraram uma grande decepção e descontentamento entre os oposicionistas, sobretudo por estes tentarem continuamente se estabelecer como porta-vozes da oposição. A postura excludente, e o forte personalismo de Delgado poderiam aglutinar alguns fiéis seguidores, mas afastavam muitos outros. Ambos não faziam questão de esconder suas opiniões sobre o comunismo, e isso corroborou em muito para a separação do grupo.

³⁰⁷ “Oposições”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº16, fev./mar. de 1961. p. 2.

³⁰⁸ Miguel Urbano Rodrigues propôs uma série de viagens à África Ocidental ao *OESP*, de forma que as despesas ficassem por conta do próprio jornalista, enquanto o jornal se comprometia a pagar o salário para sua família, que ficaria em São Paulo. O plano era fazer uma série de reportagens em tais países, mas sem data de retorno pré-definida. Acertou tudo com Victor da Cunha Rego, colega de luta e amigo confiante naqueles anos no exílio brasileiro. RODRIGUES, M. U. p. 222.

Como um jornal, que pretendia representar a todos os portugueses, poderia sustentar-se em face dos contraditórios editoriais anticomunistas de seus líderes? Durante a curta existência do jornal, ele esteve fundamentado neste paradoxo: sua própria existência era em favor da unidade, mas na verdade não representava união alguma. Para haver, de fato uma unidade, um grupo teria de ceder, e não seria a coesão e disciplina partidária percebida no PCP, ou mesmo no *Portugal Democrático*, se comparado a liberdade de pensamento, e a suposta abertura dos democratas envolvidos no *Portugal Livre*. Isso pois o primeiro grupo sempre foi muito mais coeso do que o segundo. Conforme postulado na introdução, a duração do jornal coincide com uma série de eventos turbulentos para o Estado Novo; assim, pode-se concluir que o jornal foi fundado em meio à empolgação da campanha de 1958, junto com o exílio de Humberto Delgado, e encerrado durante a empolgação das operações do DRIL.

Após o encerramento das atividades, quase todos os colaboradores passaram a fazer parte do *Portugal Democrático* e continuaram integrando as redações de jornais brasileiros, como exemplo Costa de Amorim, Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e Paulo Duarte. Já os destinos de Galvão e Delgado são amplamente conhecidos, o primeiro exilou-se no Brasil, enquanto o general sofreria uma emboscada que culminou com seu o assassinato pela PIDE, juntamente com sua secretária brasileira, Arajaryr Campos em 1965.

Alguns tentaram estabelecer a vida no Brasil, como Victor da Cunha Rego³⁰⁹, que fundou a editora Felman-Rêgo em 1962 e “publicou diversas obras de análise e crítica ao regime a situação social em África, mas fechou a editora após o Golpe Militar de 1964, e deixou o Brasil”³¹⁰. Miguel Urbano Rodrigues mudou sua concepção de mundo durante a viagem a África, e após 1961, aproxima-se do PCP pelo contato de Álvaro Veiga³¹¹, e voltou a fazer parte do conselho de redação do *Portugal Democrático* em 1963. O autor reflete, com bastante distância dos eventos, seus erros na luta contra o salazarismo, segundo Rodrigues,

³⁰⁹Victor José Costa da Cunha Rego exilou-se Argélia, Jugoslávia e Itália, após o golpe militar de 1964 no Brasil. Tornou-se um aclamado jornalista, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Realizador de filmes, documentários, telenovelas, além de escrever alguns livros. Foi militante, diplomata e presidiu diversas entidades ligadas ao jornalismo e as telecomunicações. Faleceu em Lisboa, no ano de 2000.

³¹⁰ Entre algumas obras publicadas por sua editora estão REGO, Victor da Cunha. (Org.) *Salazar Visto do Brasil*. São Paulo: Felman-Rêgo. PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. São Paulo: Felman-Rêgo. 1963. ARCHER, Maria. *Brasil, Fronteira da África*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963.

³¹¹Na viagem, que durou seis semanas, Rodrigues, como representante do DRIL, encontrou-se com Sekou Touré, Amílcar Cabral, André Kaminsky. Segundo o autor, os membros do MPLA confessaram que o 4 de fevereiro em Luanda não havia sido organizado com larga antecedência, e que o assalto do Santa Maria foi um catalisador importante para os ataques, pois Angola estava repleta de jornalistas do mundo todo que vieram na esperança de ver o Santa Maria atracar na África, contudo foram logrados. A presença destes mesmos jornalistas foi o impulso para os revoltosos, que viam neles, um modo de fazer repercutir as injustiças e a Guerra Colonial. RODRIGUES, M. U. p. 227.

permeada por uma imaturidade ideológica e centrada em um individualismo descontrolado. E dirige o mesmo olhar quando analisa sua confiança rápida em Henrique Galvão; sua aventura no Santa Maria; a viagem para África e seu flerte com a guerrilha, e a fundação do *Portugal Livre*³¹². A palavra-chave que ligaria todas essas ações seria o aventureirismo, que, assim como o personalismo, “privilegiavam o heroísmo individual”, e excluía qualquer formação de sentimento verdadeiramente revolucionário.

A construção desta dissertação procurou apresentar alguns elementos que não eram objeto de estudo, mas que tangenciavam o tema principal, como ocorreu no primeiro capítulo, com a breve introdução do regime, sua natureza ideológica, a censura e a PIDE, além dos partidos políticos e as oposições ao Estado Novo. Em seguida, circunscrevendo ainda mais o tema, buscou-se elucidar as múltiplas facetas e categorias que o exílio pode trazer ao longo da História, e, principalmente os portugueses exilados no Brasil. Vimos que o *Portugal Democrático* formou uma verdadeira escola, por onde passaram dezenas de portugueses e brasileiros, e acabaria por facilitar a circulação e publicação de seu dissidente, *Portugal Livre*.

O terceiro capítulo mostrou que o jornal, impulsionado por figuras históricas e polêmicas, como Delgado e Galvão, apresentou uma proposta nova: ação e revolução, objetivos, que, como pudemos perceber, não foram fáceis de alcançar. Para isso contou com uma rede internacional de colaboradores, cuja contribuição foi realizada com a publicação de matérias, venda de assinaturas e tarefas burocráticas ou mesmo a tentativa de envio de edições para Portugal. Mas essa estrutura não foi suficiente diante das discussões internas, dispersão de membros, escassez de recursos e, sobretudo, divergências de opiniões em uma questão que se mostrava fundamental naquele contexto: posições neocolonialistas e anticomunismo exacerbado, como apontado no último capítulo.

Após esta breve retomada dos principais temas desta dissertação, é extremamente válido e necessário resgatar a pergunta feita na introdução: o que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? Inicialmente continuamos a defender a tese de que o seu tempo de duração não pode ser o parâmetro para mensurar sua importância, ao contrário disso, um dos significados do jornal reside justamente na sua mudança, no seu movimento, seja para fundá-lo ou para encerrá-lo. Também não concordamos que seu maior valor está nas pessoas que o fundaram, especialmente Humberto Delgado e Henrique Galvão, personagens amplamente estudadas neste trabalho, em virtude dos eventos fulcrais por eles protagonizados.

³¹² RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 12.

Acreditamos que a riqueza, e mesmo o contributo do *Portugal Livre*, está nas dúvidas, desacordos e incertezas a propósito da própria função de uma oposição no exílio, naquele contexto. Nesse sentido, a oposição não possuía um discurso coeso sobre vários pontos, como a questão colonial, uma das partes mais sensíveis do regime e, portanto, fundamentais para a derrubada do Estado Novo, isso às vésperas da guerra colonial e quando a opinião internacional já havia condenado o colonialismo. O contributo reside no contraditório debate em torno da unidade, que, na verdade, mais dispersava, do que unia. Os exilados viam a si próprios como periferia, uma vez que, para eles, a verdadeira oposição deveria acontecer dentro de Portugal. Contudo, acreditamos que esse seja um discurso retórico, pois do contrário, os portugueses não se doariam tanto para funções nas quais não acreditassem surtir efeito.

Acreditamos na tese de que o jornal e seus colaboradores, representaram o movimento por dois pontos de vista: primeiramente a ação proposta pelo próprio periódico, especialmente na busca por uma fórmula de atuação efetiva e prática. Desiludido, o grupo não acreditava mais na abertura gradual do regime ou na participação pelas vias eleitorais e propôs uma tática para além da exclusiva impressão e divulgação de páginas. Flertando com grupos revolucionários como o MNI e o DRIL, o jornal fomentou outras discussões e encontros como a “I Conferência Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”. O segundo prisma é o movimento da própria evolução no exílio, que balizado pelo terremoto das eleições de um lado, e pelo assalto ao Santa Maria e guerra colonial de outro, teve uma mudança brusca na sua própria postura e objetivos.

Com isso em vista, propomos, novamente, uma visita à introdução e ao próprio título desta dissertação de mestrado: *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da Oposição ao Salazarismo no exílio brasileiro, (1958-1961)*. Sabe-se que o uso de gerúndio por portugueses, não é tão comum quanto fazem, muitas vezes equivocadamente, os brasileiros. Mas afora os usos e abusos da língua portuguesa, o gerúndio representa um verbo em ação, ou inacabado, e é exatamente isso que representa o *buscando* deste título. Assim a busca pode ser em diversos prismas, a busca por uma forma de ação, por um ídolo a ser seguido, pela unidade, enfim, a busca por uma identidade. Mas, é importante observar que ele representou a busca, e não uma resposta ou um fim; sabe-se que a oposição trilharia ainda um longo percurso até a queda do regime.

Quais os caminhos que as pesquisas sobre este tema podem tomar? Durante a pesquisa, deparamo-nos com várias lacunas historiográficas, que são verdadeiros ganchos, ou portas, prontos para serem abertos e preenchidos. Vislumbra-se uma série de possibilidades,

tanto metodológicas, quando em termos de conteúdo, se for possível separá-los em categorias distintas. Certamente a resposta da pergunta feita inicialmente não é única e objetiva; entretanto, algumas metodologias e abordagens vêm ganhando força, para tratar não somente dos exilados em si, mas de todos os homens e mulheres comuns, anônimos. Assim, a retomada dos estudos biográficos colabora cada vez mais para elucidar a História Contemporânea. Contudo, faz-se necessário destacar uma das maiores discussões neste campo: a linha tênue que separa o campo da História do campo literário no que concerne ao gênero biográfico. Segundo Levi,

a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia [...] Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos influenciam amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis (atos e dos pensamentos da vida cotidiana, dúvidas e incertezas, momentos contraditórios).³¹³

Roger Chartier, por sua vez, referindo-se à historiografia atual, diz que:

o objeto da história [...] não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.³¹⁴

De acordo com Levi, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, principalmente às relações com as ciências sociais, aos problemas de escala³¹⁵ de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana³¹⁶. Assim, percebe-se uma enormidade de pessoas que foram importantes, mas anônimas, na luta contra o Salazarismo e que poderiam render pesquisas interessantes, sob pontos de vista diversos³¹⁷.

³¹³ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* p.168-169.

³¹⁴ CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. p. 102.

³¹⁵ Sobre a micro-análise, ver LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; e REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

³¹⁶ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* p. 68.

³¹⁷ O primeiro projeto para esta dissertação de mestrado era uma biografia do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, único participante do Portugal Livre ainda vivo, mas, em virtude dos problemas de saúde dele e da dificuldade de contatá-lo, optou-se por outro objeto de estudo.

O objeto de estudo desta pesquisa foi temporal e espacialmente bem específico; todavia, vislumbrou-se uma série de conexões formadas entre portugueses e estrangeiros, ou entre instituições, grupos, partidos e movimentos. Muitas dessas verdadeiras redes ainda estão na espera para serem estudadas, como por exemplo, uma pesquisa internacional apontando a relação e os meios de sobrevivência, de exilados em diversos países, como Argentina, Canadá, França, Marrocos, Argélia, Venezuela, Estados Unidos, Itália, Bélgica, Inglaterra, ou estudar cada grupo, de forma isolada.

Entre os grupos e publicações destacam-se os jornais *Portugal Socialista*, editado na Itália, *Portuguese and colonial bulletin*, em Londres, mesmo local do grupo socialista de esquerda dos “Portugueses democratas de Inglaterra”. Enquanto no Canadá, em Toronto foi editado *O Luso Canadiano* e mais tarde o boletim *A Verdade*; o “Comité para a Defesa da Liberdade em Portugal”, grupo heterogêneo em formação ideológica situado em Paris. No Uruguai houve a “Agrupación de Portugueses Democrátas”, onde teve um jornal de curtíssima duração igualmente chamado de *Portugal Livre*; e na Venezuela o periódico *O imigrante Português*, além do *Oposição Portuguesa*, fundado por um grupo de simpatizantes e amigos de Delgado, além da rádio *A voz de Portugal Livre*³¹⁸.

Finalmente, e mais focado dentro da realidade brasileira, percebeu-se a possibilidade de estudar a influência de diversos portugueses exilados no meio acadêmico, como já vem aparecendo algumas obras sobre Jorge de Sena, Maria Archer e Adolfo Casais Monteiro. E, como já apontado por Douglas Mansur da Silva, a relação desses portugueses com as redações dos maiores jornais brasileiros da época, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Manhã*, veículos que acolheram diversos portugueses, e, em virtude disso, passaram por grandes reformas e modernizações, como o desenvolvimento do caderno cultural no *OESP*.

³¹⁸ SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*. Publicações Alfa, S. A., Lisboa, 1990. p. 24.

FONTES

Fontes Orais

- Fernando Lemos (11/03/2003)
- Dulce Ramos (17/04/2003)
- João Alves das Neves (22/01/2004)
- José Verdasca (05/03/2003)
- Manuel Myre Dores (14/05/2003)
- Manuel Soares (23/04/2003)

Entrevistas realizadas por Ubirajara Bernini Ramos, para a elaboração de seu mestrado, anexo em CD-Room In: RAMOS, Ubirajara Bernini. *“Portugal Democrático” – Um jornal de Resistência ao Salazarismo publicado no Brasil*. (dissertação de Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo, SP. 2004.

Fontes Hemerográficas

- Coleção do jornal *Portugal Livre* (16 edições), no acervo do Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra – Portugal (CD25a).
- Jornal *Portugal Democrático* (Edições 15 até 31; 35, 42, 44,46 e 49, entre junho de 1958 e julho 1961), no acervo do CD25a.
- Jornal *Avante!* (Edições 247 até 302, entre janeiro de 1958 e julho de 1961) Disponível em <<http://www.pcp.pt/avante-clandestino>> Acesso em: 10 de abril 2011.
- Jornal *Folha de São Paulo* (Consultas esporádicas, entre 1958 e 1961) Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 5 de abril 2011.
- Jornal *O Estado de S. Paulo* (Consultas esporádicas, entre 1958 e 1961).

Fontes Epistolares

- Discurso de Humberto Delgado – 22 de maio de 1958
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, abril de 1960 – Espólio 128 – Manuel Sertório, n.º. 918. Acervo CD25a.
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, agosto de 1960 – Espólio 128 – Manuel Sertório, n.º. 919. Acervo CD25a.
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, janeiro de 1961 – Espólio 128 – Manuel Sertório, n.º. 921. Acervo CD25a.

- Carta de Humberto Delgado para Manuel Sertório, maio de 1962 – Espólio 128 – Manuel Sertório, n.º 919. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Manuel Sertório, outubro de 1962 – Espólio 128 – Manuel Sertório, n.º 924. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Simões de Figueiredo, julho de 1959 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 13. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Jucelino Kubitschek, 1960 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 19. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Júlio de Mesquita Filho, junho de 1960 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 23. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, outubro de 1960 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 24. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, fevereiro de 1961 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 26. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, março de 1961 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 29. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, abril de 1961 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 31. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, março de 1962 – Espólio 8 – A. Figueiredo, n.º 42. Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, fevereiro de 1960- Espólio 146. n.º 12- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, fevereiro de 1960- Espólio 146. n.º 13- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, 1960- Espólio 146. n.º 16- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para *Portugal Livre*, agosto de 1960- Espólio 146. n.º 17- Acervo CD25a.
- Carta do *Portugal Livre* para José de Oliveira Carvalho, agosto de 1960- Espólio 146. n.º 18- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para *Portugal Livre*, setembro de 1960- Espólio 146. n.º 19- Acervo CD25a.
- Carta do *Portugal Livre* para José de Oliveira Carvalho, agosto de 1960- Espólio 146. n.º 20- Acervo CD25a.

- Carta de José de Oliveira Carvalho para *Portugal Livre*, dezembro de 1960- Espólio 146. nº 23- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, dezembro de 1960- Espólio 146. nº 24- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, dezembro de 1960- Espólio 146. nº 25- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, dezembro de 1961- Espólio 146. nº 32- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, fevereiro de 1962- Espólio 146. nº 33- Acervo CD25a.
- SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

Memórias e Diários

CAMPOS, Arajaryr. *Uma brasileira Contra Salazar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - I - Procurando um Caminho* (memórias) Porto: Campo das Letras, 2002.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Procurando um Caminho* (memórias) Porto: Campo das Letras, 2002.

DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, Iva. (Cord.) *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

Outros

- Proclamação do General Humberto Delgado – Candidatura Independente. Lisboa, maio de 1958. Acervo CD25a.
- A contribuição dos exilados. Miguel Urbano Rodrigues – acto publico promovido em 3 de maio de 1974 pelos Estudantes da Universidade de São Paulo, em Homenagem aos exilados políticos portugueses de regresso à Lisboa. In: RODRIGUES, Miguel Urbano. *Da Resistência à Revolução*. Lisboa, editorial Avante!, 1975 Acervo CD25a.
- Fotografia de Humberto Delgado “Portugal Livre”, 1959. Localização física PIDE, Propaganda apreendida, n.º 640 Cota antigaPIDE/DGS, proc. n.º 2686-SR - 6.ºvol.,NT 2363.Formato digital. <<http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=4492951>>. Acesso em: 15 de abril 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e abordagens*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica". In: *Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 1996.

CANDIDO, Antonio. "Portugueses no Brasil" In: *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CASTRO, Jorge Pedro. *O inimigo Nº1 de Salazar*. Lisboa: Editora Esfera dos Livros, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. (Tese de Doutorado). Assis, SP: UNESP, 2006.

FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. (20ª. edição). São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUAZELLI, César A. B; PETERSEN, Sílvia R. F; SCHMIDT, Benito B; XAVIER, Regina C. L. (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.) *Intelectuais Portuguesa e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos*. São Paulo: EDUNESP/EDUSC, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 -1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p.456.

LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Portugal: Editorial Inquérito, 1998.

LEAL, Ernesto Castro. *Antônio Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, Fernando, LEITE, Rui Moreira. (orgs). *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: EDUNESP/EDUSC, 2002.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOFF, Manuel. *As duas ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945)*. (Tese de Doutorado). Instituto Universitário Europeu: Firenze, 1994.

MADEIRA, João. “O PCP entre o rescaldo da campanha de Delgado e os caminhos para derrubar o regime (1958-1959)” In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa: Minerva Coimbra, 2010.

MATTOS, H.H.G. *Modos de olhar o discurso autoritário no Brasil (1969-1974), o noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda governamental na televisão*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP/ECA, 1989. p.173.

MORAES, Roque. “Análise de conteúdo” In: *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010.

MOREIRA, António. “A crise: do “terramoto Delgado” ao golpe da Beja”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.p.27.

NEVES, José. *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Editora Tinta da China, 2010.

NÓVOA, António. “Salazarismo e cultura”. In: *Portugal e o Estado Novo. (1930-1960)*. Vol XVII. Lisboa: Presença, 1990, p. 442.

OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” In: *Nova História de Portugal*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (coord)., Lisboa, Presença, 1992.

ORIEUX, Jean. “A Arte do Biógrafo”. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe; LE GOFF, Jacques (orgs). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d. p.41-42.

PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 60: Rebeldia, Contestação e Repressão Política*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

PALLA, Maria Antonia, “A Revolução da Imprensa, Apesar da Censura”, In: *Portugal Contemporâneo*, REIS, António. (Dir.), Lisboa: Publicações Alfa, 1989

PITA, António Pedro. “O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português” In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 40 (1994) 89-108.

PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologias, Elites e Movimentos fascistas em Portugal*. 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: A colônia Portuguesa no Brasil e o Salazarismo*. (Tese de doutorado). Coimbra, 2000.

PAULO, Heloisa. “Um olhar sobre a Oposição e o Exílio no Portugal de Salazar”. In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa: Minerva Coimbra, 2010.

PAULO, Heloisa. “Da Revolução ao Exílio: trajetórias de vida e de combate”. In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa: Minerva Coimbra, 2010.

PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUEIROZ, Guido Fabiano Pinheiro. *Os Espelhos de Barradas de Carvalho: crônica política e historiografia de um exilado*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia universidade Católica, 2009.

RABY, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal*. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974. Lisboa: Edições Salamandra, 1988.

REIS, António. (Dir.) *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa: Publicações Alfa. 1990.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio – Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

ROSAS, Fernando. “A Crise do Liberalismo e as origens do “Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal.” Penélope, Nº. 2, 97-114, 1989.

ROSAS, Fernando. “O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958”. In: *Portugal Contemporâneo*. vol V. Lisboa: Publicações Alfa. 1990.p.18.

ROSAS, Fernando. “O Estado Novo, 1926-1974”. In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994

REZOLA, Maria Inácia. “A igreja católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – Biografia do general sem medo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático: um jornal de resistência ao Salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica (PUC): 2004.

SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42).

SOARES, Maria de Lourdes. “Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal”. *In: Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan./jun. 2003. Editora UFPR. p. 217.

ANEXO I

PORTUGAL DEMOCRÁTICO



Humberto Delgado em São Paulo

As imagens que arquivamos nestas páginas constituem o mais eloquente dos documentos oposto à imprensa fascista de Lisboa, que insistiu em apresentar a visita do general a S. Paulo como um fracasso. Se a recepção no Aeroporto foi um espetáculo inenarrável, tal o entusiasmo de portugueses e brasileiros, a passagem pela cidade do longo cortejo de 150 carros, precedido pelas motocicletas da Polícia, foi o grande acontecimento que prendeu as atenções da capital bandeirante.



★
Nunca tanto povo se reuniu à porta de um hotel em S. Paulo... Quando o general chegou ao Jaraguá, milhares de pessoas reunidas à entrada ovacionaram-no em delírio e os aplausos prolongaram-se de tal forma que Humberto Delgado foi forçado a vir à rua onde os estudantes paulistas improvisaram um "meeting" que decorreu num clima de transbordante entusiasmo, preferindo-se afirmações de fé nos destinos de Portugal.
★



Portugal Democrático. São Paulo, nº.25, p.4

ANEXO II



PIDE, Propaganda Apreendida, N.º. 640, PT/TT/PIDE/001/00640, ANTT, Lisboa, Portugal.

ANEXO III

PORTUGAL LIVRE

ANO I — N.º 11 Diretor: CLAUDIO ABRAMO São Paulo, Setembro de 1960 Preço: Cr\$ 5,00

KUBITSCHKE E SALAZAR

ALVARO LINS

↓



Passará o céu e a terra, mas o que dizem as minhas palavras não passará. (S. Lucas, XXI)



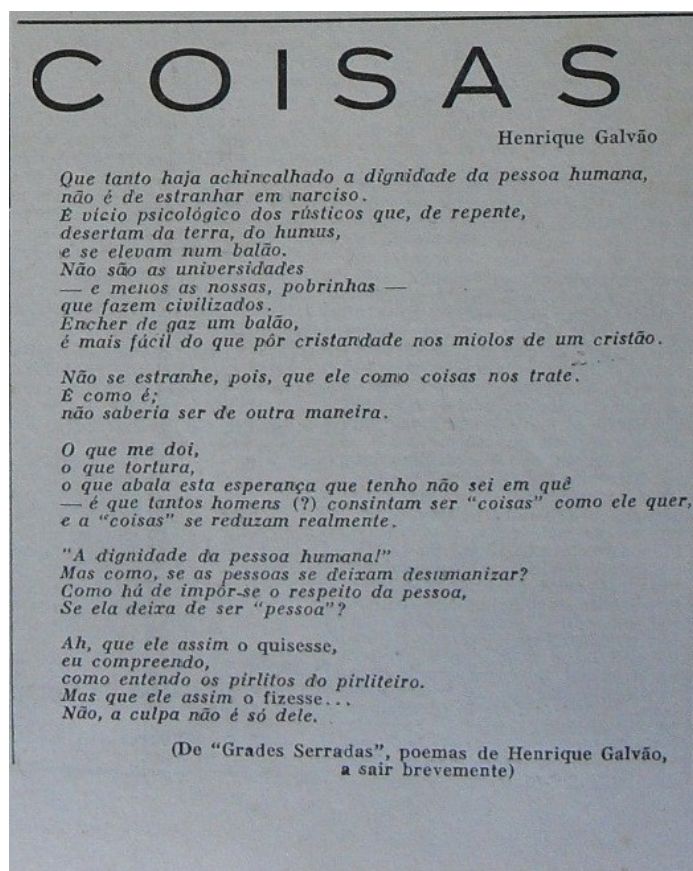
Andam os homens cruzando as côrtes, revolvendo os reinos, dando voltas ao mundo; cada um em demanda das suas pretensões, cada um para se introduzir ao fim dos seus desejos; todos aos entrons uns sobre os outros; os olhos abertos, a porta à vista, e ninguém atina com a porta. Andais buscando a honra com olhos de lince; e sendo que para a verdadeira honra não há mais que uma porta (que é a virtude) ninguém atina com a porta. Andai-vos desvelando pela riqueza com mais olhos que um Argos; e sendo que a porta certa da riqueza não é acrescentar fazenda, senão diminuir cobiça, ninguém atina com a porta. (...) A maior graça da natureza, e o maior perigo da graça, são os olhos. São duas luzes do corpo, são dois laços da alma. Mas como os mesmos olhos ou são os próprios, com que vemos, ou os alheios, com que somos vistos; questão pôde ser não vulgar, e útil curiosidade, saber quais d' eles sejam o maior laço, e o maior perigo. Eu em tanta estreiteza de tempo não o tenho para disputar: e assim digo resolutamente, que o maior perigo, e o maior laço são os olhos do alheio. E porquê? Porque sendo tão natural no homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior.

(Sermão da Quinta Terça-Feira da Quaresma, Padre Antonio Vieira).

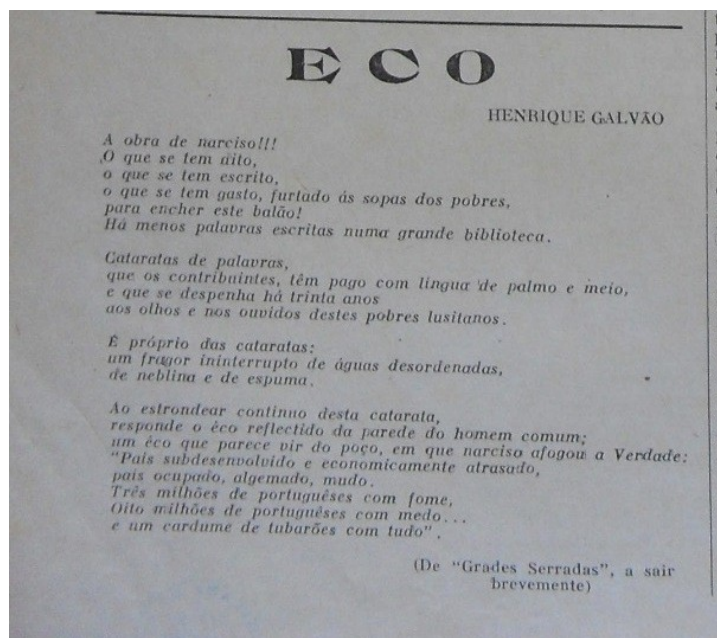


Portugal Livre. São Paulo, nº11, set. de 1961, p.1.

ANEXO V



Henrique Galvão. “Coisas”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº5, p. 8.



Henrique Galvão. “Coisas”. *Portugal Livre*. São Paulo, nº7, p. 8.

ANEXO VI

HERANÇA

Henrique Galvão

Está para morrer — já corrompido coitado! — o tio rico.

*Vai legar pontes, barragens, estradas,
Vai legar palácios e portos de mar,
Vai legar navios, bairros novos e stadiuns,
vai legar muitas igrejas e até um santuário.*

*Ai, o que ele fez do ferro e das pedras,
ai o que ele fez do cimento e do aço!*

*Os herdeiros fazem contas:
Três meses de guerra civil ou um mês de guerra qualquer...
e lá se vai tudo
— as pontes, barragens e o mais —
que o tio rico legar.*

Ó pobres herdeiros de um tio tão rico!

*Está para morrer — podrinho de todo! — o tio rico.
Ai quantas coisas ele já legou,
distribuidas em vida, doadas sem sisa, a toda a família:
doou-lhes o Medo,
doou-lhes o Ódio,
doou-lhes a Gula,
doou-lhes a Fome
(Duas mil e quinhentas calorias por buxo... e o remanescente para
[os tubarões]),
doou-lhes a Mentira essencial,
doou-lhes a Doença...*

Ai, o que ele fez dos corpos e almas!

*Os herdeiros refazem contas:
Com guerra ou sem guerra,
De qualquer maneira,
ISTO,
— o Ódio, a Gula, a Fome, o Medo, a Mentira, —
ISTO, sim, ficará...*

Ai, pobres herdeiros de tio tão rico!

(De "Grades Serradas", poemas satíricos de Henrique Galvão,
a publicar brevemente).

Portugal Livre. São Paulo, nº4, p.9.

ANEXO VII

FICHA HEMEROGRÁFICA

I – Ficha Descritiva

A. – Cabeçalho:

1. Título: Portugal Livre
2. Subtítulo: inexistente
3. Lemas: inexistente
4. Vinhetas: inexistente

B. – Datação:

1. Cronologia:
 - a) Primeiro número (e número prospecto): Novembro de 1959
 - b) Último número: fevereiro-março de 1961.
2. Periodicidade: inicialmente mensal, depois bimestral.
3. Momento de aparição: Estado Novo Português
4. Coleção: Completa
5. Sede Social:
 - a) Administração: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP – Brasil. À partir da edição 15 e 16 passa a ser na Rua Manoel de Nóbrega, 801. Casa 9, São Paulo.
 - b) Redação: Administração: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP – Brasil. À partir da edição 15 e 16 passa a ser na Rua Manoel de Nóbrega, 801. Casa 9, São Paulo.

C. – Características Técnicas:

1. Formato: folhetim.

a) Páginas:

a`) número: entre oito e dez

a`) dimensões: entre 60 cm x 38 cm e 75 cm x 60 cm.

b) Colunas:

b`) número: cinco colunas por página.

b`) dimensões 7 cm x 43 cm

2. Estrutura:

a) Superfície Impressa:

a`) redacional: 35 cm x 43 cm, separados em cinco colunas conforme acima citado. Ocupa maior parte da área do jornal.

a`) cabeçalho: 3 cm x 7 cm. Retângulo preto, com o nome do jornal em branco.

a`) corpo: acima descrito.

- Títulos: Em negrito, fontes diferentes uma das outras. Sem fonte padrão para os títulos, exceto pelo nome do jornal. Ilustrações: poucas, média de três fotografias por edição
- Texto: fontes usadas no texto variam entre uma notícia e outra.

b) Publicitária: Navegação Aérea Brasileira S. A. (NAB), Ypiranga Auto-Locadora.

c) Seções: Críticas, colunas de correspondentes de Lisboa e Porto, Crônica do Rio, Poesia, Tribuna de Leitores. Notas pequenas sobre o próprio jornal.

3. Impressão:

a) Sistema de Impressão: prensa tipográfica.

II. – Ficha Analítica

D. – Empresa Jornalística:

1. Aspectos jurídicos:

a) Fundadores: MNI (Movimento Nacional Independente) e nomes como de Miguel Urabano Rodrigues, Humberto Delgado, Henrique Galvão, Paulo Duarte. Além dos brasileiros Celso Ribeiro Bastos e Claudio Abramo.

- b) Propriedade: Celso Ribeiro Bastos
- c) Editor Responsável: Celso Ribeiro Bastos (também financiador)
- 2. Aspectos Econômicos:
 - a) Administração:
 - a`) administrador: Pedroso Lima
 - a``) lugares de subscrição: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP Brasil
 - b) Preço de publicação:
 - b`) venda por número avulso: Cr\$5,00,. Já nas edições 15 e 16 os valores são Cr\$10,00 para São Paulo e Cr\$15,00 para rio de Janeiro e estados.
 - b``) subscrições: Cr\$100,00 ou Cr\$200,00 (especial), ambas anuais.
 - c) Tarifa de publicidade:
 - d) Tiragem: 3.000 exemplares
 - e) Exemplares vendidos: Em média, mais que 50% da tiragem.

E. – Equipe Redatora

- 1. Direção:
 - a) Conselho de redação: Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, Humberto Delgado.
 - b) Diretor: Cláudio Abramo
- 2. Redação:
 - a) Redatores-chefe: Miguel Urbano Rodrigues(?)
 - b) Redatores: Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego.
 - c) Correspondentes: Variava dentro do grupo que esta citado abaixo.
- 3. Colaboradores: Humberto Delgado, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima, Henrique Galvão.

F. – Natureza e Orientação:

Jornal de cunho político e ideológico por exilados portugueses no Brasil, com intenção de se opor ao Estado Novo português, que tinha na figura de Antônio Oliveira Salazar, sua maior representação.

G. – Difusão:

1. Distribuição: Entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil.
2. Zonas de difusão:
 - a) Número de edições: 16 edições
 - b) Zona coberta por cada edição: indeterminado
3. Leitores:
 - a) Número de leitores: indeterminado.
 - b) Composição dos leitores: Destinado à colônia portuguesa no Brasil. Contudo aberto à toda sociedade brasileira. Com a intenção de denunciar eventuais problemas com o Estado Novo, tais como a falta de liberdade de Expressão e a Guerra Colonial na África. Contudo tinha alcance dentro da intelectualidade brasileira.

III. – Aspectos Históricos

1. Significação: Jornal de Oposição ao Estado Novo de António de Oliveira Salazar, editado por um grupo de exilados portugueses no Brasil.
2. Fonte Histórica: Estado Novo, oposição, exílio brasileiro, História Contemporânea.
3. Localização de Fundos: Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra, Portugal – coleção completa. Museu da Memória e Resistência – Lisboa, Portugal, coleção completa.

Bibliografia

ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso – *La Prensa Vallisoletana durante El siglo XIX (1808-1894)*. 2 tomos, Valladolid, Serviço de Publicaciones de La Diputaciona Provincial, 1977.